



.....

BALMACEDA



Mesa Diretora

Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 14

BALMACEDA

Joaquim Nabuco

Introdução
Carlos Henrique Cardim



Brasília – 2003

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 14

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexões sobre os destinos do país.

Projeto Gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2003

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT@cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Nabuco, Joaquim, 1849-1910.

Balmaceda / Joaquim Nabuco ; introdução Carlos Henrique Cardim. –
Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
180 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 14)

1. Revolução (1891), Chile. 2. Ditador, Chile. 3. Chile, história. 4.
Balmaceda, José Manuel, 1840-1891. I. Título. II. Série.

CDD 983.062

.....

.....

Sumário

INTRODUÇÃO

Carlos Henrique Cardim

pág. 9

PREFÁCIO

pág. 19

O livro e o autor

pág. 23

Até ser eleito presidente

pág. 31

Presidente constitucional

pág. 41

Ensaio geral da ditadura

pág. 53

Ditador

pág. 65

A ação da Esquadra

pág. 79

A tirania

pág. 91

A revolução

pág. 103

A vitória nacional

pág. 119

A tragédia
pág. 131

Balmaceda e o Chile
pág. 147

Post Scriptum

A questão da América Latina.
pág. 165

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 173

.....

Introdução

NABUCO, UM PIONEIRO DA CIÊNCIA POLÍTICA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

N

POR QUE O CHILE?

OS DEBATES sobre a viabilidade do regime republicano no Brasil e na América Latina, o Chile, com seu governo civil, estável, e parlamentar era sempre lembrado como um caso demonstrativo do funcionamento de uma República em bases civilizadas. Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, registram esse interesse pelas instituições políticas chilenas como prova em favor do modelo republicano.

A propósito da discussão sobre a possibilidade da instauração da República no Brasil, vale lembrar que mesmo em alguns líderes da oposição a D. Pedro II havia desconfiança quanto à mudança da Monarquia. Exemplo expressivo desse temor encontra-se no próprio Marechal Deodoro da Fonseca, que em carta de 30 de setembro de 1888 dizia ao sobrinho Clodoaldo da Fonseca, aluno da Escola Militar:

“República no Brasil coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal

educados para republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a Monarquia; se mal com ela, pior sem ela.”

Nabuco assim se expressa sobre o Chile como referência política, no post scriptum de Balmaceda:

“Sempre que, antes e depois de 15 de novembro, algum partidário do regime monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um governo responsável, por não termos a t mpera dos países que modelam os seus governos   sua fei o, a resposta era: ‘E o Chile?’ Não tinha o Chile a mesma antiga estabilidade que nós? não gozava da mesma liberdade? não assistia   transmissão da primeira magistratura, como se ela fosse hereditária, na maior paz e sossego? não havia entre os quartéis e o Governo a mesma camada sólida, impermeável, de consciência, de instinto, digamos de supersti o civil, que no Brasil monárquico? e todavia não era o Chile uma República?”

“A HIPERTROFIA DO PODER” NO BRASIL E NO CHILE

Nabuco escreveu os textos sobre Balmaceda, originalmente, como artigos para o Jornal do Comércio, comentando a obra de Júlio Ba ados Espinosa, intitulada Balmaceda, seu Governo e a Revolu o de 1891. Os artigos foram publicados sob a forma de livro, em 1895, com um post scriptum.

Joaquim Nabuco expõe em Balmaceda suas reflexões sobre a evolu o da situa o política do Chile. Procura, em particular, entender a trajetória – de liberal para autoritário – do Presidente José Manuel Balmaceda (1840–1891), que, a seu juízo, lançou o país andino na Guerra Civil de 1891, que terminou com seu suicídio.

No trato do problema de Balmaceda, está nítida a preocupação de Nabuco com os rumos da nova República brasileira. Se o Chile, que era o exemplo de sucesso do regime republicano, pôde sofrer uma reversão autoritária de fundo militarista, no Brasil, a ocorrência da hipertrofia do poder, em seu entender comum às Repúblicas, teria conseqüências muito mais sérias e, mesmo, catastróficas.

Nabuco sempre considerou o Chile uma exceção que não valia como prova da viabilidade da República no Brasil. Acreditava ser a nação chilena “um capricho de ordem moral na formação da América do Sul, como há aparentemente tanto capricho na sua estrutura geológica”. No post scriptum de Balmaceda, defende essa hipótese com um interessante raciocínio, que vale a pena ser aqui reproduzido na íntegra:

“É natural a hipertrofia do poder nas sociedades onde ele não encontra nada que o possa limitar. O Brasil era e é uma destas; no Chile, pelo contrário, a sociedade pode conter o governo, dentro de certos limites extremos. Se tivemos a liberdade na Monarquia, foi só porque o poder se continha a si mesmo. Isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança, educação, e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na Monarquia, que era o governo pela força moral somente; mas não seria natural no substituto que lhe deram, o poder militar, que é a força material. Desde que o despotismo se manifestasse entre nós, eu sabia que ele levaria tudo de rojo, pela completa falta de resistência. A nossa submissão seria maior do que a das outras nações sul-americanas, porque estas, devastadas como estão pela

guerra civil, ficaram, também, endurecidas por ela; os seus homens públicos, como os cônsules romanos, sabem todos manobrar legiões. Entre nós, declarada a ditadura, haveria de um lado o despotismo militar, do outro a passividade, a inércia do país.”

A derrota de Balmaceda pela resistência do Congresso demonstrou, para Nabuco, a “capacidade do Chile para a República”, o “bem que a forma republicana fez ao Chile”, que gerou naquele país uma verdadeira “escola de educação, da influência sã, varonil, patriótica”. O Brasil, em sua visão, carecia dos pré-requisitos de cultura cívica e de instituições políticas para a instalação da República.

Concorde-se ou não com o acima enunciado raciocínio de Nabuco, vale registrar seu caráter pioneiro na Ciência Política brasileira. O livro Balmaceda é, com certeza, um dos primeiros exercícios de política comparada entre nós, e por isso faz de seu autor um precursor da análise comparativa tão necessária e rica de ensinamentos para os que se dedicam não somente à Ciência Política mas, também, ao estudo e à prática das Relações Internacionais. Nesse aspecto, é sempre bom lembrar a advertência do renomado cientista político Seymour Martin Lipset:

“Quem conhece um só não conhece nada; para conhecer em política é imprescindível comparar.”

“COMEÇAMOS A FAZER PARTE DE UM
SISTEMA POLÍTICO MAIS VASTO”

Nabuco revela, também, em Balmaceda, seu lado de analista internacional. É um precursor do estudo das Relações Internacionais no Brasil. Define-se com um “espectador sul-americano”, consciente de que “dia a dia torna-se mais importante para

nós conhecer o estado político da América do Sul”. É, sem dúvida, um dos primeiros intelectuais brasileiros a trabalhar com o conceito de América do Sul, hoje em dia priorizado, com razão, no enfoque da política externa do Brasil.

O autor de Um Estadista do Império, obra clássica sobre o Segundo Reinado, supera sua ideologia monarquista, e consegue fazer análise objetiva da mudança política republicana e do papel da circunstância sul-americana do Brasil. Assim se expressa a respeito:

“O interesse que antes já me inspiravam as coisas sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de novembro. Desde então começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Com efeito, ninguém procura justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso país, mas somente pela circunstância de estar o Brasil na América. Desse modo o observador brasileiro, para ter idéia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do Continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental.”

Nabuco mostra sua isenção intelectual, marca do pensamento acadêmico, ao formular, entre outros, o seguinte enunciado:

“Desde que é preciso aceitar o inelutável [a implantação da República no Brasil] o estudo da Revolução chilena tem grande interesse para nós do ponto de vista da evolução política do hemisfério.”

Exemplo de seu pioneirismo no estudo das Relações Internacionais no Brasil está, também, na advertência que faz no prefácio de Balmaceda:

“A América do Sul, seja-me lícito dizer de passagem, e sem aplicação ao Chile, não teve ainda um historiador; não existe esboço crítico completo da sua existência política; ninguém extraiu ainda do vasto material enterrado em suas capitais longínquas um arcabouço de história. Não há nada escrito do ponto de vista universal. O que há, ou é feito, superficialmente, por estrangeiros que não conhecem as coisas desses países, e escrevem por informações que não verificam, alinhavando de preferência dados parciais de falsa estatística; ou então é obra de partidários dos diferentes governos, encarregados de glorificá-los, e que ingenuamente, para não dizer imbecilmente, desempenham a sua empreitada de imortalização com a segurança infalível de mumificadores egípcios. Essa lacuna sensível da literatura histórica moderna há de ser, porém, preenchida, mais cedo talvez do que se pensa, quando surgir a Questão da América Latina, a que me refiro nas páginas finais.”

Nessa linha de exposição, Nabuco chega a propor, em Balmaceda, que se deveria criar uma cadeira sobre o tema das Revoluções Comparadas nas universidades sul-americanas, como complemento ao ensino de Direito Constitucional.

Merece registro, igualmente, a visão sistêmica de Nabuco da questão da América Latina, como ele costumava denominar, ao destacar que:

“A solução do problema tem assim que ser procurada dentro de cada um de nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou quando mais não seja, registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa

comum. Em todos esses países há homens cuja cultura rivaliza a mais brilhante cultura européia e que podem formar a Liga Liberal do continente. A causa é, de fato, comum. A liberdade argentina tornou-se um interesse direto para o Brasil, como era para os argentinos a liberdade chilena no tempo de Rosas. É do interesse do boliviano e do peruano que o Estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo, se não mesmo de vexame. Não é, porém, somente na fronteira que a irradiação se exerce; ela alcança o Continente todo.”

“BALMACEDA, O PRESIDENTE ROMÂNTICO”,
RUBÉN DARÍO

José Manuel Balmaceda nasceu no dia 17 de julho de 1840, numa família de posses e proprietária rural. Estudou no Colégio dos Padres franceses como interno no seminário de Santiago, e sentiu em sua juventude uma vocação sacerdotal, cursando durante vários anos a carreira de Teologia. Casou-se com Emilia de Toro Herrera, bisneta do Conde Mateo de Toro y Zambrano e com ela teve seis filhos.

Desenvolveu trabalhos de agricultura nos terrenos de seu pai, tendo promovido importante atividade agropecuária, e obras de irrigação.

Político liberal, membro do Clube da Reforma, deputado por vários períodos e senador da República. Ao iniciar-se a Guerra do Pacífico foi nomeado representante do Chile na Argentina, com o objetivo de obter a neutralidade desse país e o acerto das questões de fronteiras.

Nomeado Ministro das Relações Exteriores em 1881, coube a ele encaminhar soluções para os problemas gerados pelo término com a controvérsia com o Peru. Em 1882 assumiu a pasta do Interior.

Candidato a Presidente da República, logrou um amplo triunfo em 25 de junho de 1886, ao se eleger praticamente como candidato único.

A primeira parte do seu governo foi tranqüila e produtiva. Deu grande impulso ao ensino público, construiu escolas em quase todas as cidades e povoados do país. Fundou o Instituto Pedagógico, destinado a formar professores para o ensino secundário. Durante seu governo foram construídas 50 escolas básicas para crianças de ambos os sexos, 3 liceus para rapazes e o primeiro liceu para moças.

No campo das obras públicas, em Santiago, canalizou o rio Mapocho, ordenou a construção da Cadeia Pública e do Hospital Clínico para mulheres. No resto do país promoveu a melhora da infra-estrutura portuária com a instalação de grandes guindastes. Construiu mais de mil quilômetros de ferrovias e realizou relevantes obras de engenharia (viadutos).

No âmbito internacional, restabeleceu as relações com a Santa Sé, o que permitiu a nomeação de Mariano Casanova como Arcebispo de Santiago. Na sua gestão, a ilha de Pascua foi incorporada ao território chileno.

Na esfera política, a partir de 1890, foram se produzindo fortes discussões entre o Presidente e o Parlamento. O Legislativo, em sua maioria, defendia uma interpretação da Constituição de 1833 como parlamentarista, ou seja, dando grandes poderes ao Congresso, e que correspondia à tradição chilena até aquela data. Por seu lado, o Presidente Balmaceda condenava energicamente tal interpretação, e defendia um reforço aos poderes do primeiro manda-

tário. Além disso, foram se polarizando as opiniões com relação à questão da exploração das reservas de salitre. De um lado, a política salitreira do Presidente, do outro, os capitalistas do negócio do salitre, que tinham influência junto a alguns parlamentares.

Os ânimos se exaltaram: o Presidente não queria governar com o Parlamento, e o Legislativo por sua vez negava a Balmaceda aprovação a suas propostas.

As diferenças cresceram a tal ponto que o Parlamento não aprovou a Lei de Orçamento para 1891, e o Presidente respondeu validando o orçamento do ano anterior para o novo exercício. Balmaceda, com esse ato, se colocava à margem da Constituição. O Congresso votou e aprovou a sua destituição. O Presidente respondeu dissolvendo o Congresso. A guerra civil eclodiu em 1891.

Após oito meses de combates em terra e no mar, os partidários do Congresso triunfaram. Balmaceda entregou-se ao General Baquedano, que se havia mantido neutro, e se asilou na legação da Argentina em Santiago. Restabelecida a ordem, no dia 19 de setembro de 1891, data do término de seu mandato constitucional como Presidente, Balmaceda se suicidou. Deixou um manifesto político em defesa das realizações de seu governo e do presidencialismo, com duras críticas ao parlamentarismo.

“A NOTA QUE DOMINA...É A INTRANSIGÊNCIA”

Nabuco registra o traço de intransigência de Balmaceda em seu projeto de reforma radical da Constituição chilena, ampliando os poderes da presidência, como um das causas da tragédia do seu governo. Aponta que “não há paixão, por mais feroz, que se possa comparar, em seus efeitos destruidores, à inocência da infalibilidade”.

Para Nabuco, havia uma superioridade do sistema parlamentar sobre o presidencialista: o sistema parlamentar da Inglaterra é “um relógio que marca os minutos da opinião, e não somente as horas, como o governo presidencial americano”. Defende, também, que “a função nacional da presidência ...é essencialmente arbitral”.

Nabuco critica, em outro trecho, a chamada “política científica”, feita de rígidos esquemas a priori, a que aderiu Balmaceda, que despreza “o regulador da conduta humana, que é exatamente a experiência individual de cada um”. Salienta que “a sabedoria abstrata” desse cientificismo nada tem a ver com a política em si mesma, que implica em “conhecer o seu país, conhecer os homens, conhecer-se a si mesmo”.

Esse esquematismo apriorístico levou Balmaceda a não enxergar a gravidade da situação por ele criada e a não acreditar na possibilidade de uma guerra civil. Na visão de Nabuco, o Presidente Balmaceda se transformou, por sua intransigência política e rigidez mental, em “um autômato moral”.

CARLOS HENRIQUE CARDIM

Professor do Instituto de Ciência Política
da Universidade de Brasília (UnB)

.....

Prefácio

O

PRESENTE VOLUME, reprodução de uma série de artigos publicados de janeiro a março deste ano no Jornal do Comércio sobre o livro recente de don Julio Bañados Espinosa, Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891, não é um estudo crítico, é propriamente um resumo dessa obra, concluindo, todavia, pela tese contrária. Faltava-me competência em assuntos chilenos para repelir ou alterar as premissas, históricas e políticas, assentadas pelo defensor de Balmaceda; era, porém, uma questão de interpretação tirar delas uma consequência inteiramente oposta. Foi o que fiz.

Nesta publicação intercalei apenas um ou outro desenvolvimento e acrescentei uma nova conclusão. Julguei melhor também reduzir a parte relativa aos excessos cometidos em Santiago depois da queda de Balmaceda, não que me tenha parecido inexato o juízo que manifestei, mas porque, a não apreciar no seu conjunto o procedimento e a obra da Revolução vitoriosa, era preferível não tomar conhecimento de um episódio, só, por mais significativo que fosse.

Neste estudo do livro do Sr. Bañados, sinto não poder expressar opinião minha sobre os grupos e os indivíduos que ele nos apresenta. Servi-me das designações Liberais, Conservadores, Nacionais, Radicais, sem saber ao certo que espécie de elementos cada um desses partidos enfeixa, o seu espírito e temperamento próprio, o caráter de sua influência individual; e do mesmo modo citei os nomes de muitos personagens, de quem não poderia definir o valor, o peso, a envergadura política. Esses gabinetes que sobem e descem, esses partidos que se fracionam ou se coligam, o pessoal numeroso que transita por estas páginas, são para mim uma nomenclatura tão uniforme e tão impessoal como seria um quadro de sufetas cartagineses ou de vencedores dos Jogos Olímpicos. Pensei um momento em tomar para ponto de partida deste livro a Revolução, que é a sua parte viva, a que não depende desse conhecimento especial dos bastidores chilenos que me falta, porque pode ser vista e apreciada na cena por qualquer espectador, e se apresenta como uma luta de forças, de princípios, de sistemas opostos.

Pareceu-me, porém, que o leitor, para poder e querer interessar-se pela Revolução, sentiria a mesma necessidade que eu senti de possuir uma noção dos antecedentes históricos do Chile e da administração Balmaceda. De outra forma, como quem chega no meio da peça, sentiria por baixo das suas primeiras impressões a instabilidade dos fundamentos, que tornaria tudo duvidoso. De qualquer modo, era preciso encher esse vácuo anterior, e, por isso, aceitei a versão provisória, a história improvisada, feita pelo sr. Bañados.

A América do Sul, seja-me lícito dizer de passagem, e sem aplicação ao Chile, não teve ainda um historiador; não existe esboço crítico completo da sua existência política; ninguém extraiu ainda do vasto material avulso enterrado em suas capitais longínquas um arcabouço de história. Não há nada escrito do ponto de

vista universal. O que há, ou é feito, superficialmente, por estrangeiros que não conhecem as coisas desses países, e escrevem por informações que não verificam, alinhavando de preferência dados parciais de falsa estatística; ou então é obra de partidários dos diferentes governos, encarregados de glorificá-los, e que ingenuamente, para não dizer imbecilmente, desempenham a sua grande empreitada de imortalização com a segurança infalível de mumificadores egípcios. Essa lacuna sensível da literatura histórica moderna há de ser, porém, preenchida, mais cedo talvez do que se pensa, quando surgir a Questão da América Latina, a que me refiro nas páginas finais.

Dando a estes artigos a forma menos efêmera de livro, devo renovar a reserva que fiz em um deles: – que as conclusões expressas não são definitivas; que elas são apenas o que transparece, para mim com a maior evidência, da versão do sr. Bañados e do próprio Balmaceda; e que muitos desses juízos poderiam modificar-se pelo conhecimento direto do Chile dos seus homens, do seu estado social. Em certos pontos importantes, contudo, me admiraria muito se eu chegasse algum dia a vacilar, como entre outros: a responsabilidade de Balmaceda no rompimento entre o Governo e a sociedade chilena; a inconstitucionalidade de sua atitude; a impraticabilidade de qualquer evolução vantajosa para o Chile pelo meio revolucionário que ele preferiu e com os elementos pessoais de que se cercou; por último, o caráter desnecessário, indefensável, de proscricção e tirania que reveste a sua ditadura.

Quem hoje ler seguidamente estas páginas verá que não pretendi, como aliás alguns pensavam, expor, a pretexto e a coberto do incidente chileno, os fatos, os personagens, e as teorias da ditadura a que estivemos sujeitos, nem confrontar as duas revoluções. Se eu me propusesse estudar, em vez da do Chile, a crise brasileira de 1893-94 – da qual não se pode dizer que tenhamos inteiramente

saído, e que ninguém negará ter sido um desenvolvimento da situação militar de 15 de novembro – o meu comentário recairia sobre pontos diversos dos que me chamaram a atenção no Chile. Certamente, há grandes semelhanças entre o que se passou ali e o que, depois, nós mesmos presenciamos, e neste livro se encontrarão a miúdo juízos que se aplicam perfeitamente a coisas nossas; as diferenças, porém, têm muito maior importância do que as semelhanças; estas são superficiais, externas, casuais; aquelas, pelo contrário, são profundas, vitais, extremas, e seriam estas últimas, mais do que as primeiras, que eu procuraria analisar, se escrevesse um ensaio sobre o Jacobinismo brasileiro, tão caracteristicamente diferente das outras formas de opressão e desgovernos sul-americanas.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1895.

JOAQUIM NABUCO

.....

O livro e o autor

ENTRE AS CARTAS deixadas por Balmaceda havia uma dirigida ao seu lugar-tenente político, o Sr. Julio Bañados Espinosa. Despedindo-se dele *usque ad aeternum* Balmaceda lhe recomendava: “Escreva, da administração que fizemos juntos, a história verdadeira. Deixo dito a Emilia que lhe preste todos os recursos necessários para uma publicação abundante e completa. Com as mensagens, os relatórios ministeriais, o *Diário Oficial* e o *Ferro-carril*, pode fazer a obra. Não a demore, nem a precipite, Faça-a bem.” Parece ter sido a preocupação de Balmaceda, depois que resolveu matar-se, essa de se justificar perante os seus contemporâneos. “Encarrego a Julio Bañados que faça a história da minha administração”, escreve ele aos irmãos. “Não descansem nessa tarefa. É necessária. Digo a Emilia que dê todos os recursos para isso.” Em obediência à última ordem do chefe, a quem serviu até a catástrofe com inteira fidelidade, o Sr. Bañados, fugido do Chile, tratou de desempenhar a missão que recebera, e agora acaba de publicar em Paris dois grossos volumes com o título *Balmaceda, seu Governo e a Revolução de 1891*.

Para mim a obra era do maior interesse; eu ainda não tinha lido uma exposição clara da última guerra civil chilena, nem tinha visto nada a que pudesse dar o nome de Oração *pro* Balma-ceda. Durante a Revolução, em dias que passei em Buenos Aires, tive a fortuna de encontrar na casa de um amigo chileno, G. Puelma Tupper, alguns dos principais emigrados, e ouvi deles, de modo fragmentado, como sempre acontece na conversação, os motivos da luta em que estavam empenhados. Por essa ocasião, li na *Prensa* os artigos em que F. Valdés Vergara, figura saliente do radicalismo transandino, procurava captar a opinião argentina. Nada disto me habilitava a converter em razão suficiente a predileção espontânea que desde o princípio senti pela causa revolucionária.

Infelizmente eu nem tinha do Chile o conhecimento, superficial, puramente exterior, que como viajante cheguei a formar do Prata e do Paraguai, mas que tanto ajuda a compreensão dos fatos. A feição do pessoal governante de Santiago não me era, é certo, inteiramente estranha; no Rio de Janeiro, era Washington, em Londres, a bordo de paquetes do Pacífico, e em Buenos Aires, encontrei em diversas épocas chilenos dos mais eminentes; mas se conhecimento, feito fora do Chile, era tão insuficiente para os apreciar na cena política como se eu pretendesse julgar de um ator por o ter visto em alguma reunião. Da história parlamentar chilena, posso dizê-lo, eu também não conhecia mais do que as linhas gerais e os grandes relevos; dos seus vultos notáveis, dos O'Higgins, dos Portales, dos Montts, senão o perfil que se encontra nos compêndios de história da América do Sul – rudimentares todos – no *Dicionário Biográfico Americano* de Cortés, ou em artigos de revistas estrangeiras.

Pelo Chile senti sempre grande admiração. Há mais energia nacional, quer me parecer, nessa estreita faixa comprimida entre a Cordilheira e o Pacífico do que em todo o resto da América do Sul. Sem nenhum pensamento de desconfiança contra o nosso vizinho do Prata que nos faça cultivar, por motivo político, a amizade do Chile, temos, para procurar essa amizade, as mais elevadas

razões que se possam dar entre dois países. Não sei que homem de espírito disse, há anos, que só encontrara duas nações organizadas e livres na América Latina: *o Império do Chile e a República do Brasil*. Apesar de sermos nós (a história dirá se apesar da monarquia, se devido a ela) a sociedade, sem exceção alguma, mais igualitária do mundo, e de ser o Chile, pelo contrário, uma aristocracia política, tínhamos a mesma continuidade de ordem, de governo parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrativa, de seriedade, decoro e dignidade oficial. Um e outro governo eram exceções genuínas na América do Sul, saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensangüentadas.

Mostrou sentir bem isto o próprio Balmaceda quando a 16 de novembro telegrafou ao ministro chileno no Brasil que pusesse às ordens de Dom Pedro II para transportá-lo ao exílio o encouraçado *Cochrane*, então em nossa baía. O Sr. Villamil, vendo a revolução consolidada, hesitou em dar cumprimento a uma ordem que podia despertar a suscetibilidade da nova república e acentuar a inversão da diplomacia brasileira, sensível desde as primeiras horas do Governo Provisório. Devido talvez a este receio do representante do Chile, digo *talvez*, porque o Imperador provavelmente teria preferido seguir viagem para o desterro a bordo mesmo do *Alagoas*, na esperança de adiar, por uma ficção, a sua separação definitiva do Brasil; devido àquele receio foi que a dinastia brasileira não teve a honra de ser transportada para fora do Continente americano sob a generosa guarda da bandeira chilena. Este último preito honraria tanto o Brasil como o Chile. Republicanos de instinto e educação, os chilenos acolheram simpaticamente o 15 de Novembro como a data final do ciclo republicano, com a intuição prática do seu temperamento positivo, a obra democrática e nacional da monarquia no Brasil – obra singular de paciência, constância, desinteresse e patriotismo, que ficará sendo, na atmosfera agitada e convulsa deste século na América Latina, um fenómeno quase inexplicável.

Por esses motivos, interessava-me profundamente formar um juízo sobre o governo de Balmaceda e a Revolução, conhecer a verdade toda, a verdade dos fatos e a verdade dos sentimentos, que eles umas vezes revelam, e outras encobrem; interessava-me análise da esfinge que era para mim Balmaceda; os intuitos, o objetivo, o segredo de sua Presidência, e o conjunto de emoções que determinaram nele o abatimento e o desespero da manhã de 19 de setembro. Interessava-me mais, se é possível, o resultado ulterior da tremenda luta, a influência que ela terá sobre a sorte do Chile: saber se foi um episódio somente em sua história política, se uma modificação da sua energia patriótica, e portanto da missão que lhe parecia reservada na anfictionia sul-americana.

Por isso, a obra do Sr. Bañados tinha para mim grande valor. Era a primeira defesa que eu lia da política de Balmaceda, e o meu espírito não só estava preparado para esse *audi alteram partem*, mas sentia necessidade de não se julgar parcial entre dois partidos chilenos. Espectador sul-americano, eu tinha visto representar no teatro aberto dos Andes uma só tragédia, a do Chile, e queria poder escrever para mim mesmo o argumento dela, recolher a nota de todos os seus terrores e agonias, como o brilho de todos os seus heroísmos, e reduzir tudo, sujeito naturalmente aos erros de uma perspectiva tão afastada, às gradações de minha própria consciência.

O livro do Sr. Bañados não me habilita por si só a resolver nenhuma das questões que eu já tinha formulado antes de o ler, mas lança muita luz sobre todas elas; faz surgir outras; introduz-me no mundo político chileno; faz-me compreender a Revolução e, quanto à figura central do grande drama, presta-me todos os esclarecimentos quase que Balmaceda quisera sujeitar à posteridade. Para se ter uma idéia completa desse período seria preciso que outro político fizesse a respeito da Revolução o mesmo que o Sr. Bañados fez por Balmaceda, e que um terceiro reunisse o que os advogados de uma e outra parte tivessem omitido no interesse da defesa de cada uma.

Suponho que é grande entre nós o número de espíritos a quem este assunto atrai. De dia em dia torna-se mais importante para nós conhecer o estado político da América do Sul, os homens capazes de traçar para ela uma larga estrada, de apontar às suas ambições legítimas um alto objetivo. Nessa convicção, penso que despertará interesse o resumo de um livro do qual se pode dizer que é a palavra de além-túmulo de Balmaceda. A obra do Sr. Bañados tem a ambição, vê-se o exterior e interiormente, de ser definitiva. O autor é um homem, visivelmente, de grande capacidade, de múltiplas aptidões, de rara facilidade de trabalho, de compreensão rápida e fecunda assimilação, de leitura política e literária muito extensa, de largas passadas intelectuais, pode-se dizer de ubiqüidade de pensamento; tem abundância natural, exuberância mesmo, de expressão e de raciocínio; como recursos literários de escritor político, possui clareza de forma, movimento no estilo, grande perícia na apresentação de fatos, o talento de disfarçar as reconvenções, o manejo do claro-escuro, por último a arte do lugar-comum escolhido e a falsa lógica, que são os dois principais efeitos do advogado.

De tudo isso se conclui que ele é uma natureza de lutador incansável e apto para todos os combates. A condição de êxito, de triunfo, nessa espécie de vocação, que se pode chamar universal, como a do Sr. Bañados, professor, deputado, jornalista, ministro, literato, financeiro, homem de guerra, advogado, etc., é a mobilização instantânea do espírito. Pode-se dizer que não há em uma vida assim cheia tempo para pensar. O pensamento supõe grandes economias de tempo. Para a luta política quer-se coisa muito diversa do pensamento, que é em última análise a concentração, a absorção do espírito. Assim como se impõe ao chefe de partido que seja sempre acessível a todos, exige-se também dele que só pense alto. Nas democracias o estadista que se fecha para trabalhar já não está em contato com o movimento político; o pensamento para ele é a ação, que não pode parar um instante, como um rio, sem transbordar. Mesmo no acampamento, quem é César ou Marco Aurélio, escreve os *Comentários* e os *Pensamentos*. Mas muito homem de talento

superior nunca produzirá uma obra, uma página, um pensamento, que dê a medida exata do seu valor, por não ter podido *parar* um instante na vida. Eu calculo que o Sr. Bañados é um desses que não tiveram um dia de retiro interior, que viveram sempre no torvelinho. Seria injusto, porém, imaginar que o seu livro apresenta esse caráter de superficialidade brilhante, própria do jornalismo político. Não há nele, é certo, em ponto algum, o traço profundo que caracteriza o biógrafo, não há nenhuma dessas adivinhações do gênio de uma raça, ou do amálgama de uma sociedade. O Sr. Bañados não é um filósofo, um historiador, um poeta; o que ele é, o que ele quis ser, é somente o defensor de Balmaceda e o acusador da Revolução, e assim a sua obra deve ser julgada como uma defesa política, quando muito como uma apologia histórica.

Como advogado, ele possui um talento de primeira ordem, uma verdadeira mestria. Ora, a arte do advogado está, acima de tudo, em apresentar os fatos complicados do processo de modo a deixar na sombra tudo que lhe pareça contrário, e em formar com eles um conjunto de impressão favorável ao seu cliente, impressão que deve ser composta em forma de *crescendo*. Tratando-se de Balmaceda e da sua responsabilidade – a guerra civil de 1891 – o ponto de verdadeiro litígio, o Rubicon chileno, é o ato pelo qual o Presidente da República passou da constitucionalidade duvidosa em que se mantinha até então à inconstitucionalidade flagrante, decretando por si só as leis de forças e de despesa. Reduzida a questão a este ponto, o julgamento não teria nada de complexo, ou pelo menos seria muito mais simples, mas por isso mesmo a condenação seria mais arriscada. O melhor plano figurou-se então ao Sr. Bañados, como tinha parecido ao próprio Balmaceda em diversas mensagens, não ser esse de apresentar em sua nudez a situação constitucional a 1º de janeiro de 1891, mas, sim, o de chegar a ela através de uma demonstração de que a história do Chile convergia toda para a condenação do governo parlamentar, o de que na presidência de Balmaceda esse sistema caíra em completo colapso do qual era impossível reanimá-lo. Desse modo Balmaceda adquiria a

justificação geralmente aceita de homem necessário. A sua carreira ficaria então dividida em dois períodos: no primeiro, ele é o brilhante precursor de si mesmo, o elo mais forte, porque fora o elo de transformação liberal, na vida constitucional chilena; no segundo, ele é o reformador audaz, a quem cabe a missão de substituir por um governo puramente democrático o parlamentarismo, cujo esfacelamento se nos vem contando, o novo Manuel Montt, chamado a reconstruir com a sua energia e o seu patriotismo o princípio da autoridade ameaçado pela anarquia de partidos pessoais, o *Presidente-Mártir*, que não tendo podido fazer triunfar a sua fé *morre voluntariamente sobre a pira que lhe levantaram os seus adversários*.

É essa defesa que pretendo estudar, no seu plano, na sua justificação, nas suas conclusões. Previso o leitor de que é uma extensa sessão de júri, e que não entre para o conselho se o processo não lhe inspira irresistível interesse, tanto mais quanto poderia chegar, como eu, apenas a um juízo provisório, sujeito a revisão, precisando esclarecimentos que faltam para se converter em uma dessas sentenças com que todos os dias cada um de nós encerra no seu foro íntimo as causas definitivamente julgadas. Acompanharei o Sr. Bañados na sua versão dos acontecimentos, não fazendo mais que notar as dúvidas que ele próprio me sugeriu, as revelações que saem por assim dizer das lacunas de sua defesa. Com este ensaio não pretendo compor uma lição de Revolução comparada, cadeira que entretanto seria talvez útil criar nas universidades sul-americanas, como complemento do nosso Direito Constitucional.

.....

Até ser eleito presidente

NA INTRODUÇÃO, o Sr. Bañados procura assentar, entre outras teses, que o programa de todos os governos que se sucederam depois da batalha de Maipo em 1818 foi robustecer a autoridade. A Constituição de 1833 é a *tradução escrita desse programa e das tendências reinantes na sociedade, prostrada por tantos distúrbios e tanta instabilidade governamental*. Essa idéia é um dos alicerces do seu sistema de defesa. A sociedade política chilena foi edificada sobre a base de uma *autoridade vigorosa e suficientemente armada para conservar a paz interna*. O grande homem da história do Chile é Portales, *o chanceler de ferro do Novo Mundo*. Portales, o ministro de 1833, representa para o Chile as idéias de ordem, honestidade, justiça, patriotismo e liberdade constitucional. Conseguir ligar através de meio século o nome de Balmaceda ao do primeiro estadista chileno, fazendo-os representantes do mesmo pensamento, não seria para a defesa um mau começo. “Portales”, diz-nos ela, “ao morrer mártir nas alturas de Barón, legou aos homens de estado do Chile um compromisso heróico e um dever sublime: o compromisso de afiançar a todo custo a ordem pública, como único meio de chegar à liberdade, e o dever de dar até a vida em defesa do princípio da

autoridade.” Não é entretanto fácil converter em testamento de intransigência a última palavra escrita por Portales no lugar mesmo em que foi morto e que traz o cunho autêntico do seu raro patriotismo: “Um ano de guerra atrasaria de vinte anos a República; com uma transação podem evitar-se desgraças e conservar o país, o que deve ser o nosso primeiro fim.” O Sr. Bañados não cita essa frase; como, porém, de Balmaceda, que na fase litigiosa da sua carreira os seus partidários transformaram em protomártir de um novo sistema de governo, fazer o herdeiro político do autor da Constituição que tornou o Chile a aristocracia parlamentar que foi por tanto tempo?

Outro personagem que o Sr. Bañados quisera também converter em precursor de Balmaceda é Manuel Montt. Ainda desta vez a tradição de Montt é oposta à de Balmaceda. Montt, um conservador, fechou em 1859 o período revolucionário do Chile, mas não representa, pelo contrário, a ruptura de governo com a cultura social do país como Balmaceda. Na Revolução de 1891, pode-se afirmar, o antigo espírito chileno, os Portales e os Montts, estariam resolutamente com a sociedade contra Balmaceda. A tarefa de achar antecedentes para estes pode tentar os eruditos do seu partido, mas é de todo baldada. Balmaceda irrompe na História chilena, como uma aparição imprevista; é uma evocação, pode-se dizer, na presidência do Chile, do gênio sul-americano da ditadura que nunca havia penetrado nela. Justificá-lo como estando dentro da linha seguida pelo país desde 1833, é fazer ato de cepticismo. A sua defesa pode ser radical, democrática, científica, como se queira, mas não pode ser histórica, conservadora, constitucional, sobretudo tomando-se a Constituição como a soma das conquistas tácitas feitas pelo espírito das instituições sobre a letra do foral. O Sr. Bañados, é certo, traça um perfil da história do Chile para mostrar a *unidade de vistas desde Prieto, vencedor em Lircay, até Balmaceda, vencido em Placilla*, e acrescenta: “O programa político de todos os presidentes do Chile nestes sessenta anos foi vazado em idêntico molde.” Não há, porém, em todos esses sessenta anos um caso de estremeci-

mento entre o Chefe do Executivo e o Congresso; as lutas foram sempre entre o presidente, representando a totalidade das influências sociais encasteladas no governo e a revolução que as queria desalojar, quando muito, poder-se-ia dizer, entre o espírito de tradição e o de inovação, ao qual o Chile oficial era refratário. O caso de Balmaceda é inteiramente outro; a inovação é ele; o assalto da turbamulta às posições defendidas pela antiga sociedade, é ele quem o comanda. Quanto ao terreno que ele escolheu para o combate, se é constitucionalmente o mesmo em que se feriu na Inglaterra a grande luta entre a Realeza e o Parlamento, da qual se faz datar a maioria do Governo representativo. Existirá na história do Chile antes de Balmaceda um presidente que tivesse pensado alguma vez em assumir a atitude de Carlos I? Deixemos, porém, para o fim o pedestal da *Introdução*, e estudemos a estátua que o Sr. Bañados modelou.

Balmaceda, nascido em Santiago, em 1838, foi filho de um rico *hacendado* chileno, íntimo partidário de Manuel Montt. Educado no seminário pensou na adolescência seguir a vida sacerdotal, mas não tardou muito que se desfizesse em seu espírito a impressão do claustro. Em 1864 o pai conseguiu do seu amigo Manuel Montt, nomeado representante do Chile no Congresso Americano de Lima, que tomasse o filho para seu auxiliar na Missão Extraordinária. O secretário era Zenteno, e à sedução deste espírito fascinador atribui o Sr. Bañados as primeiras reações de Balmaceda contra a sua formação eclesiástica. Para isso também teria concorrido a sociedade de Lima, *tão espirituosa, tão bem educada, e tão fina*, testemunho que é agradável recolher da pena de um chileno. Em 1865, de volta ao Chile, Balmaceda resolveu dedicar-se aos interesses que seu pai tinha na agricultura. Alguns anos depois casava com a Sra. Dona Emilia Toro Herrera, de uma das velhas famílias de Santiago. Já nesse tempo, porém, revelara ele o seu ardente temperamento político, fazendo-se membro do partido chamado Reformista, no qual sobrevivia o pessoal e o espírito da Revolução Liberal de 1859. Em 1870 Balmaceda entra para o

Congresso, eleito pelo departamento de Carelmapu, e faz parte durante dez anos da oposição Reformista, nas presidências de Pérez (últimos dias), Errázuriz, e Pinto. O antigo seminarista estréia como um Radical para quem o sistema de conciliação daqueles três estadistas não se diferencia em nada do antigo exclusivismo Conservador. O que o fascina nessa quadra de 1870 a 1878, em que ele lança as bases de sua popularidade e forma a sua reputação parlamentar, é o manejo de idéias novas, essa espécie de exercício, tão atraente para os principiantes, ao qual se pode dar o nome de política silogística. É uma pura arte de construção no vácuo. A base, são teses, e não fatos; o material, idéias, e não homens; a situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais. Destes dez anos basta reter que Balmaceda fez o seu nome no papel de reformador político da escola ultraliberal. Os Conservadores, erradamente, não esperavam isso de um antigo seminarista, mas decerto nesse Radical não se pode adivinhar o perfil de um Strafford.

Em 1879 rompe a guerra do Chile contra a Bolívia e o Peru. É um momento de união nacional, em que se apagam todas as divisas. Balmaceda é encarregado de uma missão delicada – a de conciliar as boas graças da República Argentina. Em 1880 ele volta ao Chile, tendo conseguido o fim da sua ida a Buenos Aires, e no Congresso pronuncia-se com a maior energia pela terminação pronta da guerra que se achava estacionária, pedindo “golpes definitivos” diz o Sr. Bañados, “no coração dos que, por desgraça, se obstinavam além do humano e do possível, inspirados por nobre amor à sua pátria.” Esse pronunciamento não foi baldado, as operações recommençaram para terminarem com o completo aniquilamento do Peru. Acabada a guerra, surgiu a candidatura de Baquedano, o general-em-chefe vencedor em Chorrillos e Miraflores. Balmaceda opõe-se a ela com todas as forças. Com a desconfiança que lhe é própria, o radicalismo fingia ver nessa candidatura natural o começo da caudilhagem, mais ou menos como entre nós os liberais em 1869 na influência de Caxias; e o próprio Baquedano,

não querendo comprometer a unanimidade da sua glória em uma aventura eleitoral quase perdida, retirou-se da luta. Santa María foi eleito sem oposição, e a 18 de setembro de 1881 tomou conta da presidência.

No Governo de Santa María – as presidências no Chile são de cinco anos – Balmaceda teve primeiro a pasta das Relações Exteriores e pela renúncia de José Francisco Vergara mais tarde a do Interior, que é o posto político mais elevado do país depois da presidência. O Congresso de 1882, composto quase que inteiramente de Liberais, Nacionais e Radicais, as três frações em que se dividia o liberalismo chileno, é um dos marcos políticos do Chile. Na sua Mensagem de 1883, Santa María diz “ter batido no relógio dos acontecimentos a hora de realizar as quatro aspirações mais antigas e mais queridas do Liberalismo chileno: cemitério comum, casamento civil, registro civil e liberdade de consciência”. Este grupo de reformas foi sustentado com a maior tenacidade por Balmaceda, e deve ser inscrito em seu nome. Ele teve que se justificar ainda mais perante os Radicais de haver abandonado a sua propaganda de 1874 a favor da separação da Igreja e do Estado, do que perante os Conservadores por intentar aquelas inovações no velho estatuto religioso do Chile.

No Congresso de 1885 os Conservadores, que se haviam absterido nas eleições de 1882, apresentam-se em maior força, e desde logo a oposição concentra-se toda na candidatura presidencial do ministro do Interior. Balmaceda deixa o Gabinete para ficar livre e deixar livre o Presidente. Em vão Santa María quer congregar os quatro grupos liberais do Congresso, Liberais de Governo, Radicais, Nacionais e Dissidentes, para a escolha de um candidato único, por meio de uma Convenção à maneira dos Estados Unidos. Os Liberais, os Nacionais e uma parte dos Radicais formam uma liga oficial situacionista, como se diz no vocabulário palatino que ultimamente temos adotado. Os Dissidentes e a outra parte dos Radicais, por seu lado, formam outro grupo, ao qual os Conservadores se inclinam. Havia assim ele um lado o partido da administração,

do outro as oposições coligadas; entre esses dois campos travou-se uma guerra parlamentar desabrida, na qual o Sr. Bañados vê o prenúncio da Revolução de 1891, *o seu ponto de partida*.

O atentado não passa de uma protelação, do abuso das formas parlamentares a que recentemente se deu na Inglaterra o nome de *obstrução*. A lei de orçamento no Chile é votada por dezoito meses e a de 1884 acabava à meia-noite de 5 de janeiro de 1886. A oposição, usando do direito que tinham os deputados de falar duas vezes sobre cada artigo, prolongou a votação do orçamento até a expiração do prazo constitucional. No dia 6 de janeiro, funcionando o Congresso, o Chile achou-se sem lei de impostos. O presidente da Câmara *vacilava*, diz-nos o Sr. Bañados, *e era vítima de cruéis dúvidas*. A 8, porém, o Deputado Isidoro Errázuriz, em nome da maioria, apresentou uma declaração, assinada por quarenta e oito deputados, de que a Câmara estava no propósito de votar a lei de contribuições, vendo-se tolhida de o fazer somente pela obstrução da minoria. Bañados cita esse discurso como uma defesa antecipada de Balmaceda, opondo o Errázuriz de 1886 ao de 1891. A verdade, porém, é que o discurso não contém outro princípio senão o da defesa da Constituição em todos os terrenos e contra todos os inimigos. A revolução que ele condena *in limine*, qualquer que seja o motivo ou a bandeira, é a tentativa de derribar pela força a autoridade legítima. Para quem se apossar bem do espírito desse discurso, o revolucionário de 1891 não é decerto o Congresso, que assumiu exatamente a mesma atitude de 1886 e reivindicou os mesmos direitos. O que sobressai dele é esta nota, imprescindível para quem quer julgar Balmaceda: o orgulho que os chilenos tinham da sua estabilidade política.

A protelação deixando o país sem impostos legalmente decretados tornava indispensável a ditadura, e essa aparição da ditadura em plena reunião do Congresso era a condenação da minoria, que assim reduzia à impotência a Representação Nacional. Contra isso era preciso reagir, era preciso subordinar o Regula-

mento à Constituição, salvar o princípio, a razão de ser, do sistema representativo, sujeitando a vontade da minoria a da maioria.

Não há nesta atitude do Congresso chileno nada que não seja da mais perfeita teoria constitucional: a protelação sistemática força o Congresso à inação, transforma-o em uma espécie de teatro de declamação, faz com que, funcionando, ele se sinta tão paralisado e inútil como se não estivesse reunido. Os partidos que deliberaram seguir essa estratégia dilatória foram em parte os mesmos que em 1891 recorreram às armas para fazer vingar a autoridade do Congresso, mas só em parte. Em um sentido a alegação do Sr. Bañados é fundada: se ele quer dizer que muitos adversários do ditador Balmaceda não mostraram na administração de Santa María esse respeito religioso pela Constituição que depois invocaram, acho-lhe perfeita razão. A verdade, entretanto, é que a protelação, por mais grave que seja, nunca é, senão em sentido figurado, uma *revolução*; o abuso das minorias tem sempre corretivo na resolução da maioria. Se alguma falta houve em 1886, foi, por parte da maioria, o não ter suspenso o Regimento na noite de 5 de janeiro para se desobrigar do seu dever absoluto de não deixar a nação no prazo constitucional sem lei de meios. Pode-se dizer que a minoria, protelando, e a maioria, deixando protelar, mostravam praticamente uma e outra o ânimo de fazer continuar em 1886, até ser votada outra, a mesma lei de 1885. Nessa demora consentida havia já um acordo de prorrogação tácita, que exclui a idéia de ditadura. Coisa muito diferente seria se o Congresso e o Presidente estivessem em antagonismo. Esta hipótese nós a encontraremos mais longe, durante o ano de 1890. O fato de 1886 não foi um conflito entre o Congresso e o Presidente, foi um simples caso de paralisia do Regimento; nenhuma de suas feições tem semelhança com o que se deu depois com Balmaceda.

Quaisquer, porém, que fossem as incoerências dos indivíduos ou dos partidos, – aliás elas não têm importância quando se estudam os precedentes dos dois poderes, – a atitude do Congresso, como instituição, como depositário de princípios constitucio-

nais, é a mesma de 1886 que será em 1891. A do primeiro magistrado da República, essa, sim, é que não é em 1891 a que foi em 1886. O golpe de Estado regimental de 9 de janeiro não passou do que se tem visto em todos os parlamentos. Na Câmara dos Comuns, mais de uma vez, quando não existia ainda o encerramento forçado, a maioria teve de recorrer a esse arbítrio, para não se ver condenada à desídia pela tenacidade de uma minoria até insignificante.

Dividido como estava o Partido Liberal na administração Santa María, organizaram-se para a eleição do novo Presidente duas convenções, uma Liberal-Radical-Nacional, que era a governista, outra Liberal-Radical, contrária ao grupo dominante. Esta última designou como seu candidato a João Francisco Vergara; a primeira, a Balmaceda. Os Conservadores, que eram o complemento indispensável da vitória oposicionista, caso esta fosse possível, não aderiram à candidatura de Vergara, tornando-a assim impraticável e forçando-o a retirar-se do pleito. Balmaceda, representando a situação Liberal consolidada, viu-se desse modo aceito sem oposição, candidato único.

Esse assentimento unânime vai refletir nas primeiras atitudes do Presidente eleito. Os seus partidários mais íntimos oferecem-lhe um banquete e ele declina-o, escrevendo-lhes: “Desejo conservar em benefício dos meus concidadãos a situação de comum confiança que criou para mim o voto dos chilenos.” O Sr. Balmaceda pretende que essa resposta feriu a suscetibilidade dos amigos e deu azo às esperanças da oposição. Era a afirmação do futuro Presidente de que não queria governar adstrito a um partido, pelo menos a nenhum grupo. Comentando a posição do Presidente para com o partido que o elegeu, o seu defensor procura traçar esta linha divisória na consciência do magistrado nacional: “Nos atos da administração pública devem eles separar-se das paixões e dos interesses do partidarismo para se fixar somente no frio cumprimento das leis, na equidade e na justiça para todos. No conjunto porém de procedimentos de puro caráter político, não podem

nem devem esquecer que são homens de partido e que subiram ao poder para realizar aspirações e ideais também de partido.”

É uma questão delicada. Se nas repúblicas, por um motivo ou por outro, os presidentes têm forçosamente que ser chefes de partido, pode-se dizer que falta à testa desses governos o chefe da nação, a qual nunca se pode compreender como um partido triunfante. Seria uma inferioridade para o governo republicano essa de não poder dar à magistratura suprema os seus atributos essenciais de dignidade, independência e neutralidade. Nos chamados governos presidenciais o presidente está muito mais adstrito ao jugo partidário do que nas repúblicas parlamentares, onde ele representa o papel de um soberano constitucional, cingindo-se à vontade das maiorias. Mesmo nos Estados Unidos, porém, qualquer chefe de partido, uma vez na Casa Branca, sente que a sua responsabilidade perante o país pretere qualquer outra. Daí, para expressar esse sentimento de responsabilidade maior, de primeira hipoteca, para com a nação, tantas frases cunhadas por eles mesmos no gênero da de Hayes: “Quem serve melhor ao seu partido é quem serve melhor ao país.” O presidente deve supor que foi indicado pelos seus correligionários por ser o homem mais próprio para exercer a função nacional da presidência, que é essencialmente arbitral; se no exercício dela ele tiver que contrariar e afastar de si os que o elegeram, fá-lo em virtude do dever que eles mesmos lhe impuseram, exercita o seu critério individual, que eles reputaram o mais elevado e o mais seguro de todos. De outra forma, o contrato entre eles teria sido desonesto; assentindo à sua escolha, ele teria feito promessa tácita de atraiçoar o país, sempre que o exigisse o interesse do partido. A liberação do partidário eleito para qualquer magistratura faz-se no ato mesmo da eleição; todo *munus republicae* supõe um funcionário sem compromissos. O presidente é um homem que o partido cede à nação e não tem mais o direito de reclamar dela. Era este também o sentimento de Balmaceda ao assumir a presidência da República a 18 de setembro de 1886.

.....

Presidente constitucional

ENTRAMOS na administração de Balmaceda e o primeiro capítulo do Sr. Bañados sobre ela traz o auspicioso título de *Pacificação*. “A administração Balmaceda”, diz ele, “inaugurou-se entre as esperanças gerais dos partidos.” Para bem compreender tudo o que se vai seguir é melhor talvez conhecer a origem e o equilíbrio dos partidos chilenos. A respeito deles o Sr. Bañados faz um interessante retrospecto. De 1833 a 1861 o Chile esteve entregue ao Partido Conservador, que em 1859 esmaga pela mão de Montt a última revolução armada dos Liberais. Na administração Montt, porém, os Conservadores dividiram-se em dois campos. Um conservou o nome do partido, e o outro, o sustentáculo da administração, ficou se chamando Nacional. Na extensa administração de Pérez, que durou até 1871, continuaram a existir aqueles dois partidos, e mais o Liberal-Histórico, representante do espírito da Carta de 1828 e das revoluções mal sucedidas contra o predomínio Conservador – do seio do qual saiu o Partido Radical. Na presidência de Errázuriz, eleito com o apoio de Liberais e Conservadores, dá-se a ruptura dos dois grupos, e os Radicais tomam no Governo o lugar deixado pelos Conservadores, A presidência de

Anibal Pinto, ocupada quase pela guerra com o Peru, representa a aliança Liberal-Radical, fortalecida com o grupo Nacional. Esta foi a mesma combinação que sustentou Santa María tendo-se separado dele entretanto um grupo de Dissidentes (Liberais) e parte dos Radicais. Estes e os Conservadores eram os elementos inclinados à oposição, quando subiu Balmaceda.

O Sr. Bañados faz notar um fenômeno curioso na evolução do Partido Conservador. “Por um lado, ele fez-se partido religioso-político e por outro declarou-se radical absoluto nas questões que não interessavam às suas crenças.” Essa estranha palinódia, como ele diz, não seria porém o processo de recuperação que o instinto sugere aos organismos feridos? O mesmo viu-se entre nós com a escravidão. Quando a monarquia se sentiu obrigada a tocar nesse ponto delicado da economia social, o partido ultraconservador, os antigos *saquaremas* do Rio de Janeiro, educados por Torres, Paulino de Sousa e Eusébio de Queirós, passaram todos estrepitosamente para a república.

A verdade talvez seja que na administração Balmaceda o Chile já tinha entrado em uma nova fase de sua história. Há épocas, às vezes chamadas impropriamente de anarquia, em que os elementos sociais até então combinados de certo modo começam a desligar-se uns dos outros, em que as afinidades primitivas perdem a força e tornam-se inertes, seja pelo predomínio de novos característicos nacionais, resultantes da incessante fusão étnica, seja pela intervenção de outros reagentes intelectuais, como são as teorias, as idéias, o espírito do tempo, de sorte que mesmo as rochas se volatilizam.

Para dar um exemplo nosso, há na atual fase brasileira uma série de elementos em estado de liberdade, portanto, de agitação, sem que se possa formar a síntese de sua combinação definitiva. Tome-se o elemento militar, que assumiu o principal papel: quem pode determinar hoje a sua fixação futura? É evidente que a sua aliança com o elemento político exaltado seria uma combinação transitória, porque não há afinidade entre o espírito de subordi-

nação voluntária, que é a alma do exército, e o temperamento ingovernável dos revolucionários. Quanto à aliança com o comtismo, quem não sabe qual seria a sua sorte? Outro elemento isolado, à espera da base indispensável, é o Positivismo, que tanto influiu no destino do país, e que forneceu os primeiros ideais provisórios da República e o seu simbolismo nacional, mas que não encontra na sociedade elementos permanentes a que se possa incorporar. No Chile quem sabe se a sociedade não entrou como a nossa em uma dessas fases em que tudo se separa para unir-se diferentemente. É a crise do crescimento, mas em todo o caso é um período de profundo desequilíbrio, do qual o organismo pode sair preparado para maiores coisas, mas em que também lhe pode faltar a nova coesão de que precisa para não se dissolver.

Se a atitude do Partido Conservador, ofendido pelas reformas religiosas, era essa de desencadear o radicalismo no seio da sociedade chilena, onde estava a representação do princípio conservador? Entre os diversos grupos liberais havia um, o Nacional, que o Sr. Bañados descreve com a frase conhecida – *um estado-maior sem soldados*, mas que me parece ser, pelo que leio, o que, no meio de todo esse enredo, conservava melhor a sobriedade chilena. “Era um núcleo”, são palavras do autor, “pequeno em número, porém compacto, com homens resolutos, com adeptos possuidores de grandes fortunas e com poderosas influências no mundo financeiro.” A luta de predomínio social dava-se entre esse grupo assim caracterizado e os Conservadores; a maioria liberal representava, pode-se dizer, uma formação oficial fortuita, sem os grandes pontos de apoio na sociedade que tinham os Nacionais e os Conservadores; os Radicais eram meros *pioneers*. Se Nacionais e Conservadores se unissem, a massa dos interesses consolidados do Chile estaria de acordo entre si e os acompanharia.

A primeira idéia de Balmaceda foi unir todo o Partido Liberal e conciliar as boas graças dos Conservadores, para desse modo, sem oposição, realizar uma grande política de desenvolvimento material. Estamos em setembro de 1886, note-se bem. O

Sr. Bañados diz-nos que um dos fins desses grandes empreendimentos – os louros da República Argentina não deixavam dormir o novo Chile – *era aplicar com proveito nacional o saldo que aumentava de ano em ano nas arcas do Tesouro*. Era a mesma feliz dificuldade que nos Estados Unidos. Seria muito longo acompanhar a administração Balmaceda, estudando os manejos parlamentares, as táticas dos partidos, os rompimentos pessoais, sob cada um dos muitos ministérios que se sucederam de 1886 a 1891. É preciso porém para qualquer juízo sobre a Revolução ter idéia do declive gradual da sua Presidência.

O primeiro gabinete de Balmaceda teve por ministro do Interior, que – já o vimos – é o líder do Ministério, Eusebio Lillo, e compôs-se mais dos seguintes nomes: – Godoy (que abre e fecha a Administração), Pedro Montt, Agustín Edwards e Evaristo Sánchez. Montt e Edwards eram dois altos personagens no grupo Nacional; Lillo, Godoy e Sánchez eram Liberais, mas figuras sem significação política, neutros nas lutas dos últimos anos. Não havia no Ministério nenhum Radical. A existência desse Gabinete foi curta. Aos Dissidentes e Conservadores, que formavam juntos a oposição permanente ao Governo Nacional-Liberal, ligaram-se alguns descontentes da maioria Liberal, guiados por Demetrio Lastarria, queixoso do relevo desproporcionado dos Nacionais no Gabinete; e na eleição do presidente da Câmara o candidato ministerial ficou em minoria de um voto. Lillo imediatamente demitiu-se, e durante sete dias, de 23 a 30 de novembro, Balmaceda, que tinha apenas dois meses de presidente, tratou de impedir que Nacionais e Liberais se desligassem, deixando-o sem maioria fixa de governo.

A crise resolveu-se, continuando o grupo Nacional na posse do dois lugares no Gabinete com a cláusula de fundir-se no Partido Liberal, deixando de ser um partido autônomo. Edwards continuou na pasta da Fazenda, substituindo Adolfo Valderrama a Pedro Montt. Os novos ministros Liberais eram o do Interior, chefe do Gabinete, Carlos Antúnez e mais Francisco Freire e Nicolau Peña Vicuña.

O Ministério Antúnez viu-se a braços no Congresso com uma minoria obstinada que deixou o Presidente até fevereiro de 1887 sem lei de orçamento. Balmaceda lembrará em 1891 no seu Manifesto esse precedente para mostrar que não é ditadura governar sem lei de meios, porque isso lhe tinha acontecido no começo de sua administração, sem que ninguém o culpasse. Sensível, entretanto, a diferença dos dois casos: quando o Presidente, à espera da lei de meios que o Congresso lhe quer dar, mas que a minoria consegue protelar, arrecada a receita e paga as despesas do país, não faz senão cumprir a vontade do Congresso, tem-no a seu lado, conta com ele, e se há ditadura ou usurpação não é sua e sim da minoria que impede o exercício da atribuição constitucional. Já vimos anteriormente esse caso. Havendo perfeita unidade de vistas entre o Executivo e a Legislatura, a falta é da maioria que se deixa estorvar e da minoria que a estorva, e não do Presidente, que se mantém no seu posto aguardando a lei. Todavia, mesmo assim, nos Estados Unidos o Presidente se absteria da função legislativa e proclamaria ao país que, quem o quisesse fazer voluntariamente, pagasse impostos e servisse à União, no exército, ou no funcionalismo.

Em começo de 1887, o pensamento de Balmaceda, segundo o Sr. Bañados, era a *unificação* dos diversos elementos do Liberalismo, alguns até afastados do Governo. A Mensagem de 1^o de junho de 1887, primeira vez que Balmaceda se apresentava no Congresso, formula essa aspiração. Balmaceda mostra-se, como todos os antigos Presidentes, partidário sincero do governo parlamentar, que foi sempre o Governo do Chile. “Desejo”, dizia ele, “a realização prática do Governo parlamentar, com partidos de idéias e organizados, que vivam da discussão livre, da fiscalização vigilante dos atos dos funcionários públicos, do respeito e da justiça recíproca, do exercício pleno de seus direitos...” Foi a sua experiência no Governo, segundo o Sr. Bañados, que o fez mais tarde abandonar essas idéias parlamentares e *morrer empunhando a bandeira do sistema representativo*. É uma sutileza, um tanto ingênua, essa de

opor o fundo à forma e fazer do sistema Presidencial a alternativa democrática do Governo parlamentar, que, precisamente, pretende ser o único mecanismo perfeito do sistema representativo. Mas a esse respeito há uma preliminar intuitiva. Se foi no exercício da presidência que Balmaceda se convenceu de que o Governo parlamentar não convém ao Chile, é que ele achou o Chile na posse e na prática desse Governo. Quem é então o revolucionário de 1891?

O ministério Antúnez, para deixar ao Presidente unificador e aos chefes políticos maior liberdade de ação, demite-se em junho de 1887 e forma-se o gabinete Zañartu. A importância da nova organização consistia em que dois dos ministros eram Dissidentes, pertenciam a um elemento que, desde o governo de Santa María, se pusera em oposição ao domínio Nacional-Liberal. Esse gabinete representava a unificação do Liberalismo todo, exceto um grupo de Radicais. Balmaceda realizava o seu plano; não havia, porém, aproximação real e sincera. O elemento chamado Liberal prestava-se a tudo que dele queria Balmaceda, mas os outros que não eram bafejados pela administração, esses entravam para o poder com todas as suas prevenções e natureza própria. O Gabinete Zañartu foi recebido lisonjeiramente por toda a imprensa Liberal, saudado como uma conquista pacífica pela Dissidente, como a realização de um pensamento generoso pela Nacional, mas a falta de homogeneidade era visível. A morte de Amunátegui ameaçou logo destruir o equilíbrio da combinação, mas Balmaceda deu-lhe por sucessor Augusto Mate, representante do mesmo grupo dissidente, e o Gabinete pôde presidir as eleições de 25 de março de 1888, das quais saiu o Congresso chamado *revolucionário*.

Por uma questão que o Sr. Bañados diz ter sido mais pessoal do que política, o Sr. Zañartu rompeu com o Presidente em abril. A essa ruptura, chama o autor a *primeira chispa do grande incêndio que arrasou o sólido edifício em que se asilavam as velhas instituições do Chile*. A importância entretanto desse incidente parece ser a de um simples episódio parlamentar. O Ministério Zañartu quis continuar,

passando para o Interior Lucio Cuadra; na substituição deste, porém, manifestou-se a rivalidade dos Dissidentes, representados por Mate e García de la Huerta, com os Nacionais ou Montt-Varistas, representados por Pedro Montt e Agustín Edwards, e Balmaceda, depois de várias tentativas para estabelecer o equilíbrio entre eles, resolveu sacrificar os dois grupos, organizando um Ministério tirado do núcleo sólido da maioria, isto é, dos Liberais de Governo.

Foi este o Gabinete de 12 de abril de 1888. A exclusão dos Nacionais, que apesar do seu pequeno número tinham tido o predomínio na administração Balmaceda desde o primeiro Ministério, foi acolhida pelos seus inimigos todos, Dissidentes, Radicais, alguns Liberais mesmo, como uma vitória comum. Os Nacionais souberam, porém, não se mostrar ressentidos; o seu órgão, a *Época*, elogiou francamente a formação do Gabinete. A dureza do ostracismo era, entretanto, intolerável para um grupo que tão poderosos elementos contava no país e que até ali arrastara sempre após si a maioria. A ruptura era inevitável, e foi se acentuando pela imprensa. No fim da Sessão cada câmara do Congresso elege no Chile uma comissão de sete membros, chamada Comissão Conservadora, a qual na ausência do Poder Legislativo exerce sobre a administração o direito de fiscalização de que ele está investido. A importância dessa Comissão ver-se-á mais tarde durante o conflito do Congresso com o Presidente. Os liberais, magoados pela atitude cada vez mais hostil dos Nacionais, resolveram separar-se abertamente deles. Para isso convocaram uma reunião da maioria, excluindo-os, e decidiu-se que nenhum Nacional faria parte da Comissão Conservadora. A 29 de agosto os Nacionais recebiam das mãos do Governo os seus passaportes. Assim eliminados, acertaram eles a luta e na seguinte Sessão do Congresso romperam as hostilidades, afastando da presidência e vice-presidência do Senado dois altos personagens consulares, seus aliados de outrora, Santa María e José Ignacio Vergara. Por uma desavença intestina dissolveu-se o

Ministério Cuadra, e a 2 de novembro o Sr. Barros Luco, presidente da Câmara, formava outro Gabinete.

A exclusão dos Nacionais foi um acontecimento parlamentar, mas nenhum dos incidentes que tenho até aqui resumido tem a meu ver, ao contrário do que pretende o Sr. Bañados, relação com a resolução de Balmaceda de arrostar a guerra civil. Para quem for acompanhando o Sr. Bañados, tornar-se-á cada vez mais claro que o procedimento do Presidente em 1891 está em violento e inesperado contraste com todas as tradições, não somente de seu ofício, mas até de sua pessoa. Que o chamado Presidencialismo não era o tipo do governo chileno para o próprio Balmaceda, mostra-o de sobra a seguinte admissão do Sr. Bañados a respeito de um fato que, a seu ver, decidiu da sorte da administração. “Tenho razões para assegurar”, diz ele, “que Balmaceda repeliu, em sua consciência de homem e de estadista, a declaração de 29 de agosto” – a que eliminou da maioria os Nacionais. “Uma vez, porém, feita essa declaração, nada podia ele fazer, e muito menos manifestá-lo ao Gabinete.” É a mais completa confissão de que Balmaceda reconhecia ser o governo parlamentar o Governo consuetudinário do Chile, a conquista de uma longa série de legislaturas. O autor figurando o Presidente impedido de pronunciar-se sobre uma resolução de que dependia o seu governo, fá-lo mais metuculoso do que a Rainha Vitória.

No Ministério Barros Luco começa a espalhar-se a notícia que Balmaceda tinha escolhido *in petto* o seu sucessor, e que este era o seu íntimo Henrique Sanfuentes. O Sr. Sanfuentes substituíra no Gabinete Barros Luco a Prudencio Lazcano. A primeira impressão desse rumor político foi tal que o próprio Sanfuentes, para evitar maiores dificuldades ao Presidente, deu a sua demissão, e Barros Luco teve que reorganizar o Gabinete. Desse modo, à distância ainda de mais de dois anos, a futura eleição Presidencial começava a agitar o fundo dos partidos. Mais tarde veremos os resultados dessa candidatura, reputada pelos velhos partidos chilenos uma afronta ao país.

O Ministério Barros Luco dissolveu-se pela eleição do candidato dos Nacionais à presidência do Senado, da qual foi desalojado Adolfo Valderrama. Balmaceda, diz-nos o Sr. Bañados, tinha dois caminhos a seguir, ou a aliança dos Nacionais e Nacionalizados com os Liberais, ou a aliança destes com Radicais e Dissidentes. O Sr. Bañados acrescenta que para promover a primeira dessas alianças, aliás repelida por muitos Liberais, Balmaceda teria que renunciar à idéia de unificação e que principalmente por isso ele preferiu a segunda. Não importava, porém, a escolha feita o sacrifício daquela mesma idéia? Era por acaso unificar o partido excluir dele um dos seus grupos mais prestigiosos? Adotado entretanto esse pensamento, Demetrio Lastarria encarregou-se de formar o Gabinete e fê-lo a 9 de junho com três Liberais, dois Dissidentes e um Radical. A entrada do elemento Radical congregou os elementos mais exaltados do Liberalismo, mas os Nacionais receberam o Gabinete como um cartel que lhes fosse endereçado.

A sessão de 1889 foi muito agitada. A maioria Liberal-Radical defendia com ardor a Balmaceda, tratando de afastar da luta o nome do Presidente. Os mesmos homens que veremos dentro de um ano assinando a ata da deposição, estão ainda unidos em torno dele. A sinceridade dos ministros não era, entretanto, um ponto de fé entre os íntimos da Moneda. O Sr. Bañados, por exemplo, diz que Eduardo Mate só aceitou uma pasta para descobrir os fios da presumida candidatura Sanfuentes. O fato é que, por causa dessa candidatura, se tornaram impraticáveis as relações entre Balmaceda e o ministro influente do Gabinete, que suspeitava o Presidente de protegê-la, inspirando-se em uma camarilha, cujo valimento era maior do que a influência do Ministério. Lastarria não pensou que o Gabinete devesse continuar, sacrificando Mate, incompatível com Balmaceda, e assim todo ele demitiu-se.

A demissão desse Ministério abre, pode-se dizer, a crise Presidencial. Até aí Balmaceda só tinha tido a dificuldade de escolher com quem governar; todos os grupos da Câmara se lhe ofereciam, e ele possuía no partido chamado Liberal de Governo o quadro de

uma maioria sólida. Em outubro de 1889, porém, depois da ruptura com Mate e do sacrifício do Ministério Lastarría, ele vê-se de repente sem maioria. A sua situação é esta: ele tem por si um fragmento de partido; todos os elementos conhecidos, feitos de alta classe da política chilena, estão contra ele; o sentimento geral é que ele não tem outro pensamento senão fabricar, na presidência, à última maneira dos argentinos, um partido seu, pessoal, anônimo, composto de elementos inferiores da sociedade, dos repelidos de todos os partidos independentes. Ele tem ainda por si o grosso do Partido Liberal, mas já em minoria no Congresso, e prestes a desagregar-se. Os outros grupos estão coligados para dar combate ao Presidente, em pessoa, para resistir à sua política individual. Dessa atitude resulta uma transação; ainda uma vez Balmaceda tratará de ganhar tempo, até as futuras eleições.

A oposição coligada tinha exigido que se tirasse de um de seus grupos o ministro do Interior; a isto o Presidente não se sujeitou; concordaram, porém, afinal, em aceitar quatro pastas, ficando para os Liberais a do Interior, que vale por todas. Sobre esta base organizou-se a 23 de outubro de 1889 o Ministério Donoso Vergara. Era este porém logo à primeira vista um Ministério de desconfiança. “Como poderia esperar a confiança dos membros da oposição conservadora”, dizia um deles no Senado, “um gabinete organizado sobre a base da mais absoluta desconfiança, desconfiança recíproca entre os grupos liberais representados nele, desconfiança total do Ministério a respeito dos propósitos que se atribuem ao Presidente da República?” Balmaceda havia-se submetido, mas a sua suscetibilidade estava ferida; ele sentia-se prisioneiro da Coalizão parlamentar; o Partido Liberal, que era a sua coorte, tinha sofrido nova defecção, com o afastamento de homens como Lastarría, Zegers, Luis Errázuriz, Máximo Lira, Jorge Riesco e outros. O Sr. Bañados qualifica esse grupo de Convencionalistas, porque divergiram a propósito da Convenção Eleitoral de 1890. O Ministério de outubro logo mudou de chefe em novembro, passando a dirigi-lo em lugar de Ramón Donoso, outro Liberal, Sánchez Fontecilla.

O Sr. Bañados menciona o boato, contestando-o, que Balmaceda e o ministro Valdés Carrera estavam de acordo para este provocar crise no Gabinete depois de votado o orçamento. O certo é que, vendo uma desconsideração em um voto da Câmara, Valdés Carrera deu a sua demissão, e os outros membros do Gabinete tiveram que o acompanhar, por entender Balmaceda que a renúncia devia ser coletiva.

Eliminando o Ministério da Coalizão, Balmaceda resolveu formar outro exclusivamente de Liberais fiéis, de amigos seus. Foi o Ministério de 21 de janeiro, o Ministério Ibáñez. Já é o pessoal propriamente balmacedista que entra em cena. É a ditadura que se revela incerta, trêmula ainda, tateando os primeiros passos, temendo estar, nesse terreno novo para um presidente chileno, a demasiada distância da eleição, precisando experimentar a fidelidade do exército e a resistência do país, mas com tenção firme de ganhar a partida, quando mesmo fosse preciso recuar, reunido o Congresso, para evitar a acusação e deixá-lo concluir em paz.

.....

Ensaio geral da ditadura

ATÉ O primeiro gabinete balmacedista, o de Adolfo Ibáñez, o Presidente preferira governar com os homens de maior situação pessoal no Chile; realizava as suas vistas tendo por auxiliares os chefes dos grandes grupos em que se distribuía politicamente a velha “sociedade” chilena; eram esses os seus amigos e camaradas das lutas passadas. Agora, porém, tomava ele mesmo a direção de tudo, por meio de homens de sua confiança pessoal; surgia um partido seu, do seio da antiga maioria. Semelhante mudança era o esfacelamento da União liberal. Os Conservadores jubilavam. Ambos os grupos, o ministerial e o coligado, procuravam captar-lhe as boas graças, e podiam eles aproveitar-se da situação para exigirem em troca de sua neutralidade a lei chamada da Comuna Autônoma. Diz o Sr. Bañados que essa reforma lhes entregaria a administração dos municípios, onde o Partido Católico, em toda a parte arregimentado, estava em maioria. O arrastamento para a oposição era, porém, mais forte do que todo cálculo político, e cedo os Conservadores por sua vez entraram para a Coalizão. A sessão ordinária de 1890 tinha que ser decisiva: ou triunfava, ou se extinguia no Chile o Governo parlamentar.

Num banquete dado a 12 de fevereiro pelo Intendente de Valparaíso, Ibáñez lança em nome do Presidente o programa das reformas constitucionais. “O Presidente”, disse o ministro do Interior, “pensa que chegou para ele a hora solene de cumprir um alto dever cívico, despojando-se de uma grande parte de suas atribuições constitucionais, de todas aquelas que não sejam absolutamente indispensáveis para o Governo geral da nação, porém, não, praticamente ou de fato, em favor dos partidos pessoais, que pretendem o poder para tomarem em benefício próprio a influência do Presidente, mas, sim, em benefício do povo, por meio da reforma radical da Constituição.”

É sempre a mesma linguagem: os partidos que disputam o poder são partidos pessoais; o partido, porém, que o Presidente trata de fundar, esse é o partido nacional. O Presidente está pronto a desistir de parte de suas atribuições, contanto que tornem o seu poder independente, como se essa “independência” não reduzisse tudo o mais a completa subserviência. Destruir os partidos que se formaram em diferentes momentos da História chilena para substituí-los por um grande partido novo, que teria tantos adeptos quantos fossem os empregos e fornecimentos públicos multiplicados pelo pessoal votante, era cobrir o Chile inteiro de uma lepra tanto mais lastimável quanto a chaga seria toda artificial e de criação exclusiva do governo.

O Ministério Ibáñez não chegou a apresentar a reforma arquitetada por Balmaceda; nas vésperas da reunião do Congresso, o Chile foi surpreendido por este telegrama expedido, a 30 de maio, da Moneda aos intendentes e governadores: – “Fui chamado a organizar o ministério e ficou constituído com os Srs. Mackenna, Julio Bañados Espinosa, Gandarillas, Valdés Carrera, Velásquez, e o abaixo assinado. Esta organização ministerial tem o seguinte significado político: eliminação irrevogável e absoluta de minha pessoa, quaisquer que sejam as emergências futuras, de todo trabalho a meu favor, na designação de candidato à eleição de Presidente da República. Henrique Sanfuentes”. Era um perfeito golpe de teatro.

A circular era antes de tudo o reconhecimento da candidatura que ela eliminava, candidatura tão positiva que só podia ser apagada do espírito público, fazendo-se do candidato o primeiro-ministro que ia presidir à eleição. Era mais ainda; era um desafio àqueles mesmos a quem o Presidente sacrificava o seu candidato, porque dava a Sanfuentes, senão desde logo a presidência, o primeiro lugar na eleição do novo presidente, isto é, o mesmo ascendente pessoal na futura administração que ele tinha de Balmaceda. Em uma palavra, era fundar no Chile a transmissão da primeira magistratura dentro da intimidade dos presidentes; era converter a sucessão presidencial em uma espécie de morgadio, cobrindo o período de três administrações consecutivas, talvez mais, permitida que fosse a reeleição. O Chile importava assim as piores práticas da América do Sul, onde a passagem do poder supremo se tem tantas vezes feito por meio de uma convenção verbal entre as partes, com a cláusula até de retrocessão. Como fora diferente a conduta de Errázuriz, fazendo reconhecer no seu governo o princípio da inelegibilidade do Presidente! Como o novo plano se apartava dessa tradição chilena, celebrada no Congresso pelo Sr. Valdés Carrera, de que todos os presidentes, desde Bulnes até Santa María, com exceção apenas de Anibal Pinto, não foram os candidatos preferidos por seus antecessores!

O Ministério Sanfuentes, chamado também o Ministério de Maio,¹ representaria uma das maiores ingenuidades na história da política, se se pudesse conceber um partido capaz de ingenuidades dessa ordem. A causa da coalizão dos antigos partidos, da dissidência no seio do Liberal, diz-nos o Sr. Bañados, era a candidatura Sanfuentes. “Levando em holocausto ao altar dos sacrifícios essa candidatura”, o Partido Liberal e Balmaceda acreditavam tirar a oposição o pretexto que ela alegava e chamá-la “nobres idéias de transação”. A oposição não julgou que o ministério do Interior, a

1 30 de maio de 1890.

lugar-tenência presidencial, fosse esse *altar dos holocaustos* que o Sr. Bañados figura, nem que o candidato à imolação tivesse a pureza das vítimas. A nomeação de Sanfuentes longe de ser um sacrifício era o começo da ação. Até à sessão anterior, o Presidente procurara de um modo ou de outro apoiar-se em maiorias do Congresso, governar de acordo com ele, conforme o espírito e a tradição do sistema parlamentar. Com o ministério Sanfuentes, porém, ele desafiava o Congresso a medirem armas.

Ibáñez, já vimos, anunciara o projeto de reforma que devia estabelecer a independência perfeita do Executivo, substituindo as instituições parlamentares do Chile por uma adaptação do sistema norte-americano. De fato, ao abrir o Congresso a 1º de junho de 1890, Balmaceda faz na Mensagem a mais ardente apologia desse plano. É uma revolução completa no governo do Chile, o que ele quer. Sob pretexto de fundar a descentralização, por uma organização provincial muito menos extensa do que nós tínhamos no Império, ele propunha praticamente a onipotência do Poder Executivo e a degradação do Congresso, ao qual chegava a tirar a prerrogativa de votar os impostos, desde que tornava permanente a autorização para cobrá-los. Era um retrocesso considerável na marcha do Chile, o abandono das liberdades adquiridas, a confissão da incapacidade do país para se governar por si, para o funcionamento de instituições que são o último progresso a que atingiu a representação dos povos livres. Em nossos países, onde a nação se mantém em minoridade permanente, as liberdades, os direitos de cada um, o patrimônio de todos, vivem resguardados apenas por alguns princípios, por algumas tradições ou costumes, que não passam de barreiras morais, sem resistência e que o menor abalo deita por terra. A esses países, onde a liberdade carece do amparo do poder, onde a lei é frágil, não se adaptam instituições que só pode tolerar uma nação como a norte-americana, cuja opinião é uma força que levaria de vencida qualquer governo, cujos partidos são exércitos que dentro de horas se levantariam

armados sob o comando de seus chefes, e que, por isso mesmo, se respeitam como duas grandes potências.

É singular que, nessa Mensagem, Balmaceda tenha recordado tudo o que o Chile conseguiu ser sob a Constituição que ele pretendia destruir. “O Chile”, disse ele, “foi no período da sua organização uma exceção entre as repúblicas fundadas no século XIX, e nos últimos trinta anos ele oferece um exemplo sem igual no continente das duas Américas e talvez sem paralelo no resto do mundo. Enquanto as outras nações sofreram graves agitações sociais e políticas, mudanças imprevistas de Governo e profundas revoluções, a República do Chile, apesar da situação extraordinária criada por uma formidável guerra externa, não sofreu um único transtorno, um único motim militar. Nem por um instante perturbou-se a marcha de sólido progresso realizado por uma e outra geração.” O Presidente que dizia isso, com o característico amor-próprio chileno, devia prever, dados estes precedentes do seu país e a tèmpera nacional, a resistência que havia de encontrar a sua iniciativa demolidora. Para recomendar, porém, a subversão total de um regime, não deixa de ser curiosamente inconsciente, – só essa inconsciência explica tudo o que ele seguiu, – tão brilhante apologia. A teoria da Mensagem parece ser que o regime daí em diante seria estéril. Chegara o momento histórico – evidentemente à precisão do momento não era estranho para Balmaceda o fato de estar o seu partido no poder – de substituir o Governo parlamentar pelo que ele chama representativo, como se o Governo parlamentar não fosse precisamente o Governo da representação nacional. “Se queremos a República”, diz a Mensagem, “como expressão da ciência e da experiência do Governo de liberdade, é necessário reformar, desde a sua base, a Constituição de 1833.” A propaganda científica contra o parlamentarismo que se reflete no Chile no seio do partido chamado Liberal, antieticamente, porquanto foi o liberalismo que ideou e aperfeiçoou, peça por peça, o sistema parlamentar até torná-lo, como na Inglaterra, um relógio que marca os minutos da

opinião, e não somente as horas, como o governo Presidencial americano.

Não há em política pretensão mais fútil do que essa apresentada em nome da ciência. A ciência pode tanto criar uma sociedade como a glótica pode inventar uma língua, ou a filosofia uma religião. A política chamada *científica* propõe-se poupar a cada sociedade as contingências da experiência própria, guiá-la por uma sabedoria abstrata, síntese das experiências havidas, o que seria enfraquecer e destruir o regulador da conduta humana, que é exatamente a experiência individual de cada um. Certas leis existem em política que se podem chamar científicas, no sentido em que a economia política, a moral, a estatística, são ciências, mas a política em si mesma é uma arte tão prática como a conduta do homem na vida. O estadista que aprendeu a governar nos livros é um mito, e provavelmente os Pitts, os Bismarcks, os Cavours do futuro hão de se formar na mesma escola que eles. Conhecer o seu país, conhecer os homens, conhecer-se a si mesmo, há de ser sempre a parte principal da ciência do homem de Estado. Era um rei sábio o que dizia que para castigar uma província, o melhor seria entregá-la a filósofos políticos. Entre o espírito de reforma levado mesmo à utopia e o de sistema, há a mesma diferença que entre a fisiologia e a matemática. Há até diferença de temperamento. Os reformadores pertencem principalmente a duas classes, os sentimentais e os juristas. A tradição toda da palavra *reforma*, tomada primeiro a mais tranqüila das histórias, a dos mosteiros, é conservadora, e encerra em si dois grandes sentimentos: o de veneração e o de perfeição. Perguntaram a Pausânias por que entre os lacedemônios não era permitido a ninguém tocar nas antigas leis: “Porque as leis”, respondeu ele, “devem ser senhoras dos homens e não os homens senhores das leis.” Este é o espírito de imobilidade voluntária, espírito energético de uma raça forte. “Há um novo”, diziam os deputados de Corinto, “que não respira senão a novidade, que não conhece o repouso, e não pode suportá-lo nos outros.” Este é o espírito de inspiração transbordante e de eterno

movimento das raças de gênio, como a ateniense, a florentina, a francesa. Entre os dois extremos há o espírito combinado de conservação e aperfeiçoamento, privilégio superior das instruções muitas vezes seculares, como é, por exemplo, o Papado, na ordem religiosa, e, na ordem política, a constituição inglesa, ou a democracia suíça.

Entre esse espírito de aperfeiçoamento gradual e o espírito sistemático, científico, radical, não há afinidade: há pelo contrário antagonismo, mesmo, como eu disse antes, de naturezas. O reformador em geral detém-se diante do obstáculo; dá longas voltas para não atropelar nenhum direito; respeita, como relíquias do passado, tudo que não é indispensável alterar; inspira-se na idéia de identidade, de permanência; tem, no fundo, a superstição chinesa – que não se deve deitar abaixo um velho edifício, porque os espíritos enterrados debaixo dele perseguirão o demolidor até a morte. A natureza intransigente é exatamente o oposto; mesmo o Racionalismo Jacobino de 1793 não é porém sistemático, arrasador, como o metodismo científico. Não há paixão, por mais feroz, que se possa comparar em seus efeitos destruidores à inocência da infalibilidade. Os Terroristas de Paris, “massacravam” brutalmente como assassinos ébrios; os Teoristas inovadores amputam com a calma e o interesse frio de cirurgiões. Estes não conhecem a dificuldade que sentia Catarina da Rússia; escrevem as suas constituições na pele humana tão bem como no papel; lavram suas utopias na sociedade, a tiros de canhão, quando é preciso.

Essa sugestão científica a que obedece Balmaceda mostra a superficialidade da segunda natureza que ele adquiriu no governo. O espírito dos estadistas chilenos não pode deixar de ser refratário a saturações dessa ordem, sobretudo quando alheias a toda a sua formação anterior. Uma vez eu observava ao meu querido mestre, o Barão de Tautphoeus, o que me parecia ser uma inferioridade na raça inglesa, a sua dificuldade de apreender idéias estranhas. Ele fez-me a esse respeito, com a vivacidade e prontidão do seu espírito que não envelheceu nunca, uma brilhante demonstra-

ção de que essa impermeabilidade era exatamente a qualidade mestra dos ingleses, a causa de sua primazia, o característico de sua originalidade e do seu gênio. Também os chilenos, quer-me parecer, devem parte da sua força à resistência que oferecem a idéias de importação, a modos de pensar e de sentir alheios.

A atitude assumida por Balmaceda era um precedente cheio de grandes perigos. Dado que a nação chilena sentisse a necessidade de fortalecer, contra o Congresso, o Poder Executivo – praticamente absoluto – a alteração constitucional devia ser iniciada pela nação, e não pelo Presidente. Não era este o mais apto para propor em benefício do seu cargo semelhante mudança. A alegação de que sem a intervenção das Câmaras haveria dois partidos “de idéias”, ao passo que no regime parlamentar o que havia eram numerosos grupos pessoais, não tinha base na experiência. Os partidos tanto se fracionam em um regime como em outro, e tanto em um como em outro se uniformizam. A existência de dois partidos únicos é um fato que teve explicação histórica na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas que hoje não corresponde à fragmentação da opinião. Nem a subdivisão dos partidos é necessariamente um mal; pelo contrário, muitas vezes a minoria independente é que salva o bom princípio e causa a reforma do partido. Em tudo isto a irregularidade era visível. Não cabia ao Poder Executivo anular o Congresso para o fim de normalizar a função dos partidos. Em países, como o Chile, onde a opinião não pode ainda tanto como o Governo, o regime presidencial, esse sim, é que só produziria partidos pessoais, de ocasião, que seria preciso refazer a cada nova presidência. Nem o caráter pessoal atribuído por Balmaceda aos partidos contrários provava, a ser exato, senão essa mesma influência presidencial, que ele procurava aumentar. Esses partidos eram com efeito remanescentes das diversas administrações.

Aberto o Congresso, o Ministério Sanfuentes viu-se repellido, por assim dizer, da soleira das duas Câmaras. No Senado, Altamirano propôs logo um voto de censura aos ministros; Sanfuentes levantou a luva. “Enquanto tivermos a confiança do Presi-

dente da República”, disse ele, “manter-nos-emos nos nossos postos.” Era o repúdio absoluto do regime parlamentar. “Se o Chile”, dissera ele, “estivesse constituído debaixo do sistema parlamentar...”, rejeitando a hipótese. O Gabinete ficaria até as futuras eleições, e o país então pronunciaria a sua decisão final entre o Presidente e o Congresso. Era um plebiscito napoleônico; era atribuir ao Congresso eleito por ele, Sanfuentes, a prerrogativa de julgá-lo, que ele negava ao Congresso existente. Dizer que o Gabinete só era responsável perante Câmaras ainda por eleger, era proclamar que até lá ficava suspensa a responsabilidade ministerial. Essas novidades ecoaram no Senado, como insultos a tudo o que o Chile se habituara a respeitar, a tudo de que ele se orgulhava.

Por 25 votos contra 8, foi adotada a censura proposta. Dos que a rejeitaram, quase todos julgaram preciso manifestar que repudiavam a teoria constitucional do Gabinete. O Sr. Vicente Balmaceda, que se queria abster, declarou que *depois das palavras do ministro do Interior acreditava dever de patriotismo votar a censura*. Era praticamente o Senado todo. Na Câmara as coisas passaram-se ainda pior. O Sr. Mac-Iver formulou uma moção, censurando as declarações anticonstitucionais feitas no Senado pelos dois ministros do Interior e de Relações Exteriores, e as manifestações contra o Gabinete foram tão desabridas que este se prevaleceu delas para declarar que não compareceria mais às sessões. A minoria Liberal retirou-se, pretextando coação, e o voto de censura de Mac-Iver foi adotado por 70 deputados contra 1. A 14 de junho a Câmara, por 69 votos contra 29, decide adiar a discussão da lei dos meios “até que o Presidente da República nomeie um Ministério que dê garantias de respeito às instituições, e mereça por isso a confiança do Congresso Nacional”. O mesmo faz o Senado a 18. “As noções aprovadas continham implícita a Revolução”, diz o Sr. Bañados; também a atitude do governo continha implícita a ditadura.

O direito das Câmaras de negar os meios a um Gabinete que ela supunha fatal às instituições é um direito perfeito. As Câmaras são a Representação Nacional; a ficção é que elas são o

país, ao passo que o Presidente não é senão um magistrado. Entre a Representação Nacional de um lado e o Presidente do outro, presume-se, havendo conflito, que a nação está com os seus representantes e não com o seu delegado, e tanto assim que a Representação Nacional tem, em certos casos, deixado exclusivamente ao seu critério, o direito até de o suspender e de o depor. E é o Poder mais alto de todos. No caso de ruptura, não se compreenderia na Inglaterra um Parlamento, nem nos Estados Unidos, um Congresso *rebelde*. Decerto o presidente tem o direito de escolher livremente os seus ministros, mas esse livremente entende-se dentro de normas, de convenções consagradas, que formam a Constituição não escrita de cada país. Não é somente na Inglaterra que a Constituição não é escrita; escrevam-na como quiserem, imaginem os modos mais decisivos de demarcar os limites de cada poder, a Constituição terá sempre que ser o *modus vivendi* que eles assentarem entre si e que o país tiver sancionado. Nada mais prepósteros do que, em um país onde esse *modus vivendi* estava desde tantos anos profundamente radicado, surgir de repente um Gabinete pretendendo governar sem as Câmaras e invocando para isso fragmentos arqueológicos ou postulados da ciência moderna.

Em julho, continuando o conflito, a Câmara chama por duas vezes os ministros a dar conta dos seus atos, e eles recusam comparecer. A situação é da maior gravidade, todos vêem a guerra civil aproximar-se. Os amigos que Balmaceda ainda tinha nos diversos partidos, assustados com as conseqüências ulteriores da ruptura, dirigem-se a ele para lhe pedirem que chegue a um acordo com o Congresso, sacrificando o Gabinete. “Qual seria a situação do Presidente do Chile”, retorquiui-lhes Balmaceda, “se nestas condições eu cedesse do exercício de minhas prerrogativas constitucionais?” “Seria o maior homem do Chile”, interrompeu o Sr. Francisco Puelma. Depois este mesmo respeitável delegado do povo de Santiago insinuou a Balmaceda que renunciasse a presidência. “Evocou-se em minha presença”, foi a resposta do Presidente, “a lembrança da abdicação de O’Higgins. Era essa uma época de

anarquia e de revolução. Nós nos achamos em presença de uma situação regular, na qual exercito minhas atribuições constitucionais. Ninguém tem o direito de pedir-me o sacrifício de minhas prerrogativas como Chefe de Estado no Chile. Eu vos declaro com toda a convicção: não abaterei nenhuma de minhas atribuições, não representarei em caso algum o papel de vítima, porque o Chefe de Estado que a isso se prestasse vitimaria a nação que manda e representa.” A abdicação de O’Higgins, que ele assim repelia, quantas vezes não lhe terá parecido mais tarde a saída ampla que se abria então à sua dignidade, à sua reputação, e ao seu patriotismo?

A luta com o Congresso reunido era entretanto impossível, porque o Congresso tinha até o direito de acusar e julgar os ministros, e pretendia, se não houvesse outro meio, suspendê-los dessa forma. Nesse momento, Balmaceda não podia ainda assumir a ditadura; para assumi-la precisava poder adiar o Congresso, como fez em outubro, ou que este não se reunisse mais. A transação impunha-se como uma medida de prudência, enquanto fosse preciso contar com ele. Toda resistência nesse momento era uma loucura, queria dizer a partida perdida. O golpe de estado, que estava assentado, como veremos mais longe, foi abandonado. Ceder, era da parte de Balmaceda ganhar terreno para a luta eleitoral de março, que era o que lhe importava. Temendo todos o desenvolvimento da crise, o arcebispo de Santiago prestou-se ao papel de mediador, e, depois de diversas negociações com Balmaceda, dirigidas pelo Sr. Álvaro Covarrubias, o Congresso e o Presidente chegaram a um acordo: o Ministério de Maio demitia-se, e o Congresso votava a lei de meios, formando o Presidente um gabinete neutro. O ensaio geral da ditadura estava feito. A representação se realizaria, se fosse preciso, quando o Congresso não pudesse mais reunir-se *jure proprio*.

.....

Ditador

SEPARANDO-SE do Gabinete de Sanfuentes, Balmaceda deu-lhe as maiores demonstrações de solidariedade e reconhecimento. No banquete de despedida, na Moneda, ele proferiu, diz-nos o Sr. Bañados, “um dos mais belos discursos que jamais lhe ouvi, expressando sua gratidão aos amigos que com tanta abnegação, energia, e patriotismo, tinham defendido o princípio da autoridade e as prerrogativas constitucionais do Chefe do Estado”. Por seu lado, os Liberais de Santiago felicitavam o Ministério de Maio *pele triunfo das prerrogativas do Presidente da República contra as invasões inconstitucionais do Congresso*. Não era um Ministério que caía, era um interregno que se anunciava; os ministros demissionários conservavam a confiança, a gratidão do Presidente; o Congresso estava a expirar, o partido balmacedista iria às urnas com a certeza da vitória. O que era preciso, era atravessar do melhor modo o resto da Sessão ordinária; encerrado o Congresso, o campo ficava livre para a ação, e o presidente poderia ter ao seu lado os homens de sua confiança.

O Ministério de transação formado em agosto sob a direção de Belisario Prats compunha-se de pessoas estranhas ao

Congresso e ao conflito travado entre o Presidente e a maioria. O Congresso votou imediatamente a Lei de Meios; uma acusação proposta contra os membros do Ministério Sanfuentes pelo Deputado F. Puelma Tupper foi rejeitada por 56 votos contra 6: havia o propósito de evitar qualquer novo motivo de queixa, de apagar, no ânimo de Balmaceda, os ressentimentos do conflito havido, de cooperar com ele. Infelizmente o Ministério Prats estava, por sua natureza, com os dias contados. O partido balmacedista tinha uma organização e chefes que valiam mais do que os ministros. As eleições dar-lhe-iam imensa vitória no país, e, certos disto, o funcionalismo todo e todos os pretendentes preferiam as boas graças do Comitê executivo liberal às do Ministério. A situação do Gabinete era impossível, e cada dia se agravava; ele sentia que não governava; que a administração toda estava montada, como um poderoso mecanismo eleitoral, que a mais delicada pressão punha em movimento. A posição dos ministros era mesmo ridícula, eles sabiam o que se estava fazendo em todo o país, e não podiam alegar nenhum fato, porque mesmo não havia outra coisa senão a influência intangível, pessoal, silenciosa, exercida pela vontade conhecida, pelo interesse evidente, pelas intimidades políticas, do Presidente da República, e mais do que bastante para dar a vitória aos seus candidatos prediletos e aos princípios sustentados por ele, com o ardor de uma defesa própria, no último conflito com o Congresso. Os ministros não tinham fatos que levar ao conhecimento do Presidente de que ele não pudesse rir com eles; não havia nada que eles lhe pudessem denunciar como violação da neutralidade; o maquinismo funcionava sem um atrito, um rangido, uma comoção; a mudar uma peça, seria preciso mudar todas, isto é, organizar uma administração antibalmacedista para hostilizar o balmacedismo sob a presidência de Balmaceda. Ainda assim, quem sabe? mas, a não ser isso, nada contrabalançaria a influência do Presidente, mesmo quando este não quisesse exercê-la, posta como estava nas mãos dos seus amigos.

Entre o Presidente e os ministros demissionários, – não se sabia isto então, é desnecessário dizê-lo, e o Sr. Bañados não o refere no seu livro, – havia um laço oculto que não se podia mais quebrar. Esse laço era o segredo de um golpe de estado abortado. A Revolução vitoriosa encontrou em 1891 um documento curioso, o *Diário* do Ministério de Maio de 1890, escrito pelo próprio Sr. Bañados Espinosa. Nesse *Diário*, que vem junto ao processo instaurado ao Gabinete Vicuña, encontra-se a narração minuciosa de uma conspiração tramada em julho entre o Presidente, os ministros, o Intendente de Valparaíso, e diversos comandantes de corpos, para dissolver o Congresso que estava funcionando, e proclamar a ditadura. Para um documento destes só há uma resposta, mostrar que é apócrifo; a sua autenticidade, porém, parece fora de dúvida. Há trechos característicos nesse *Diário*. A 27 de julho consta que o Congresso vai acusar os ministros, e na Moneda se espalha que, uma vez postos os ministros em acusação, o Congresso declararia a deposição do Presidente. “Em presença desse plano”, diz no seu *Diário* o Sr. Bañados, “o Presidente da República e o Gabinete resolveram por unanimidade de votos que, apresentada a acusação, se procederia imediatamente à dissolução do Congresso, se proclamaria a Ditadura e se procederia à nova eleição no período de que fala a lei eleitoral. O Presidente da República encarregou-me de redigir o projeto de Manifesto. O Presidente da República encarregou-se por sua parte de redigir os considerandos e o decreto de dissolução.” A 28 de julho há no *Diário*, entre outras, estas revelações importantes: “De manhã redigi o projeto de Manifesto. Ditei-o ao escrevente do Presidente da República e conservo-o entre os meus papéis.” É preciso notar que nesse tempo Balmaceda estava em negociações com o Arcebispo de Santiago. Às 9 ½ da noite reúne-se e Conselho de Ministros. “Todos estiveram acordes em preparar desde logo o golpe, por existir conhecimento unânime de que, atrás da acusação dos ministros, viria a deposição do Presidente. Pensou-se, entretanto, que era melhor esperar o começo da acusação, e que no dia seguinte às 3 horas da manhã se lacriam

as portas do Congresso e se faria o bando pelo comandante geral das armas, acompanhado por todos os chefes de corpos. O Presidente da República disse que imediatamente falaria a alguns chefes de corpos e que às 10 ½ chegaria o Intendente de Valparaíso, mandado chamar expressamente para receber as instruções. Nessa mesma noite deram-se instruções a Barbosa, e falou-se a Marzán, comandante de caçadores, a Lopétegui, comandante do Buín, e a Polo Zaldivar, comandante do 4º de linha. Todos aceitaram com prazer o movimento e prestaram-se com entusiasmo.”

E segue assim o plano. A 29, porém, um ministro, Gandarillas, retrai-se, e declara a Sanfuentes, *cheio de medo e soçobro de ânimo*, diz o *Diário*, que renuncia o ministério. “A todos os argumentos de Sanfuentes, diz este que ele replicava: ‘Don Enrique, não sou o homem de ontem, não me atrevo, não posso dar o golpe.’” No dia 30, assenta-se o plano definitivo. Sanfuentes inculpa Gandarillas de ter esperado o último momento para dar “tão vergonhoso passo”. Balmaceda, pondo-se de pé, declara “que dissolveria o Congresso mesmo que o deixassem só”. Bañados pede “o posto de maior perigo e responsabilidade”. O Presidente e os ministros rogam a Gandarillas permaneça no Gabinete “até à meia-noite do dia anterior ao golpe de Estado”, ao que ele acede. “Seguiu-se então o debate”, diz o *Diário*, “acerca do melhor momento para dissolver o Congresso. Houve discrepância de opiniões. O Presidente da República, Velásquez, Bañados e Valdés Carrera inclinam-se a dissolver no momento de se romperem as negociações, e antes da acusação.” O golpe de estado, para o qual tinham marcado dia e hora, não foi levado a efeito, mas um fato secreto dessa natureza entre o Presidente da República e os ministros, altos funcionários, e chefes de corpos, tornava Balmaceda prisioneiro do seu partido. Prats não conhecia esses antecedentes; se os conhecesse, não teria aceito o Governo. O Presidente não poderia, quando o quisesse, separar-se dos que conjuraram com ele e tirar-lhes o poder efetivo.

A 6 de outubro o Gabinete Prats apresenta a sua renúncia coletiva, e Balmaceda encarrega do governo a Claudio Vicuña. Era uma nova edição do Ministério de Maio, um Ministério de combate. A sessão ordinária do Congresso tinha acabado. “Sabendo o Presidente”, confessa o Sr. Bañados, “que a combinação não podia ser do agrado da maioria parlamentar, resolve encerrar a sessão extraordinária.” A 14 de outubro, com efeito, foi encerrado o Congresso, ficando por votar a lei de orçamento e a lei de forças. Encerrado o Congresso, Balmaceda manifestava claramente o pensamento de que não o deixaria mais reunir-se, e de que até às novas eleições governaria por sua conta e risco, certo da legitimação ou desculpa de seus atos pelo Congresso que ia eleger. Separando-se provisoriamente do Ministério de Maio, ao qual o ligava a conspiração de julho, o Presidente, é agora visível, não tinha querido senão evitar a acusação dos ministros ou o golpe de estado combinado.

A formação do Gabinete Vicuña além do mais foi um grave erro de tática política. Balmaceda podia, sem perigo para o seu partido, temporizar até o fim, descansar no seu prestígio, na força do poder; o rompimento em outubro demonstrava excessiva inquietação eleitoral, receio de complicações fortuitas, necessidade de aproveitar a ocasião, de impedir a oposição de se armar e fazer prosélitos no país. Ligados os dois fatos, a formação do Gabinete Vicuña e o encerramento do Congresso, a intenção da Ditadura está patente: o Presidente vai impedir por ato seu a Representação Nacional de votar os orçamentos, de prover à segurança externa e interna do país. Se o Congresso não estivesse reunido, era dever dele convocá-lo. Despachá-lo, quando funcionava, era ostentar que prescindia dele.

Desde esse momento, pode-se dizer, o Chile está em guerra civil. A Comissão Conservadora acudiu logo em defesa das prerrogativas do Congresso e constituiu-se quase em sessão permanente. O seu primeiro ato foi admitir a tomar parte nos seus debates a

todos os senadores e deputados que a quisessem auxiliar, o que era dar às suas reuniões caráter de sessões públicas do Congresso em assembléia geral. O principal ponto do conflito constitucional era a usurpação, pelo Presidente, das atribuições privativas do Congresso relativamente à defesa pública e às forças de mar e terra. A 10 de dezembro, Pedro Montt apresenta esta moção que é votada: “A Comissão Conservadora resolve manifestar ao Presidente da República que a manutenção das forças de mar e terra além de 31 de dezembro, sem que o Poder Legislativo o autorize, importa em violação aberta do art. 28 da Constituição.”

Essa era a grave, a grande questão, mas Balmaceda já a tinha cortado ditatorialmente. Aqui as afirmações do Sr. Bañados são terminantes por insuspeitas. É ele quem nos diz que na conferência dos ministros, dois ministros, Casanova e Allendes, opinaram que se devia convocar o Congresso, ao passo que o Presidente e os demais ministros opinaram em sentido contrário, fundados em três razões, que do ponto de vista constitucional parecerão bem estranhas. A primeira, porque o Congresso não daria nunca a lei de orçamento, sem que previamente o Presidente mudasse de política e aceitasse um Ministério imposto pela maioria; a segunda, porque a maioria aproveitaria as sessões para proceder imediatamente à acusação dos ministros de maio e de outubro e à deposição do chefe do Estado; a terceira, porque uma vez produzidas a acusação e a deposição, não cabia ao Presidente da República outra solução senão dissolver o Congresso, medida que era conveniente evitar quanto possível. Um Presidente de República que não convoca o Congresso, estando a ficar sem orçamento e leis de forças, para não haver acusações contra os ministros, e que tem propósito feito de o dissolver, não é mais um Poder constitucional que delibera na raia de suas atribuições; é um ditador que se sente o único poder no país.

O testemunho do Sr. Bañados está corroborado por diversos outros. Assim o ministro alemão em Santiago escreve ao seu governo em data de 9 dezembro de 1890:¹

“Há alguns dias me disse S. Ex^ª [Balmaceda] que a convocação do Corpo Legislativo seria inútil, por que, em vez de discutir o orçamento do ano vindouro, ele apresentaria, segundo informações que tem, desde a primeira sessão, a acusação contra os membros do último Ministério Sanfuentes–Mackenna e se conservaria por esse meio em permanência.” Com receio na acusação dos ministros, o Presidente resolve não convocar o Congresso. Que pode acontecer de pior? Ele não acreditou nunca na guerra civil. “Nem Balmaceda nem muitos dos que o acompanharam em suas horas de amargura”, depõe no seu livro o Sr. Bañados, “julgaram capazes os diretores da Coalizão parlamentar de chegar até a Revolução”. O homem de pulso do Gabinete Vicuña é Domingo Godoy. Nos primeiros dias do seu Ministério confessa ele a um amigo que o seu governo tem por fim, entre outras coisas, “a anulação do Congresso”. “Outros mais ousados e mais poderosos do que tu”, diz-lhe o seu interlocutor, o Sr. Larraín, “empreenderam a mesma aventura e foram vencidos. Olha; o que tu chamas desdenhosamente oposição, é o Congresso, o clero, a mulher, a imprensa, a sociedade, tudo que tem vida e valor no Chile.” “Que me importa”, respondeu-lhe Godoy, “eu baterei todos esses elementos e os farei fugir, *sin usar mas que las dragonas de los sables*.”² Contando com o entusiasmo da tropa e com um partido numeroso, como são os partidos oficiais sempre que o governo manda abrir as portas e deixar entrar todo o mundo, Balmaceda não pode imaginar que a oposição parlamentar cometa o suicídio de levantar-se a peito descoberto contra um exército de veteranos, cuja firmeza nenhum chileno punha em

1 *Documentos oficiales de la Cancillería Alemana*, Valparaíso, Imprensa de *La Pátria*.

2 Depoimento do Sr. J. Larraín Zañartu, *Accusación a los ex-Ministros del Despacho Don Claudio Vicuña*, e outros, pág. 142.

dúvida. Por isso deixa ele passar, dia por dia, esse mês de dezembro, ansioso pela terminação ao prazo.

Afinal chegou o dia 1º de janeiro e Balmaceda achou-se na situação que tinha planejado: sem lei de orçamento, nem de forças, ele vai decretá-las por si, isto é, investir-se das mais altas atribuições do Poder Legislativo. Isto o condenava a ser parte no pleito eleitoral de março, forçava-o a vencer as eleições do novo Congresso, que o tinha de julgar. Resolvido a tudo, ele dirige ao país o Manifesto de 1º de Janeiro. O Manifesto tem o caráter comum a todos os papéis desse gênero, que formam a seção mais importante nos arquivos sul-americanos. Balmaceda diz nele que diversos presidentes do Chile governaram por algum tempo sem lei de orçamento e que isso nunca foi qualificado de ditadura. Não lhe ocorreu especificar que a demora na votação dessas leis nunca significou desinteligência entre o Congresso e o Presidente, e que não podia haver ditadura estando o Congresso reunido e procedendo em tudo de acordo com o Presidente. A demora causada pela protelação era um atentado da minoria contra ambos os poderes. Com Balmaceda o caso era diferente, e para esse ele não podia achar um só precedente. Ele não convocara o Congresso por não lhe convir que o Congresso se reunisse mais, por temer a acusação aos ministros. Os autores dessas peças históricas fazem mal em compô-las, porque são elas quase sempre que os condenam, mostrando, através das razões fúteis que eles alegam, a resolução em que estavam de aproveitar qualquer pretexto, falhando o que tomaram, para proceder do mesmo modo. Também entre nós, no Manifesto com que o General Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso em 1891, apresentavam-se, como motivos para a dissolução, além da infalível conspiração monárquica, uma série de queixas contra o Congresso, que não passam entretanto de uma crítica do modo por que ele exercitara atribuições exclusivas suas. Do que se queixa Balmaceda é também do exercício constitucional de atribuições legislativas, como se um poder que exerce

as suas faculdades pudesse ofender a algum dos outros, e dar-lhe causa para atentar contra ele.

Pelo Manifesto de 1º de Janeiro vê-se claramente a situação da véspera: um homem enérgico, decidido, certo de que as eleições de março lhe mandarão um Congresso à sua feição, em frente de uma oposição, ameaçada de aniquilamento eleitoral, ansiosa pela convocação extraordinária, para se salvar ao menos por uma transação. Diante do Presidente havia um único obstáculo, o Congresso que o queria coagir, mas que só podia durar até março. Não o convocando, eram três meses de luta com a Comissão Conservadora, o que ele teria contra si, na pior hipótese; depois viria a justificação, a solidariedade, a glorificação das urnas, a eleição do seu sucessor. Se convocasse o Congresso extraordinariamente, toda essa perspectiva podia desfazer-se. Dependia só dele convocá-lo. A questão era: Que convinha mais, – arriscar-se a acusação dos ministros, reunindo o Congresso, ou não o reunir e assumir a ditadura? Se tudo se passasse bem a 1º de janeiro, a situação em março estaria *normalizada*; o novo Congresso restabeleceria a constitucionalidade de todos os atos, retrospectivamente. Foi por esta última alternativa que Balmaceda se decidiu. Por quê?

Porque, já o vimos, certo do grande poder militar que tinha nas mãos, ele não julgou possível a revolução; não lhe veio à imaginação nada do que devia acontecer. É o engano próprio dos governantes cegamente obedecidos, que vivem entre muralhas de adulação, onde tudo, – como para o rei a galeria de espelhos de Versalhes, os homens e as leis, os jornais e as baionetas, a roda íntima e a oposição, – reflete somente a sua imagem. Balmaceda decerto conheceu esse deslumbramento causado pela subserviência de todas as ambições. No Manifesto ele afirma que a revolução não terá lugar. “Mesmo na suposição”, são palavras suas, “que sejam imputáveis ao Chefe da Nação os desvios da maioria do Congresso, não se pode proclamar a revolta. A Constituição contemplou o caso em que o Presidente da República ou seus ministros infringissem a

Constituição e as leis, e para essa eventualidade previu o modo e a forma em que unicamente se podem tornar responsáveis o Presidente e os ministros.” Pela Constituição chilena o Presidente é irresponsável durante a presidência. Era demais pretender que se ele suspendesse a Constituição e abolisse o Congresso dentro desse prazo, ainda assim a revolução não tinha razão de ser. Balmaceda podia assumir a ditadura, como o jogador pode fazer uma parada; era, porém, sair fora do seu papel pregar a Constituição ao Congresso que anulara. A revolução não era um caso de consciência para o Ditador, mas para o Congresso.

Balmaceda assumiu a ditadura, segundo se alega, pelo receio de que o Congresso o quisesse depor, se fosse convocado. “Por suspeitas e temores não se fazem revoluções”, diz o Sr. Bañados, aludindo ao receio da Coalizão de que seriam violentadas e falsificadas as eleições de março; por suspeitas e temores, pode-se dizer com mais propriedade ainda, não se assume a ditadura. O Presidente devia prever a resistência do Poder Judicial à absorção que ele ia fazer do Legislativo; sabia portanto que até março pelo menos ele seria o único Poder do Estado e que as eleições se realizariam sob essa concentração de todos os poderes em um só. E se dessa situação violenta resultasse a revolução, que faria ele? Esmagava-a com a força pública. A questão única era a fidelidade da tropa, exatamente como para um imperador romano do século III.

Essa confiança exclusiva nos quadros militares revela-se por um ato quase reflexo. No momento mesmo em que a Esquadra toma a bordo os chefes do Congresso, Balmaceda expede este decreto: “Declara-se o exército permanente em campanha, elevando-se o soldo a cinqüenta por cento mais do que goza na atualidade.” A primeira idéia da chamada *Defesa Nacional* é aumentar os soldos. Não era isto introduzir insidiosamente no esplêndido organismo chileno o gérmen do militarismo político, que torna os exércitos impróprios para as guerras estrangeiras, indiferentes à glória militar, e os converte em uma espécie de partido armado, a soldo do

governo? E o pescador infeliz, cuja rede apanhara no fundo do mar a garrafa em que estava encerrado o terrível gênio sul-americano, e que o soltara em terra chilena, onde logo não se viu senão sua gigantesca figura, foi o próprio Balmaceda, que tanto combateu em 1881 a candidatura Baquedano, por ver na eleição do general vitorioso a insinuação do militarismo na história do Chile. O declive da ditadura estava patente ao seu espírito, ele não podia ignorar que ela o levava à tirania. A Mensagem está cheia de afirmações de patriotismo, mas a nota que domina em toda ela é a intransigência, certa da vitória e do império. “Pode-se empreender a ditadura para subir ao poder”, diz Balmaceda, “porém não está na lógica da política, nem na natureza das coisas, que um homem que viveu um quarto de século nas contendas regulares da vida pública, empreenda a ditadura para deixar o poder.” Para deixar o poder? Por que não? Nisto estaria o verdadeiro desinteressado? Por que excluía ele a idéia de ser um ditador desinteressado? Empreender a ditadura, porém, para eleger o seu sucessor e vincular a presidência da República no seu partido, é a história toda sul-americana.

Os acontecimentos todos mostram que Balmaceda, quando escreveu a sua Mensagem, estava já nas mãos do mau destino que durante esse ano de 1891 ia açoitar implacavelmente o Chile. Quem habitava a Moneda, não era mais o orador que havia chegado às primeiras posições pelo ascendente de sua palavra; o publicista que dirigira na imprensa as campanhas da opinião; o parlamentar que se impusera a todos os partidos pelos muitos prestígios de sua pessoa; era um caráter imperioso em quem o mando absoluto embotara todas as outras faculdades. Se não fosse assim, se ele não tivesse conhecido a grosseira embriaguez que produz nos melhores a sujeição de todos, não teria ele recuado diante das medidas que lhe haviam de ser reclamadas? Não teria pelo menos parado na linha que une a ditadura à tirania? Ele porém não tinha mais a liberdade de si mesmo; entrara em uma dessas situações que tornam o homem um autômato moral, que o condenam a

representar ao vivo, num palco improvisado, o papel de protagonista em uma peça composta, ao acaso dos acontecimentos, pela massa anônima que o acompanha. De outra forma não se compreende a transformação havida. No começo da sua presidência, o que o anima é a ambição de deixar o seu nome, na História do Chile, ligado a uma série de iniciativas e esforços que o fizessem soletrar no futuro em cada escola pública, em cada estação de estrada de ferro, em cada grande encouraçado, em tudo que exprima, para chilenos, cultura, expansão, ou força nacional. No ponto em que estamos, tudo isto se torna para ele secundário, quase estranho. Essa Esquadra que era o seu orgulho, da qual ele fazia depender a defesa, a segurança, a honra do Chile, e que sabia ser impossível reconstruir mais, agora o objeto mais ardente dos seus votos é que a ponham toda a pique. Não o preocupa que a delação mercenária converta cada habitação em um cárcere; que as prisões se encham com o que a sociedade chilena conta de melhor; que se levante a bandeira da guerra social para popularizar, entre a massa recrutável e no meio da ruína pública, o partido da resistência; que a lei marcial funcione em toda a extensão do Chile com a rapidez, a inclemência, o irreparável, dos processos sumários; que não se ouça outra voz na imprensa senão a do extermínio, como se funcionassem nas redações dos jornais os tribunais de sangue; que os chilenos todos sejam declarados suspeitos; sujeitos, se se movem, ao salvo-conduto, se permanecem em suas casas, à espionagem, se procuram salvar filhos, parentes, amigos, à inculpação; um estado social, enfim, em que todas as cabeças estão a prêmio.

Se tivesse a legalidade por si, ainda assim devia parar diante do país, da inversão da sociedade pelo predomínio inevitável dos elementos anti-sociais que todas contêm no seu fundo, e que aparecem quando a tempestade o revolve; para não dar a provar aos soldados da República o sangue da guerra civil, para não imprimir na marinha chilena o estigma de pirataria; para não expor o Chile, desarmado, ferido, desfeito, à audácia estrangeira, e sobretudo para

evitar para o seu nome a tirania. O que distingue a tragédia antiga é o caráter intransigente das paixões que levam à destruição de todos os personagens. O nosso tempo não admite mais essa lógica inexorável. Mesmo com o inimigo estrangeiro, quando a luta é inútil, trata-se, para evitar maiores sacrifícios. A monarquia seria infinitamente mais humana do que a república, se o sentimento que tem feito tanto monarca abdicar, de preferência a aceitar a guerra civil, fosse reputado indigno de um presidente. A guerra civil teria um caráter satânico, se não fosse suscetível, como a estrangeira, de ser regulada por instruções que proscressem a crueldade, de ser interrompida por um armistício, e concluída por um tratado de paz. O espírito de transação não falta neste grave transe a Balmaceda senão porque ele não é o mesmo homem: ele não pode ver claro o interesse do seu país, porque já não divisa o seu próprio.

.....

A ação da Esquadra

O

QUE há mais triste em tudo o que vai seguir é o caráter voluntário, caprichoso, pessoal, dessa tremenda crise; a absoluta falta de necessidade, a inutilidade, mesmo do ponto de vista balmacedista, de qualquer procedimento violento na vizinhança tão próxima das eleições de março. Com mais três meses de prudência, de simples inação, Balmaceda teria visto chegar o dia salvador da eleição do novo Congresso. Quando mesmo os ministros lhe fossem contrários, – os partidos não podiam exigir dele mais do que a neutralidade, uma neutralidade régia, – o partido do Presidente levaria de vencida os seus contrários, ainda que ministeriais. Em vez disso ele preferiu o golpe de estado, chamar a si atribuições legislativas inteiramente fora da sua esfera constitucional. Em que se fiava para fazê-lo?

Materialmente confiava no exército, já o vimos; legalmente, em que o Congresso, assim espoliado, não podia reunir-se sem convocação sua. Por quê? Se o Congresso não tivesse o direito de funcionar sem ser convocado, senão nos meses de junho, julho e

agosto, sendo, por exemplo, dissolvido em outubro ou novembro, que meios teria de reagir? Balmaceda não podia desconhecer o princípio jurídico elementar, – que todos os poderes têm, para defender a sua existência e manter a posse de suas atribuições, um direito que não depende das formas ideadas para resguardá-lo. De outro modo não havia organização possível. O direito de defesa é inerente ao funcionamento de todos os poderes do Estado, e inseparável da autonomia de cada um. Se isto está implícito em toda a parte, na Constituição do Chile parece estar até expresso.

De fato, de que serviria essa Comissão Conservadora, que no intervalo das sessões representa o Congresso e exerce por ele funções de vigilância, se diante de uma dissolução ou de uma usurpação, que se equivalem, não pudesse chamá-lo a postos? Cingir-se ao texto, aos trâmites, aos prazos regimentais, é proceder como a corte de Filipe II, deixando adoecer gravemente o rei por ninguém ousar, na ausência do camarista a quem esse serviço incumbia, remover o braseiro que o sufocava. Tivemos em nossa história um precedente igual, o do presidente do Senado, a 16 de novembro, – quando a República já estava proclamada no *Diário Oficial* e o Imperador prisioneiro – respondendo a um senador que lhe perguntava se o Senado não devia fazer alguma demonstração: “O Senado está em sessões preparatórias... Mantendo hoje, como sempre, a estrita legalidade constitucional e observando o regimento, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restrito à constituição desta Câmara.” O Congresso chileno, porém, não professava a etiqueta do Escorial. Nem *essa estrita legalidade constitucional* do Sr. Paulino de Sousa, era um corpo cheio de vida e de força, capaz de ocorrer ao perigo no momento oportuno e com os meios adequados.

Nunca Balmaceda imaginou a defecção da Armada chilena – o Sr. Bañados Espinosa di-lo lastimando-o – e essa surpresa revela-se no fato de estar a Esquadra toda pronta para qualquer emergência, em vez de estar praticamente desarmada, imobilizada,

ou afastada do Chile, como estaria se Balmaceda imaginasse que dela pudesse partir a reação. A verdade é que um *pronunciamento* naval era novidade para a América, onde não havia ainda surgido um Topete. Sempre que os partidos enumeram seus recursos põem de parte a força naval, e de fato por sua natureza a Esquadra é em política um elemento neutro. O caráter nacional da Armada é em toda parte mais acentuado do que o do exército, quando sejam igualmente patrióticos. O marinheiro é um ausente; tem que ser, pelo seu gênero de vida, muito menos regional do que o soldado, vinculado à guarnição. A luta do homem do mar é na maior parte do tempo contra os elementos, pelo menos o era na antiga marinha de vela, da qual ele vem, e isto imprime à sua energia um caráter de grandeza que amesquinha as dissensões civis. Para um sentimento se apossar de seu coração é preciso que tenha alguma coisa de vasto, de insondável. O oceano é o molde em que é lançada a sua individualidade. Daí resulta uma grande extensão de horizonte interior. A bandeira tem sobre ele uma influência que só pode ter no exército entre os soldados que alguma vez entraram em combate; para os que nunca viram as bandeiras do inimigo, ondeando ao longe como um desafio de valor, a nacional não pode ser o objeto que é para os marinheiros, habituados a levá-la aos confins do mundo, como o distintivo do seu país distante. Há no desenrolar do pavilhão na solidão do oceano, quando dois navios se encontram, uma sugestão de patriotismo que cala na alma até ao fundo. É diante do estrangeiro que se educa, se corrige, se apura o sentimento patriótico, e o marinheiro está sempre diante do estrangeiro. Daí o seu afastamento natural, a sua incompreensão de tudo que divide o país; o seu amor a tudo que o une. Ele tem o sentimento da pátria, unitário, nacional, impessoal; por isso as velhas tradições do país conservam-se vivas nos navios depois de quase apagadas em terra. A esse sentimento une-se a sua simpatia pelas idéias e pelas coisas que ele sabe ser universais, porque as encontrou, à volta do Globo, nas diversas escalas do seu navio.

Em todos os países a marinha tem uma popularidade sua, um prestígio próprio sobre as massas. O exército é outra coisa; popular, como se vai ele tornando em nossos dias, ainda assim não foi possível ao povo, em parte alguma, desprender da farda militar a antiga idéia de opressão, resto do uso, que os governos fizeram sempre, da tropa para se imporem. Uma revolução militar, por mais liberal que fosse o seu intuito, teria sempre contra si um preconceito, o caráter autoritário da força armada. A tendência do governo militar é o militarismo. Não pode, porém, haver despotismo naval. Tem havido até hoje todas as espécies de tirania, mas não se viu um tirano embarcado. Do mar ainda não se governou a terra. De bordo pode partir a iniciativa de um movimento, como na Espanha partiu de um sinal da *Saragoça* a revolução de Setembro, mas não foi Topete, foi Serrana, foi Prim, foi o exército, que tomou conta do governo. A marinha não tem meios de ação em terra. Os sineiros de Santiago não receiam que o canhoneio de todas as Esquadras do mundo interrompa uma nota do seu carrilhão. Daí a certeza de que de um movimento da Esquadra não pode resultar uma tirania, e a presunção de que ele procede de um impulso nacional desinteressado.

A 6 de janeiro de 1891 embarcam a bordo dos navios Waldo Silva, vice-presidente do Senado, e Barros Luco, presidente da Câmara. Está declarada a revolução. É uma antinomia dizer revolução do Congresso. A Representação nacional não se insurge. Chamando revolucionários os congressistas, emprego apenas a expressão que em geral se aplica, tenham por si a legalidade ou não, a movimentos armados contra o governo de fato. A oposição contava com o efeito moral da sublevação da Esquadra, pensou que ao movimento do mar responderia o de terra. O candidato antibalmacedista à presidência seria o General Baquedano, e o prestígio do vencedor do Peru era grande na tropa; ele, porém, não se moveu, e esta ficou sólida até o fim.

A Esquadra não podia pensar em bombardear Valparaíso. O bombardeio de Valparaíso em 1863 pelo Almirante Méndez Núñez levantou contra a Espanha a reprovação unânime do mundo civilizado. Que se diria agora se os chilenos fizessem o que fizeram os espanhóis, e a cidade fosse incendiada pelas bombas do *Blanco Encalada* e do *Cochrane*, como escapou de o ser na manhã de 31 de março pelas da *Numancia*? “Uma tal barbaria”, dissera Mr. Layard na Câmara dos Comuns a propósito do bombardeamento de Valparaíso, “é absolutamente indigna de uma grande nação como a Espanha.” Apesar de envolvidos nós mesmos em uma guerra estrangeira, não deixou o Governo brasileiro de protestar contra o atentado cometido. “O Brasil e a maior parte dos estados americanos”, disse o Sr. Saraiva em uma brilhante nota, “novos ainda, não dispõem de todos os recursos precisos para se fazerem respeitar, e, disseminada a sua riqueza e a sua população ao longo de costas extensas e indefesas, estão sujeitos ao abuso da força e necessitam por isso que sejam mantidas as máximas da civilização moderna, que constituem a sua principal e mais eficaz proteção.” Bombardear Valparaíso seria, por parte da Esquadra revoltada, o mesmo que assinar uma autorização ao inimigo estrangeiro para destruir as cidades todas do litoral chileno, em caso de guerra. No entanto essa Esquadra, que assim procede, é declarada por decreto de 9 de janeiro fora da lei, depois de eliminados dos quadros da Armada Jorge Montt, o atual Presidente, e Xavier Molinas, por “traidores à pátria”.

“A *Esquadra revolucionária*”, dizia o ministro das Relações Exteriores, Godoy, aos representantes da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, “foi declarada fora da lei pelo Governo, e todo ato de hostilidade que ela execute deverá ser considerado em virtude disso como pirataria.”¹ O apelo à intervenção estrangeira nas lutas civis do Chile mostrava, só por si, que no país, distinto entre todos pelo seu

1 *Documentos oficiales de la Cancillería Alemana*, pág. 17.

amor-próprio nacional, o espírito de facção sobrepunha o de pátria, exclusivo, exagerado, cioso, como este é, da menor insinuação. De fato, era um apelo às grandes potências européias, únicas que podiam mandar às águas do Pacífico navios capazes de destruir os poderosos encouraçados chilenos. As Esquadras européias podiam afundar a chilena, mas não haviam de entregá-la a Balmaceda, em Valparaíso, defronte do monumento de Arturo Prats, como entregaram a *Victoria* e a *Almanza* ao governo de Madri. Por tudo que se sabe dos marinheiros chilenos, pelos feitos mesmos da *Lynch* e da *Condell*, pode-se assegurar que os navios europeus não lograriam fazer boa presa da Esquadra no Chile. Para que os neutros, entretanto, tratassem como piratas navios de guerra chilenos, que tinham a bordo a representação do Congresso, era preciso que eles, sim, estivessem eivados do espírito de rapina.

No Direito das Gentes já estava encerrado esse capítulo aberto pela Espanha durante as convulsões de uma guerra civil tripla. Desde a França pelo Duque Broglie, até o Brasil pelo Visconde de Caravelas em 1873 e pelo Barão de Cotegipe em 1877,² a questão ficou resolvida para o mundo civilizado... “Piratas”, dizia o Visconde de Caravelas, no caso do *Porteña*, “propriamente são aqueles que correm os mares com o fim de se apropriarem pela força dos navios que encontram, exercendo depredações contra todas as nações *indistintamente*... Se isto não bastasse, eu rogaria ao Sr. ministro da República Oriental que se dignasse atender ao exemplo de atitude inteiramente negativa que nos deram as potências européias, quando foram ultimamente convidadas pelo Governo espanhol a tratar como piratas os navios que os insurgentes daquele país haviam apreendido.”³ “Decerto”, replicou com veemência o Barão de Cotegipe ao representante da Espanha, “nenhuma nação da América pretenderá estabelecer regras novas e especiais nesta

2 Ver Ch. Calvo, *Le Droit International*, §§ 499, 502 e 503.

3 *Relatório dos Estrangeiros* de 1877, pág. 388.

matéria mas também nenhuma delas pode esquecer que quando pugnou pela sua independência se achou em circunstâncias semelhantes às de Cuba, e não admitiu que aos seus atos se aplicasse a qualificação de *pirataria* do Direito Internacional. Portanto, ainda que nenhum autor ressaltasse, como Calvo ressalva, o caráter político das rebeliões, na história das guerras da independência desta parte do mundo se acharia a verdadeira doutrina.”⁴

Declarar a Esquadra nacional *fora da lei* no sentido revolucionário de 1793, era, para Balmaceda, apenas aparecer perante o mundo como um governo tirânico. Mesmo o pirata não está fora da lei, que o alcança e o pune; *fora da lei* não há nenhum criminoso no direito penal moderno. Essa fórmula do Terror é obsoleta como a tortura.

Parece que um dos fins do lançamento *fora da lei* era repudiar a responsabilidade do Governo chileno por atos praticados pela Esquadra contra a propriedade neutra. Era claro, entretanto, que pela mesma razão por que não bombardeara Valparaíso, a Esquadra abster-se-ia de atos que, de qualquer modo, ferissem interesses estrangeiros. O interesse do Partido congressista era ser reconhecido beligerante, e não seria procedendo os seus navios como corsários que ele se imporia ao respeito do mundo. Era evidente que oficiais de marinha da escola e tradição dos comandantes chilenos e um governo que continha no seu seio, ou ao qual aderiam, quase todos os homens de Estado de um país altamente reputado, como o Chile, não se haviam de entregar à pirataria. A *Nación*, o *Comercio* e os outros jornais balmacedistas podiam escrever diariamente neste gênero: “Não deve haver conciliação com os que rasgando o pavilhão nacional o converteram na desprezível insígnia do pirata.”⁵ “Ai dos traidores, naquela hora que a passos agigantados se aproxima, ai dos traidores, nesse dia terrível e próximo

4 *Relatório dos Estrangeiros* de 1874, pág. 183.

5 Editorial do *Comercio*, de 15 de janeiro.

do castigo, porque verão então que com seu sangue malvado se lavará a afronta do Chile!”⁶ Essa é a linguagem local, contemporânea, cadenciada pelos *mortas* das ruas, colorida de sangue, visando cada manhã a efeitos de metralhadora; não é, porém, a linguagem do estrangeiro. A justificação ostensiva do decreto era contraproducente. Se os navios eram realmente piratas que se atiravam sobre a propriedade estrangeira, o Chile era o foco donde essa pirataria se irradiava, fora ele que a armara, era ele a causa dos prejuízos havidos. Que garantia havia de que sua Esquadra não se rebelaria outras vezes, caindo como um raio sobre o comércio estrangeiro? Era então o caso de policiar essa costa, de vigiar esses navios, de extinguir esse foco. Se um regimento de desertores chilenos invadisse a Bolívia com as armas que lhe dera o Chile, sob os seus chefes regulares, tudo como em uma expedição militar, não haveria responsabilidade para o país que tornou possível essa invasão, armando superiormente e exercitando esses batalhões de bandidos? Da mesma forma com os encouraçados que ele não podia conter. O motivo alegado para a irresponsabilidade tornava-se a acusação do Governo que tinha educado marinheiros para piratas, e dado à pirataria a sólida organização e o irresistível armamento de uma marinha de guerra de primeira classe.

O princípio em si nem mesmo era aceito pelas nações estrangeiras. A Alemanha, notavelmente, protestou pela sua parte. “Diga que não será possível ao Governo Imperial”, ordenava o Chanceler do Império ao Barão de Gutschmid, em data de 14 de abril, “reconhecer como obrigatória em direito a dita declaração, no que possa afetar interesses alemães, e que ele se reserva o direito de fazer valer todas as ações que possam derivar de qualquer prejuízo causado a esses interesses.”⁷ Qualquer que seja a verdadeira opinião sobre a responsabilidade de um país por prejuízos causados

6 *La Nación*, de 15 de janeiro.

7 *Documentos oficiales de la Cancillería Alemana*, pág. 52.

pela guerra civil, o modo de afastá-la do Chile, relativamente a atos da Esquadra contra propriedade neutra, era pelo contrário contestar aos navios a qualidade de piratas. Pô-los *fora da lei*, era deixá-los livres para o saque e a depredação, se o elevado caráter da Armada chilena e do Congresso, de que ele levantava a insígnia, não repelisse essa carta forçada de corso.

Conhecida a revolta naval, Balmaceda calcula as probabilidades da luta; todas são por ele. A Esquadra só pode causar dano ao litoral, não conseguiria desembarcar um só homem. O pior que podia acontecer era a ocupação das alfândegas de Talcahuano, Valparaíso, Coquimbo, Antofagasta e Iquique, mas ainda assim o seu poder militar ficava intacto; com o telégrafo às ordens, ele esperava comprar navios na Europa e nos Estados Unidos, “à custa dos maiores sacrifícios pecuniários”, disse ele a 17 de janeiro ao Barão de Gutschmid, e reunir, nos portos, elementos e defesa que tornassem impossível a aproximação dos navios. Sem portos onde se abrigar, que poderiam fazer os revoltosos? Uma vez que em terra não houvesse movimentos sérios, tinha ele por si todo o poder do Chile. O recrutamento dava-lhe o exército de que precisasse, cinqüenta, cem, duzentos mil homens. Que valiam contra esse exército, que só dependia dele aumentar, alguns navios repelidos da costa pela artilharia de terra, e a pobre gente que eles recolhessem no Norte? As disposições do Governo são por isso de resistência, de repressão implacável; ele parece não querer a vitória senão pelo prazer de esmagar, de uma vez por todas, a revolta, de firmar indestrutivelmente o domínio do seu partido. Tendo por certo o triunfo, o ministro do Interior, Claudio Vicuña, dizia ao ministro alemão “que então seria chegado o momento de castigar os traidores da pátria de modo que servisse de exemplo até às futuras gerações”.⁸ “Ainda que custasse muito sangue e dinheiro”, replicava ele,

8 Ofício do Barão de Gutschmid ao Chanceler do Império, de 14 janeiro de 1891.

nessa ocasião, ao Barão de Gutschmid, que se oferecera para alguma mediação possível, “era preferível para a sorte futura do país que o levantamento na Esquadra fosse sufocado pela força e que se limpasse de uma vez o campo ao desenlace momentâneo de uma paz interior vergonhosa”.

Em vão Anibal Zañartu pede a Balmaceda que não se sacrifique, e não sacrifique o país, e entregue o poder a Baquedano. Balmaceda responde-lhe: – “Hoje não cabe senão cumprir o dever”, e a Sanfuentes que se oferece para promover um acordo: – “Se eu fosse pedir à Esquadra sublevada e a meus implacáveis inimigos acordos, que seriam minha perdição e a do Chile por muitos anos, mereceria o desprezo de quantos me conhecem, e o da História.”

É uma luta de morte que se vai travar, e ele entra nela com certeza de vitória, com absoluta confiança em si. Até a derrota de Concón não lhe passa pelo pensamento a idéia de ser vencido; durante meses, o que o preocupa são as negociações dos seus agentes, no Rio da Prata e na Europa, para lhe mandarem navios; ele segue dia a dia o movimento dos dois cruzadores, o *Presidente Errázuriz* e o *Presidente Pinto*, esperados de Toulon; reunidos os meios de ação por mar, desembarcaria um exército em Tarapacá, para aniquilar os bandos indisciplinados que a revolução, protegida pelo deserto de Atacama, tinha recrutado nos portos salitreiros. Desde a manhã de 7 de janeiro, em que recebe a notícia da sublevação da Esquadra, até à noite de 28 de agosto em que lhe telegrafam a derrota final de Placilla, Balmaceda, encerrado no palácio da Moneda, não tem outro pensamento senão subjugar a Revolução. É um drama histórico, o que se desenrola então diante do mundo. De um lado, vê-se em Balmaceda o que, nos países sul-americanos, pode o mando de um homem; por outro lado, na Revolução, o que vale o Chile.

Para mim, são os dois maiores esforços de energia que a América do Sul desenvolveu neste meio século: a resistência paraguaia

e a Revolução chilena. Um, bárbaro, fanático, horrível, mas ainda assim sublime, alguma coisa de parecido com o incêndio de Moscou, porém mais vivo, mais palpitante, mais trágico, porque era com vidas humanas, e não com labaredas, que a nação fazia o deserto diante do invasor. A resistência paraguaia até o último homem, sinistra como se torna pela loucura do tirano, quando se apossa do seu ânimo a suspeita de todos, é o grau de maior intensidade, o grau absoluto, a que o sentimento de pátria possa chegar. A Revolução chilena não traz esse cunho sombrio, exclusivo, intransigente, do gênio de Francia. É um fato de ordem moderna, jogo de molas inteiramente outras, resultado de educação oposta, corresponde a uma ordem superior de sentimentos, a outra classe de homens, mas, como esforço nacional, é também o atual limite humano.

.....

A tirania

APENAS se declara, a 7 de janeiro, a revolta da esquadra, Balmaceda no mesmo dia se constitui a si mesmo Ditador. “Desde esta data”, diz o decreto, “assumo o exercício de todo o poder público necessário para a administração e o governo do Estado e a manutenção da ordem interna.” Imediatamente ordena a prisão dos principais indivíduos da oposição, a saber, dos chefes dos antigos partidos, dos antigos ministros, dos líderes da sociedade. O prefeito de polícia de Santiago recebe na manhã de 7 uma lista de cerca de sessenta pessoas que deviam ser presas; nesta lista figuravam quase todos os homens de primeira classe do Chile, como Irrarázaval, Mate, os Walker Martínez, Besa, Zegers, Errázuriz, Altamirano, Ventura Blanco, Lastarria, Barros Amana, Enrique Mac-Iver, Pedro Montt, Máximo Lira, Jovino Novoa, Gregorio Donoso, König, Mac-Clure, Barros Borgoño. No mesmo dia se expede um decreto declarando que nenhuma pessoa poderá sair de Santiago, Valparaíso, Viña del Mar, Quillota, Talca, Concepción, Talcahuano, sem o correspondente passaporte, isto é, sem o salvo-conduto militar. O Chile todo é posto em estado de sítio: o Exército declarado em campanha; o soldo aumentado de cinquenta

por cento, grandes prêmios merecidos por todos os atos de coragem, pensões decretadas para as famílias dos que morressem ao serviço do Governo. “Não produz tudo isto no espírito a triste convicção de que o dinheiro influiu poderosamente para que a Ditadura obtivesse o concurso da força armada?” – dirá no processo dos ministros no Senado o Sr. Mathieu.

O Chile tinha um organismo sã e vigoroso. A resistência portanto devia manifestar-se pelo Poder Judiciário e dele descer até as últimas camadas. Com efeito, os magistrados desconhecem o direito da Ditadura. A 10 de janeiro, a propósito de um recurso de *amparo*, o Tribunal Supremo declara que, havendo expirado a 31 de dezembro a lei de forças e não tendo sido decretada outra para o ano de 1891, o exército que se *conservava organizado carecia de existência legal*. A essa atitude, Balmaceda responde mandando fechar, pela polícia, a Corte Suprema e as Cortes de apelação. A coexistência da autocracia e do Poder Judicial era impossível por honra do Chile. Repudiar o Congresso, era eliminar a magistratura. Em vez dos tribunais constitucionais surgem tribunais militares. A jurisdição criminal passa para a administração. “Assumi o conhecimento privativo das causas crimes que se relacionam com a ordem e tranqüilidade pública; apesar disto julgo necessário formar um tribunal que pelo número de membros dê garantias”, telegrafa um dos intendentes, Aldunate, ao ministro da Guerra. A 29 de janeiro decreta-se um tribunal militar para a província de Santiago.

As prisões não se efetuam sempre com facilidade. Ao prenderem o Sr. Alfredo Irarrázaval, por exemplo, os agentes ferem-no gravemente a bala, de dia, em plena rua. Havia em Santiago duas seções de pesquisas, uma funcionando sob as ordens do Ministério da Guerra, outra sob as do ministro do Interior. Era grande o interesse em descobrir os chefes ocultos do movimento, Carlos Walker Martínez, Gregorio Donoso Vergara e Carlos Lira, que formavam o Comitê Revolucionário da Capital. Interesse talvez maior havia em prender Agostín Edwards, cuja imensa fortuna se julgava posta ao serviço da causa congressista. As buscas são

dadas a toda hora, de casa em casa, porque a boa sociedade formava quase um só partido. A altas horas da noite as paredes eram escaladas, ou forçando portas, os agentes secretos, sem nada que os fizesse reconhecer senão a impunidade de que estavam certos, penetravam nos quartos de dormir, devassavam tudo. A senhora de don Agustín Edwards tem a sua habitação varejada diversas vezes. Cinco mil pesos (diz no processo Vicuña a testemunha don Ezequiel Rodríguez, da Seção de Pesquisas Judiciais) foram oferecidos pelo intendente de Santiago pela apreensão de Carlos Walker; outra testemunha diz que ofereciam três mil pesos por Edwards, Walker, ou Melchior Concha y Toro; chegaram a oferecer até dez mil por Edwards e Walker (testemunha don Tomás II Arenas). Eram grandes as listas de proscrição. Na prisão de Santiago, só de janeiro a maio, passam 279 presos políticos. O telégrafo estava continuamente a transmitir recados destes: “Sr. Governador de Collipuli. Sirva-se remeter imediatamente a Angol as seguintes pessoas...”

Nem sempre, porém, os presos chegam ao seu destino. Na província de Cautín uma tropa de carabineiros conduzia uns presos de Nueva Imperial para pô-los à disposição do comandante geral das armas em Temuco. Não voltando a tropa ao quartel, telegrafou o comandante para perguntar se ela tinha chegado ao seu destino, e o comandante geral respondeu: “A comissão chegou, os réus quiseram sublevar-se em caminho, em conivência com os bandidos que os auxiliavam, e todos eles foram vítimas de sua temeridade.”

Nas prisões, às vezes, aplicava-se barbaramente a pena de açoites. O Comitê Executivo funcionava escondido, em Santiago mesmo, na vizinhança da Moneda, animando a resistência, expedindo ordens, comunicando-se com a Junta de Iquique. Nada faz mais honra ao caráter chileno do que o segredo inviolável mantido por tão grande número de pessoas a respeito do local onde trabalhava o Comitê. Em *La Revolución Chilena* de Gil Juan, pseudônimo

de Javier Vial Solar, há uma página sobre o *sanctum sanctorum* dos revolucionários. “Há dois dias”, disse-lhe o amigo que o introduziu no ádito, “vivemos nesta cova; outro dia, talvez, te possamos receber em um palácio; mais tarde, quem sabe, se no rancho de algum dos nossos empregados, e depois em outro palácio, ou quem sabe onde.”¹ A essas reuniões acudiam, para receber ordens e comunicar notícias, pessoas de todas as categorias. Em geral eram as senhoras que se prestavam a levar os recados, a correspondência secreta, e a distribuir as folhas da imprensa clandestina como o *Constitucional* e a *Revolución*. Essas relações nunca interrompidas da oposição em Santiago e Valparaíso com os revolucionários do Norte eram conhecidas na Moneda; visivelmente, havia uma correspondência oculta que contrariava a ação do Governo. Descobrir a rede subterrânea e submarina seria uma diligência do maior alcance. Para levá-la a cabo as autoridades deviam recuar ante os açoites e os tormentos? Quando o segredo de que dependia a vitória estava à flor dos lábios do prisioneiro por que não o arrancar, fosse como fosse? Só por uma sentimentalidade viciosa deixaria um partidário da Ditadura de empregar em um indivíduo poucos minutos de sofrimento para obter um resultado nacional tão considerável. Daí o interrogatório, acompanhado de tortura, dos presos que podiam talvez saber e não queriam dizer.

Alguns destes têm importância social. José Luís Vergara, ex-intendente de província, é ameaçado de pancadas, se não declarar onde estão ocultos os seus amigos, e com efeito dão-lhe cem açoites, pelo braço de quatro soldados, depois de lhe porem ferros aos pés e de o levarem a um calabouço. E à testemunha consta que também foram flagelados em Valparaíso os Srs. Stiven, Daniel Fernández e José M. Muñoz, por terem sido seus companheiros na prisão e terem visto os sinais que os açoites lhe deixaram. O mesmo acontece a don José María Bararona, ajudante-de-campo do Congresso:

1 Pág. 72.

também querem que ele faça revelações, e por se negar, põem-lhe ferros aos pés, algemam-no, com os braços amarrados para trás, mais tarde estendem-no no chão ou começam a castigá-lo, repetindo as perguntas a cada cinco ou seis açoites, até duzentos. Depois fingem que vão fuzilá-lo, ou de fato deixam de o fazer. Don José Toro Fernández recebeu cem açoites, viu açoitar outros. Às vezes, dos açoites resultava a morte, como de uma pobre mulher de Concepción porque gritara: *Abaixo Balmaceda!* Os soldados, diz uma testemunha, lastimavam-se de não haver carrascos nos quartéis que desempenhassem esse ofício e que fossem encarregados de açoitar mulheres.

O chileno não é um preso político cômodo, é pelo contrário perigoso porque afronta a prisão e desafia o pior. Diante dessa sobrançeria o Governo, a não querer uma carnificina nas prisões, como nas Setembrizadas, só tinha uma coisa a fazer, que era afastar do país essa gente. Com efeito, causavam-lhe grande incômodo. Um intendente chegava a telegrafar a um dos seus governadores: “Não tome presos. Aplique a lei militar, se tem evidência de que são culpados. Não há quartel para bandidos.” Em julho Balmaceda embarca setenta dos presos de Santiago para Iquique. “Não foi um móvel generoso”, diz o Barão Gutschmid, “que produziu este ato de aparente humanidade.” O Ministro Aldunate dissera-lhe que o Governo procedera assim por ser a conservação dos presos penosa ao Tesouro e por parecer vantajoso que esse elemento “politiqueiro” fosse paralisar a atividade da Junta.² O preço das comedorias pago pelo Estado podia ser excessivo, mas o pensamento de dividir a oposição com semelhante reforço político, parece um simples gracejo de Aldunate. (O Ministro alemão, segundo o Sr. Bañados, era considerado quase um membro da Junta revolucionária.) A humanidade do ato é incontestável; é que o Governo via um

2 Gutschmid, 7 de julho – *Documentos oficiales de la Cancillería Alemana.*

perigo fortuito na presença de tais elementos em Santiago, ainda que nas prisões.

Dois dos presos, porém, o vigário da província de Valparaíso, don Salvador Donoso, e um filho do Presidente Pinto foram expatriados para a Europa. Eis como o intendente de Concepción, encarregado de despachá-los, telegrafa ao de Santiago a respeito deles: “O trem com os infames traidores chegou e como não é possível que *estos peines* vão juntos com os marinheiros que tenho que mandar a Montevideu para os navios, tenha-os colocados em um cômodo calabouço na cadeia até que chegue algum vapor”, e depois: “Os réus Donoso e Pinto embarcaram ontem no *Cambises*, depois de terem estado dois dias incomunicáveis e a pão e água na prisão desta cidade. Creio que terão durante a viagem bem boas recordações da sua estada na Pérola do Bio-Bio.”

Com tais carcereiros, a ordem de soltura era um bem inapreciável; também, às vezes podia ser obtida por dinheiro, outras vezes davam-na mediante caução. A 10 de abril, por exemplo, publica-se um decreto concedendo soltura e passaporte para a Europa a Vial, Barríos, Castellón, e Riesco, dando eles palavra de honra de não se envolverem na contenda, e depositando cada um 50.000 pesos no Banco Nacional à ordem do ministro do Interior.

Além da pessoa, a ditadura põe a mão sobre os bens dos que lhe são contrários. Por dois decretos, de 30 de janeiro e 5 de fevereiro, ela proíbe hipotecar ou alienar bens a 67 cidadãos. “O disposto”, escreve o Ministro alemão ao seu governo, “afeta umas sessenta pessoas, grandes proprietárias, banqueiros, etc., entre as quais figuram os indivíduos os mais respeitáveis e até aqui os mais influentes, que apóiam o movimento revolucionário.” E acrescenta: “Espera-se em breve a publicação de um novo decreto em que se proibirá a transferência dos títulos que estejam em nome deles, e quanto possível dos títulos que tenham ao portador”. Era o que pedia todas as manhãs em altas vozes a imprensa ditatorial, a única, está visto, que existia, todos os outros jornais tendo sido fechados.

Esse é o espírito do partido. O ódio contra os chamados *milionários*, como o ódio do estrangeiro, é pregado diariamente. São aqueles que sustentam a Revolução, é preciso, portanto, confiscar-lhes a propriedade. A grande casa Besa & Cia. é fechada pela polícia. “Sirva-se dispor”, foi a ordem de Godoy ao intendente de Santiago, “que se proceda com a maior brevidade ao fechamento dos armazéns de Besa & Cia., desta capital, devendo ser lacradas e fechadas as portas.” A 27 de janeiro, nomeia-se um interventor para dar conta, dia por dia, das operações do Banco A. Edwards & Cia., forçado a liquidar em março. Mesma intervenção nos bancos de Valparaíso e de Santiago. Não se contentam, porém, com a ruína dos capitalistas e proprietários que auxiliam a Revolução, querem pior. *Judeus e traidores*, é o título de um editorial da *Nación*³ em que se escreve neste gênero: “Mate, Edwards e Ross devem ser julgados com relação às leis, e suas feias e repugnantes pessoas enforcadas no meio da rua para futuro e perpétuo escarmento dos traficantes da paz e da honra da Pátria.”

É a guerra social pregada em linguagem propositadamente vulgar. A riqueza é considerada inimiga da nova democracia balmacedista. No Congresso apresenta-se um projeto autorizando o Presidente a exigir dos cidadãos, que ele houvesse por bem designar, uma contribuição de guerra de vinte milhões de pesos. A 22 de julho uma lei autorizará o Presidente a ocupar as propriedades particulares, impondo as requisições, de animais, meios de transporte, e provisões, que julgar necessárias para equipar e manter o exército e a polícia. O Chile todo estava assim à disposição do Governo e das autoridades subalternas de toda a ordem que quisessem, por inveja, ganância, ou vingança, atirar-se à propriedade alheia. Com efeito, as ricas propriedades que faziam a admiração dos estrangeiros são entregues ao vandalismo. No estabelecimento dos Errázuriz põe-se fogo em grandes pilhas ao carvão, e destroem-se as máquinas

3 12 de junho.

que extraíam a água das minas, causando um prejuízo de 1.250.000 pesos. Há ordem de tomar os melhores animais aos partidários da revolta, sem lhes dar recibo. Os cavalos das propriedades de Agustín Edwards, como La Peña, que tem uma reputação sul-americana, são roubados, remetidos para Los Andes, donde passam à República Argentina. O gado tirado aos adversários da situação é vendido aos marchantes. A destruição era às vezes sistemática. Godoy dá ordem ao Governador de Casablanca que arrase completamente, *sem deixar pedra sobre pedra*, a propriedade Las Peñas. Na propriedade da senhora de Ortúzar põem fogo às lanchas, a um molhe no valor de cem mil pesos, e levam todo o gado que encontram. O mesmo em Bella Vista, propriedade de Juan Castellón. A tropa encarregada dessas depredações banqueteia-se com os animais, os vinhos, os licores que encontra, e às vezes, como no povoado de Pichilemu, não respeita as mulheres. As propriedades sofrem por todos os modos, os animais trazidos de fora consomem os pastos, destroem as sementeiras, deterioram as plantações.

Além disso o trabalho tem forçosamente que parar nas propriedades malvistas. O Governo faz de contínuo agarrar toda a gente que nelas se encontra. O intendente Aldunate telegrafia assim a um governador: “Mande esta noite em grande sigilo à propriedade (*fundo*) de Carlos Carvallo e Isidora Cousiño e recrute toda a gente sem trégua e remeta-a para aqui em trem especial. Não há que ter contemplação com nenhum adversário. Recrute e recrute (*Enganche y enganche*)”. E de outra vez: “*Não deixe voluntários em propriedades de contrários. Há urgência de levantar esta semana quinhentos homens.*” Os *inquilinos* e os *peones* seguiam a sorte do *hacendado*, eram inimigos como ele.

No meio dessa situação violenta, Balmaceda convoca, em fevereiro, um congresso constituinte. Para a Ditadura a Constituição já não existia, era preciso aproveitar a ausência da nação e forjar outra. “A Revolução de janeiro tinha deitado por terra o mecanismo da Constituição”, diz o Sr. Bañados. Então a Revolução

estava triunfante? Tudo é posto em discussão pelos ministros de Balmaceda, tudo é revolvido até o fundo. Se ele era o representante da Constituição, nada mais natural do que deixar eleger o Congresso na forma da Constituição. Para o espírito agitado, desorientado do Gabinete, tudo, porém, entrava em dúvida, a Constituição era um perfeito remoinho. “A Revolução Armada trazia como consequência lógica a Revolução legal”, diz o sr. Bañados. A Revolução legal, isto é, do Governo, consequência lógica da Revolução Armada, que ele tratava de suplantar! Estamos em Atenas, em uma escola de sofistas.

As eleições são uma pantomina mal ensaiada. “Aqui em Collipuli”, telegrafa a um dos governadores da província o intendente Aldunate, “não existe um só exemplar da lei de eleições, nem na Constituição. Parece-me que um que tenha basta e sobra para fazer as eleições. Não se perca em detalhes insignificantes que por enquanto não se podem sanar.” A eleição é feita à pena. “Sirva-se chamar F. e diga-lhe que faça a votação pondo Zañartu em lugar de Méndez.”⁴ Há vários telegramas nesse sentido, mandando substituir nomes, até na impressão. “É preciso em geral fazer votar a todos, para provar que a maioria do país e sua quase totalidade é amante da ordem e do Governo constituído”, telegrafa Aldunate. As indicações para senadores e deputados vêm de Santiago. “Sirva-se, se entender conveniente, comunicar-me o mais depressa os nomes dos candidatos”, pedia ao ministro do Interior o intendente de Concepción. O ministro responde, e ele transmite a lista aos governadores. Ao governador de Traiguén comunica: “Sr. Governador, o senador pela província é agora don José María Balmaceda. Tenha isto presente *para as publicações*.” A Balmaceda telegrafa Aldunate: “Candidatos para o próximo Congresso foram recebidos com entusiasmo. Nas eleições haverá absoluta unanimidade.” A unanimidade era natural; havia ordem de prender todos os opositoristas. “É

4 Telegrama de José Echeverría ao comandante Marchant.

possível que se tenha prendido a don Frederico”, diz um telegrama do mesmo Aldunate, “porque ordenei que prendessem todos os opositoristas da província, e ele o é em Collipuli.” Há numerosas ordens aos governadores para fazer os delegados eleitorais do departamento cingirem-se às instruções no Intendente.

Bastava o estado de sítio em todo o país, estarem fugidos os homens conhecidos e disperso o pessoal militante da oposição, ser um crime combater a Ditadura, para o processo eleitoral se tornar impossível. “Eleições feitas sob um régimen de opressão arbitrária não poderiam conferir os direitos que a Convenção do Armistício reconhece aos deputados livremente eleitos.” Foram estes os termos do protesto de Bismarck mandado em 1871 a Gambetta, e Gambetta havia decretado apenas a inelegibilidade de algumas categorias. Que dizer da eleição de um congresso constituinte na situação em que se achava o Chile? Foram as eleições anteriores do Chile todas assim? Se foram, que direito, – digo direito, porque ele quer colocar a sua defesa em um terreno elevado, – tinha Balmaceda de derramar o sangue de um só chileno para defender a autoridade que lhe tinha vindo por ato também seu, de uma origem tão impura?

Dessas eleições, entretanto, é que saiu a Constituinte ditatorial e a nomeação de Claudio Vicuña. A 20 de abril Balmaceda abre o novo Congresso, *com solenidade poucas vezes vista*, diz o Sr. Bañados. Eis como o Ministro alemão descreve ao seu governo essa solenidade rara: “Por motivo desse acontecimento saiu o Chefe de Estado *pela primeira vez em quatro meses* do palácio do Governo. As medidas tomadas para segurança do Sr. Balmaceda, e dos ministros que o acompanhavam ao edifício do Congresso, ofereciam um espetáculo próprio para envergonhar o país. O Primeiro Magistrado da República teve que atravessar as ruas da Capital literalmente entre baionetas, afastada para os lados a população.”

A atitude de Balmaceda ia arrastá-lo à mais terrível das situações. Os fuzilamentos dos sargentos de Santiago, dos marinheiros na *Guale*, de Cumming e seus associados de Valparaíso, devem ter

abalado sua consciência, mas eu acredito que Lo Cañas a teria abatido mesmo sem a derrota de Placilla. “Para mim é questão gravíssima”, respondia Balmaceda a Anibal Zañartu que intercedia por Cumming, “desautorizar as sentenças dos tribunais militares e as resoluções definitivas do general-em-chefe.” “Cumming morreu”, confessa o sr. Bañados, “com a energia que somente uma convicção sincera sabe inspirar.” “Assim morreram”, diz-nos o Sr. Vial Solar, “os marinheiros da *Guale*, os quais de pé sobre a banquetta, rasgam com as mãos as camisas que os cobriam e atiram fora os pedaços, dizendo que não queriam levar consigo nada que viesse do Ditador.” Corajosamente, diz-nos a mesma autoridade, morreram os sargentos da conspiração de Santiago, “saudando, galhardos e triunfantes, os seus companheiros de prisão”. Lo Cañas, porém, é pior.

A vitória de Balmaceda dependia da concentração dos diferentes corpos do exército no menor número de horas, e era preciso que as estradas de ferro e o telégrafo funcionassem com precisão; uma ponte destruída, um túnel interceptado, pontes abatidas, podiam inutilizar-lhe o plano estratégico. O exército congressista estava para operar o desembarque e apelava para a dedicação dos seus partidários em terra para que criassem todos os obstáculos possíveis à concentração eventual das forças de Balmaceda. Era preciso cortar as duas pontes do Maipo na noite de 19 a 20 de agosto, e outras, se fosse possível. Quarenta moços, quase meninos, alguns das principais famílias de Santiago, acompanhados de uns vinte trabalhadores ofereceram-se para esse cometimento. Essa gente foi surpreendida pelas tropas governistas na propriedade Lo Cañas, do Sr. C. Walker Martínez, e aí passada pelas armas. Avalia-se a impressão causada em Santiago por essa desgraça que se repartia por tantas famílias. Mesmo entre estrangeiros a emoção é tal que o ministro da Alemanha interrompe suas relações pessoais com o Presidente.

A posição de Balmaceda nestes casos, colocado entre a Revolução e a autoridade militar a quem entregara sua causa, era

cruel, mas o que constitui a tirania é exatamente a obrigação em que o governante se coloca de defender a sua autoridade a todo custo. Que fez de Rosas um tirano senão o número dos inimigos que ele tinha forçosamente que destruir para não ser derribado por eles? Toda essa gente que se levantava contra Balmaceda, que fazia causa comum com a Revolução, que estava disposta a ajudá-la, expunha-se, está visto, a morrer; o número desses, pode-se dizer, não tinha conta; devia ele, porém, colocar-se na posição de exterminar todos os chilenos que tivessem a coragem de repudiar a sua Ditadura? No entanto foi esta a posição em que se colocou. A intransigência, mesmo do poder legítimo, não pode ser levada sem crime até o extermínio do país. Os chefes de estado têm o direito de defender a sua autoridade legal, – não era o caso de Balmaceda, – mas esse direito não vai ao ponto de acumular por toda parte ruínas sobre ruínas, de arrasar a sociedade, de proscrever a opinião oposta, de privar a nação do direito de se inclinar para o lado contrário e dos meios de gritar pela paz.

.....

A revolução

O

CONTRASTE é grande entre o que se passa na Moneda e o que se dá em Iquique. Na Moneda a ação é triste, desalentada, acabrunhadora, trata-se de salvar o poder de um homem; o balma-cedismo não conta um estímulo capaz de levantar o espírito; algum entusiasmo que possa causar encerra-se no estreito raio de uma classe; a ação revolucionária, pelo contrário, tem todo o caráter de uma eletrização nacional. É certo que a Revolução não foi, a princípio, um movimento popular; nos primeiros meses o povo mostrou-se indiferente.¹ O Governo do Chile não era uma democracia que tivesse associado as massas à vida política do país. Elas conservavam-se fora da organização, e o que sentiam pelas classes governantes era o respeito de quem sempre obedeceu. Quando se manifesta a guerra civil, o povo não imagina nenhuma oportunidade para si, não pensa em aproveitar-se na crise para tomar a sua parte, fica imóvel diante desse rompimento, como ficará o Peru,

1 Valentín Letelier.

ao qual não ocorre nenhum modo de utilizar a profunda dilaceração intestina do inimigo que o desmembrou.

Naturalmente a dissensão na oligarquia enfraquecia o exclusivismo do seu domínio, e abria espaço a novas aspirações; a antiga “sociedade” rompera com Balmaceda, de modo que o partido do Governo tinha forçosamente que se formar com elementos desconhecidos, anônimos, democráticos, a começar pela forte argamassa que o segurava, o exército, tirado todo do povo. As circunstâncias faziam assim do balmacedismo o núcleo de uma nova fundação política, e, se de fato a oligarquia pesava sobre o país, as massas deviam inclinar no conflito para o lado do Governo. Pela força das coisas, a inovação social seria Balmaceda.

O poderio político do antigo Chile tinha, porém, ainda raízes fundas, mesmo populares. O povo não estava minado pela inveja, estava longe da teoria, não conhecia o ressentimento que torna simpáticas as idéias de cunho socialista. A aristocracia chilena, que é real e que existe em virtude principalmente de grandes fortunas territoriais, tem alguma coisa do espírito nacional da aristocracia inglesa; mantém-se em contato, em comunhão de interesse, com as camadas populares, e procura de cada vez mais apoiar-se nelas. Os processos da Ditadura tornavam-se odiosos ao povo, nesse estado de espírito. Em França, durante a Revolução, os camponeses aplaudiam a venda dos antigos castelos à burguesia enriquecida; no Chile, os *inquilinos* não estão no ponto da cobiça ou do rancor. Havia também pela Revolução a influência do clero, incluído pela imprensa balmacedista no número dos inimigos a combater. Essa guerra indistinta à propriedade, à Igreja, às posições, encontra grande resistência nas massas; não há simpatia por nenhuma forma de confisco ou de apropriação; o povo é desinteressado, o seu pouco desenvolvimento intelectual não permite que se enxerte nele a cultura revolucionária de 93. Do lado de Balmaceda há uma enorme e constante distribuição de dinheiro, tudo se faz por esse meio, que presume o mercenarismo em todos, mas a guerra civil e

as emissões trazem a carestia; por outro lado, o recrutamento funciona como uma perseguição incessante, uma caçada humana, não poupando ninguém.

Era possível que de tudo isso saísse depois a democracia, mas o processo era tão duro e intolerável que o povo instintivamente preferia o caminho mais longo. Daí, pouco e pouco, a impopularidade da Revolução. O pessoal da Ditadura era, aos olhos de todos, inferior ao que se separou dela; o povo sentia essa diferença, diferença não só de posição social e de cultura, diferença moral também, de patriotismo, de caráter, de abnegação. Depois a história, as tradições, a ambição nacional, tudo que fazia o orgulho chileno, o povo indistintamente o percebia, estava com a Revolução. O encontro mesmo de tantos homens de política contrária em um só exército, o sacrifício que faziam de tudo, a sua vida de emigrados, de proscritos, de condenados, o abandono de suas grandes fortunas e vastas propriedades, o perigo que deixava suas famílias correr como reféns, a formação popular, quase voluntária, desse exército de Iquique, cujos soldados são mineiros, cuja oficialidade era a primeira sociedade de Santiago, tudo isto no sentir do povo, eram outras tantas provas da superioridade da Revolução. Desse modo a aristocracia e as massas acabaram coincidindo no mesmo pensamento. As grandes páginas da história de um país são quase todas escritas assim, e somente essa coincidência explica a vitória da Revolução. Se Balmaceda tivesse por si o interesse, o sentimento, a intuição popular, a sua causa teria vencido, ou pelo menos ele teria podido sustentar-se. A sua derrota é a melhor prova de que o Chile não se dividiu.

Vejamos, em um só quadro, a marcha dessa Revolução restauradora. Logo que Balmaceda assume a Ditadura, a 1^o de janeiro de 1891, o Partido Congressista decide-se pela revolução. Foi na casa do Senador Irarrázaval, o eminente pensador político que serve de oráculo ao Partido Conservador, que se assinou a ata preliminar da deposição de Balmaceda. “O honrado Sr. Irarrázaval

recebia no salão principal de sua esplêndida biblioteca os seus colegas, introduzidos secretamente nessa peça da casa, e aí, tirando a ata de dentro de um dos livros da estante, apresentava-a a cada um dos signatários, à medida que iam chegando, para que a subcrevesse em dois exemplares, destinado um ao exército de terra e o outro a ser remetido para Valparaíso e dado a conhecer aos chefes e tripulação da Esquadra.”² Essa ata, notável pelas assinaturas, é uma espécie de *Libro de Oro* chileno. Nela o Congresso designa a Jorge Montt para *restabelecer o império da Constituição*.

Havia um homem que podia pôr-se à frente do exército como Montt se colocou à frente da Esquadra; era o general Baquedano. Baquedano, porém, não tinha, como os generais mais valentes muitas vezes não têm, a coragem da aventura política. Não há nada que paralise tanto a ação individual como a glória. Eu calculo que foram as vitórias do Peru que impediram Baquedano de se apresentar às tropas. Esses homens, de algum modo consagrados pela nação, consideram-se como relíquias do patriotismo sobre as quais é um sacrilégio atirar, e respeitam supersticiosamente em si mesmos a veneração que infundem. Os que têm ainda um nome a criar, que nunca se sentiram pessoas coletivas, os que não têm associações históricas com o país, são os que podem tudo ousar. É certo que o impulso revolucionário parece às vezes em temperamentos militares, mas a combinação é rara; a afinidade entre o heroísmo e a obediência é característica do soldado, e essa repele a iniciativa dos *pronunciamentos*, qualquer que seja a causa nacional. Se Baquedano estivesse à frente do exército, teria reconhecido a autoridade do Congresso; isso estava no seu caráter, era o seu dever intuitivo, evidente. Forçar, porém, as portas de um quartel, apresentar-se às tropas em seu nome próprio, conspirar a abrigo do seu passado, estava fora de sua esfera, destruía a sua gloriosa mumificação, a unanimidade em que vivia envolto, e exigia outra espécie de

2 Vial Solar, *La Revolución Chilena*, pág. 144.

organização. Quando ele tivesse a coragem própria do sublevador, o receio de degenerar, de vencedor do Peru, em um caudilho sul-americano, bastaria para o paralisar. O horror à caudilhagem é tão forte no Chile que, em Iquique mesmo, haverá quem receie a nomeação de Jorge Montt para o primeiro posto da Junta. A posição de Baquedano no exército era, entretanto, tal que Balmaceda respeitará até o fim a sua neutralidade declarada.

Para Jorge Montt a tarefa era mais simples, além de mais fácil. Havia uniformidade de sentimento na Armada. O espírito constitucional que a animava era notório, e, quanto aos perigos da sublevação, os navios defendiam-se por si mesmos; não era o mesmo que nos quartéis. Demais, Montt, que tinha tradições de família, revoltando-se, de fato obedecia. Ele foi o que se pode chamar um revolucionário por modéstia. Desde 21 de dezembro ele respondera ao comissário da oposição em Valparaíso, Enrique Valdés Vergara, tão desastrosamente morto no *Blanco*, que, se Balmaceda pensava governar depois de 1º de janeiro sem as leis de orçamento e de forças, havia que lhe resistir pelas armas. O que prevalece em Montt é o seu desinteresse pessoal, unido à imposição da consciência. Ele aceita o papel que lhe conferem os poderes legítimos do Estado. Como ele, pensa a Marinha. Os chefes da Esquadra só impõem uma condição: que os presidentes das duas Câmaras tomem a responsabilidade do movimento, embarcando no navio-almirante. Assim se fez.

Na manhã de 7 de janeiro, na câmara principal do *Blanco Encalada* reúnem-se, em Quinteros, os comandantes dos navios, Luís Goñi, do *Blanco*, Valenzuela Day, do *Cochrane*, P. Martínez, da *Esmeralda*, Hurtado, da *Magallanes*, Gacitúa, da *O'Higgins*; lê-se a nota dos presidentes do Congresso, ordenando a organização de uma divisão naval, “para fazer compreender ao Presidente da República que a Armada obedece à Constituição e que portanto é indispensável que se decrete a lei anual que autoriza a sua existência”. Depois, a narração é tomada pelo Sr. Bañados dos documentos

oficiais, deu-se a conhecer a nota a todos os tripulantes dos diversos navios, reunidos à mesma hora na tolda de cada um deles; em seguida, içaram-se no navio-almirante as insígnias de Presidente da República e as do chefe da Esquadra, e postos em linha o *Blanco Encalada*, o *Cochrane*, a *Esmeralda*, a *O'Higgins* e a *Magallanes* dirigiram-se a Valparaíso e desfilaram pelo centro da baía com o maior aparato exterior.

Não é propriamente uma revolução, é antes uma *Grand Remonstrance*, como a de 1641 na Inglaterra; é um movimento organizado com a calma, a ordem, o sangue-frio, a atenção aos menores detalhes, a unidade de vistas, o concurso de todos, a graduação hierárquica, como uma grande deliberação nacional. A Armada, desde o primeiro momento, não aparece só, isolada, agindo por si; aparece cercada do que há de mais prestigioso, de mais considerável no país; desde logo, há a bordo a Delegação do Congresso, os homens que pelo seu caráter representativo ou pessoal se impõem à sociedade, os procuradores naturais dos seus maiores interesses. Para quem conhece o espírito chileno, prático, sólido, positivo, calculador, alheio a quimeras, incapaz de esmorecimentos, que são re-tratações, a demonstração naval de Valparaíso encerra por si só o prenúncio da vitória.

A Esquadra sublevada divide-se logo: o *Blanco* e o *Huascar*, que é tomado a 7, ficam em Valparaíso, a *Esmeralda* é despachada para Talcahuano, o *Cochrane* segue para Iquique, a *O'Higgins* e o *Amazonas* operam sobre Coquimbo, tomada e logo perdida. O plano é percorrer a costa do Chile, ver onde a Revolução pode encontrar elementos, surpreender as forças isoladas, recolher armas, destruir meios de ação do Governo. Essas explorações dão pouco resultado. Ao romper a Revolução, os fortes de Valparaíso não estavam quase em estado de repelir os navios, e as pequenas embarcações da Esquadra, que atiravam sobre as forças de terra para facilitar o embarque dos seus, não eram seriamente afastadas. Às trincheiras provisórias sucedeu, porém, logo a montagem de gran-

des canhões, e, ao amanhecer de 16 de janeiro, o *Blanco*, amarrado tranqüilamente às suas bóias, acordava ao estampido do canhoneio dos fortes. Dois projéteis penetram-lhe a couraça. Um deles, de um canhão Krupp, destrói em parte a câmara do comandante onde dormia o vice-presidente do Senado, Waldo Silva, que todavia não é ferido. O *Blanco* em poucos momentos abrigou-se por trás dos navios mercantes, e nessa noite saiu da baía com as luzes apagadas. Em um ponto ou outro, a esquadra consegue alguma vantagem, em Taltal, por exemplo, toma mais de quinhentos homens que hão de aparecer na batalha de Concón. A mais importante presa foi feita nas águas de Valparaíso, onde se encontram a bordo de um vapor quatro mil e quinhentas espingardas Mannlicher, que acabavam de chegar para o Governo, e se aprisiona o vapor *Aconcagua*, navio rápido, da Companhia Sul-Americana. O objetivo da Revolução, porém, era o extremo Norte, as províncias que o Chile tomou ao Peru, separadas do resto do país por desertos intransitáveis. Aí jazia a principal riqueza do Chile, as salitreiras; estavam lá os recursos de que a Revolução precisava para se manter, além da população mineira, na sua quase totalidade chilenos, da qual devia sair o núcleo do novo exército. A primeira campanha dos revolucionários tinha que ser a conquista de Tarapacá.

Teve muitos incidentes essa campanha do Norte, preparatória da de Valparaíso. Balmaceda compreendeu desde o princípio a importância capital de defender esse ponto vulnerável. Desde a partida do *Cochrane* para Iquique, ele pensa nos meios de impedir a ocupação da província. Se for ocupada, para que a Revolução não possa tirar recurso da venda do salitre, Godoy chega a dar ordem que se destruam os estabelecimentos salitreiros, quase todos de companhias inglesas. A Inglaterra reclama. Há dez milhões de esterlinos de propriedade inglesa nesses estabelecimentos. “É de temer”, diz o Sr. Gutschmid, “dada a energia que não recua diante de nada do Ministro Godoy, o qual é a alma do Ministério e exerce uma influência irresistível, que chegado o caso, as coisas passem de

meras ameaças.” A ameaça porém não se realiza; tampouco, a proibição decretada de tocarem os navios mercantes estrangeiros nos portos do Norte ocupados pelos revoltosos, mesmo nos do Peru e Equador.

As remessas de gente para o Norte são constantes. Balmaceda, servindo-se do *Imperial*, um paquete veloz da Companhia Sul-Americana, consegue fazer diversas expedições, ao passo que por terra manda também reforços. Todas essas tentativas arriscadas foram perdidas, serviram somente para dar armas e triunfos à Revolução, que pôs o pé no território ambicionado com muito pouca gente. Balmaceda entre outros mandara para o Norte o General Robles, soldado da maior bravura. A 16 de fevereiro Iquique é tomada; a 17, porém, os revolucionários atacam, em número de 1.200, e as forças de Robles em Huará são batidas. A retirada converte-se em uma terrível fuga. Os destroços do pequeno exército refugiam-se em Pisagua. “*A Revolução quase fenece no berço*”,³ com esse pânico para o qual decerto concorreu a sensação do deserto. Alguns revolucionários, como o comandante Aguirre, desapareceram na confusão, e no exército revoltoso, dizia-se que Robles os mandara fuzilar e enterrar nus, de modo a não poderem ser reconhecidos mais tarde, em covas abertas à vista deles. Não conheço nenhuma prova contra Robles dessa imputação que lhe devia custar a vida.

Depois da derrota os revolucionários concentram-se em Iquique, e Robles traz o seu quartel-general para Pozo Almonte, pedindo reforços a Balmaceda. Antes que o Coronel Camus, que tem ordem de seguir, a marchas forçadas, de Antofagasta para Tarapacá, chegue ao seu destino, ao amanhecer de 7 de março, a artilharia revolucionária rompe o fogo. É o combate de Pozo Almonte, que termina pela derrota completa das forças governistas. Nessa batalha, Robles, depois de ferido, é morto no leito para onde o

3 *La Revolución Chilena.*

transportaram, e o seu corpo é despedaçado, como que para mostrar que lhe queriam dar muitas mortes. Essa horrível crueldade era a reação, igualmente inconsciente, do pânico de Huara, a explosão do instinto de vingança, ingovernável em tropas irregulares.

Essa primeira vitória deu imenso alento aos revolucionários. Dos restos do exército de Robles, a divisão Arrate interna-se no Peru; a divisão Camus, que vinha em socorro de Robles, retira-se sem combater, para a Bolívia, onde é desarmada, voltando a Santiago pela República Argentina.

Essa marcha de Antofagasta a Santiago é um fato singular na história militar, e faz a maior honra ao comandante que atravessa, a pé, pelo sol e pela neve, com a sua tropa, trezentas léguas de deserto e de cordilheira, os relevos mais abruptos de um grande mapa montanhoso e estéril, internando-se em dois países estrangeiros, a Bolívia e a República Argentina, percorrendo-os com os seus soldados desarmados, mas sempre debaixo da maior disciplina, para afinal chegar a Santiago com toda a sua gente quase, depois de um percurso total, compreendido o das estradas de ferro, de cerca de mil léguas.

Os revolucionários ficavam senhores de todo o norte peruano e boliviano do Chile, e a 23 de março a Delegação do Congresso telegrafava às potências estrangeiras nestes termos, pedindo que se proibisse a venda de armas “ao *ditador* Balmaceda”: “Exercemos domínio completo sobre os departamentos do Pisagua, Tarapacá, Tocopilla, Taltal, Chanaral e Antofagasta, e bloqueamos os portos. O exército constitucional ocupa a costa em uma extensão de 480 milhas, com uma superfície de 65.000.” Os Congressistas, entretanto, não se iludem quanto à situação. A sua defesa é a Esquadra. O território que eles ocupam não chega a ter duzentos mil habitantes, o Chile tem três milhões. Se a Revolução pode levantar, havendo armas, uns quinze mil homens, Balmaceda pode levantar duzentos mil; se ela tem o rendimento mensal de um a dois milhões de pesos, além das contribuições generosas de seus

partidários, Balmaceda tem o crédito, a riqueza, o papel-moeda do Chile, e pode ter o confisco. Não era impossível com o tempo a Balmaceda obter transportes rápidos e desembarcar um forte exército em Tarapacá. Esses navios, ele tratava de os adquirir, e por último conseguira comprar o *Aquila* em Montevideú, enquanto que o *Mapocho* e o *Laja*, só por esforços de diplomacia o Governo peruano, desejoso de não ter contra si a Revolução, os conseguia deter. O que a Revolução portanto tinha a fazer era no mais breve prazo levar o ataque às posições de Balmaceda, servir-se da Esquadra para multiplicar as suas forças desembarcando-as ora em um, ora em outro ponto, se um golpe único fosse impossível; antes de tudo, porém, era preciso organizar um Governo Provisório, se queriam ter as vantagens de beligerante.

É isso que se faz a 12 de abril em Iquique, a Meca da Revolução chilena, para onde vão afluír os emigrados, os que podem escapar do Chile, os que se sentem com forças para combater, os que querem ter em sua vida essa recordação patriótica. Nas ruas e praças da pequena cidade encontram-se os velhos parlamentares e os jovens da Alameda, como se Santiago se tivesse mudado para Tarapacá. Nesse tempo ainda não era grande a afluência de políticos e de voluntários, a Revolução sondava o seu ancoradouro, mas mesmo nessa reunião de 12 de abril figuram muitos homens públicos eminentes. O novo Governo é uma Junta de três, tendo à frente Jorge Montt, como chefe do Poder Executivo; os outros dois membros são Waldo Silva, vice-presidente do Senado, e Barros Luco, presidente da Câmara. A Junta compõe o seu ministério: é M. J. Irarrázaval, é Isidoro Errázuriz, é Joaquín Walker Martínez, é o Coronel Adolfo Holley, todos homens de valor e reputação nacional. A Junta trata logo de nomear agentes no exterior; a sorte da Revolução depende deles, e são eles com efeito que a salvam. No Peru, Vial Solar consegue de dia em dia impedir a partida do *Mapocho*, ansiosamente esperado por Balmaceda, e o embarque da divisão Arrate: o Governo peruano conserva-se neutro

por paralisia. Gonzalo Mate obtém o reconhecimento pela Bolívia, único país que dá esse passo, tão grande é o receio de todo o mundo de ofender o Chile. Em França e na Inglaterra, Augusto Mate e Agostinho Ross prestam serviços incomparáveis, conseguem um importante embargo judicial de quarenta dias sobre o *Errázuriz* e o *Pinto*, e enviam (algumas remessas chegaram depois de acabada a campanha) importantes carregamentos de armas que os revoltosos esperavam no Deserto para abrirem uma entrada no Chile. Nos Estados Unidos houve verdadeira luta de influência e atividade comercial entre a casa Grace & Co., auxiliar da Revolução, e Charles Flint, Cônsul chileno em Nova Iorque, decidido sustentador de Balmaceda. Por esse lado a Revolução só consegue liquidar perdas, como a demora forçada do *Esmeralda* em Acapulco, e a entrega ao comandante norte-americano, no porto mesmo de Iquique, do *Itata*, com todo o carregamento que trazia.

“Os meses de abril, maio e junho”, diz o Sr. Bañados, “foram para os diretores da Revolução lúgubres como os dias de oratório que precedem o patíbulo... Este período foi para os Revolucionários a Noite Triste... Se tivesse existido uma linha férrea entre Tarapacá e o centro da República, ou não teria havido Revolução ou teria sido sufocada ao nascer, como se fazia em Esparta com as crianças mal formadas.” Teria sido assim? De abril a julho a situação era com efeito arriscada, mas não há a menor prova de que o ânimo revolucionário não se sustentasse todo o tempo.

O afundamento do *Blanco* a 23 de abril foi um grande desastre compensado pela confiança ilusória que produziu entre os balmacedistas. O encouraçado estava de fogos apagados, amarrado a uma bóia, nas águas calmas da baía de Caldera. A esquadrilha governista, composta do vapor *Imperial*, da *Lynch* e da *Condell*, tinha saído dois dias antes de Quinteros, ao saber Balmaceda que a Esquadra vinha ocupar Caldera. Às 4 da manhã entram as torpedeiras na baía, com a lua quase cheia, dirigindo-se sobre o vulto que destacam desde a entrada. A *Condell*, a uma distância de cem me-

tros, dispara três torpedos Whitehead que se perdem, o *Blanco* rompe fogo com os canhões de tiro rápido e as metralhadoras; não obstante, a *Lynch*, comandada por Fuentes, aproxima-se dele com uma temeridade heróica e lança o seu primeiro torpedo, que passa roçando o alvo, e depois um segundo, a trinta metros, que o alcança em cheio. Em cinco minutos o encouraçado voltava-se sobre o lado ferido, e afundava silenciosamente. No naufrágio do *Blanco* pereceu a tripulação, salvando-se só algumas pessoas, entre as quais o comandante Goñi e o presidente da Câmara, Barros Luco. Os dois presidentes do Congresso tinham assim escapado do modo mais extraordinário, um depois do outro, dos desastres do navio-almirante. Dir-se-ia um presságio auspicioso para a causa congressista. A perda do *Blanco* deve ser tomada como um desses avisos essenciais para a vitória dos que confiam demasiado em si. A Esquadra podia ter perdido tudo, desprezando os meios de ataque de Balmaceda contra ela. Entre as causas a que o Sr. Bañados atribui as derrotas do seu partido, cita ele por vezes o desprezo que o exército regular tinha pelas tropas da Revolução. A precaução faltou no ato final a Balmaceda, talvez por não ter tido, como a Revolução, uma catástrofe, como a do *Blanco*, para o advertir a tempo.

A grande questão era o armamento. Este não podia demorar; Ross e Mate tinham todos os recursos para o comprar e remeter. Enquanto, porém, não chegava, a Revolução sentia-se sem defesa, exposta a uma surpresa, além de que era possível começar a formação do exército. A 3 de julho, chega o *Maipo* a Iquique, trazendo o armamento ansiosamente esperado. Esse fato equivalia a uma grande vitória. O primeiro carregamento constava de cinco mil espingardas Grass, como as do exército governista, com dois milhões de cartuchos; vinham, porém, mais quase dois milhões de cartuchos Mannlicher para as quatro mil armas apresadas pela Revolução em Valparaíso, a 8 de janeiro. Vinham também seis canhões Krupp. Esse armamento com o que fora tomado em Tarapacá

dava para levantar um exército de 12.000 homens. A Revolução entrava em nova fase.

Também ao acampamento revolucionário estavam agora continuamente chegando, de Santiago a Valparaíso, amigos e partidários, que vinham tomar lugar nas fileiras. A aquisição mais importante de todas fora, em maio, a do Tenente-Coronel Körner, o Moltke dessa campanha. Será ele o disciplinador, o organizador, do exército que o Coronel Canto há de levar à vitória; é ele quem planeja o embarque, o desembarque, as operações todas que se vão efetuar, com a certeza que dá a esses movimentos a precisão prussiana de jogadas de xadrez. Com a chegada próxima do *Errázuriz* e do *Pinto*, do *Aquila* e do *Mapocho*, o Governo ia disputar o mar à Esquadra congressista, e ganhando ele a partida, que recursos teria nas províncias do Norte o exército revolucionário? Custasse o que custasse, era no Chile mesmo, levantando o país, que se devia ferir o grande combate. A ansiedade por um ataque em força às posições de Balmaceda crescia entre os revolucionários; de toda parte imploravam aos chefes que não perdessem tempo, porque o tempo era o aliado principal do Ditador. Não tinha havido demora ainda, mas agora cumpria que se economizassem os dias. Por isso era crença geral, que apenas chegadas as armas, o exército estaria de pé, pronto a entrar em ação. Em junho o barão de Gutschmid comunica ao seu Governo ter ouvido de um membro influente da Junta Executiva ser certo o ataque, em agosto, por Valparaíso ou Coquimbo; e em agosto o ataque se efetuará. A Junta revolucionária tanta confiança sente que anuncia os planos com antecedência aos seus partidários de Santiago e Valparaíso.

Em agosto o exército tinha já descido do extremo norte e estava concentrado em Vallenar, pronto para a expedição esperada. Com efeito, a 14, 15 e 16, embarcam as tropas em Caldera e Huasco. A Esquadra é composta de uma vanguarda e de duas divisões, ao todo dezesseis navios. A bordo do *Cochrane* estão os representantes da Junta, o comandante-em-chefe, Coronel Canto, o

chefe do estado-maior, Körner. Tudo se faz na mais perfeita ordem, todos os detalhes são previstos, tudo é obra de cálculo, ciência, estudo; em tudo se reconhece a ação de um espírito sistemático e criador, que pretende tirar a unidade do seu plano estratégico, não de um exército militarmente preparado como o prussiano, mas do assentimento, da sofreguidão mesmo, de um corpo improvisado de voluntários, que obedecem para vencer.

Parecia uma loucura a expedição. “O embarque de um corpo de 10.000 homens”, escrevia o almirante alemão a 9 de agosto ao Barão de Gutschmid, “com os cavalos, a artilharia e respectiva viatura, e uma expedição à costa de mar ao sul, tendo Valparaíso pelo flanco, parece-me uma empresa tão árdua e tão arriscada que não a considero provável”. “Empreender o ataque”, escrevia o mesmo almirante a 20 de agosto, “contra o próprio centro de todas as fontes de recursos do Governo, significa aventurar o todo em uma só parada.” O Sr. Bañados diz que para tentar esse golpe temerário a Revolução contou ao certo com dois fatores: o primeiro, a traição entre a tropa de Balmaceda; o segundo, a interrupção dos caminhos de ferro, da qual dependia a concentração governista. Traição, não se viu; interrupção, não houve; no entanto deu-se a vitória.

É que o plano tinha outra base, outra inspiração, outra certeza: – a confiança dos chefes, primeiro em si, depois no exército que tinham criado, acima de tudo, no efeito moral da sua causa. Balmaceda dispunha, para se defender desses 9.000 homens, que ousavam vir atacá-lo nas suas próprias posições, de cerca de 32.000 soldados. Esses 32.000 homens de tropa formavam quatro divisões: a de Coquimbo, ao norte, mais afastada, de 9.000 homens; a de Santiago, de 6.000; a de Valparaíso, de 7.000, e a de Concepción, de 10.000. Se o desembarque tivesse lugar em Coquimbo, as forças revolucionárias batiam-se contra a divisão Coquimbo isoladamente, porque esta não podia ser auxiliada em menos de dez dias. Seriam forças iguais. Esse plano foi, porém, aban-

donado; o golpe tinha que ser dado no centro mesmo. Desembarcando as tropas em Valparaíso ou para o sul, as três divisões, fortes de 23.000 homens, tinham ordem de se concentrarem imediatamente no ponto ameaçado, o que podiam fazer em horas: à de Santiago bastavam dez horas para se reunir à de Valparaíso; e a de Concepción em vinte e quatro horas podia estar em Valparaíso e em trinta em Santiago. Senhor dos telégrafos e dos caminhos de ferro, no máximo em quarenta e oito horas depois de iniciado o desembarque, Balmaceda podia opor aos 9.000 mineiros de Tarapacá não menos de 20.000 homens de tropa sólida, aguerrida, pode-se dizer, porque o núcleo de toda ela era formado dos veteranos, dos *invencíveis*, do Peru. No terreno em que podia ter lugar o desembarque faziam-se manobras para familiarizar a tropa com as operações que teria de executar ali mesmo. Para a divisão de Concepción partira o principal ministro, Bañados, para a de Coquimbo o ministro do Exterior, Aldunate, como desdobramentos de Balmaceda mesmo. Nenhum desses preparativos de resistência perturbou a serenidade do estado-maior revolucionário. Não há, ao que parece, na ciência do instinto animal nenhum segredo mais maravilhoso do que a certeza dos golpes com que o *sphex* paralisa a presa que dá a devorar viva às suas larvas. Quando a vítima é um verme, são nove golpes de agulhão nos nove centros nervosos do corpo, nem um de mais, nem um de menos, diz o observador. Quando é a aranha, é uma só picada no grande gânglio em que se acha reunida a maior parte da substância nervosa.⁴ O golpe do estado-maior congressista sobre o poderio militar de Balmaceda faz lembrar a precisão instintiva do *sphex* ferindo a aranha; é um golpe só no grande gânglio em que está reunida toda a sua força.

A 16, 17, 18 e 19 de agosto, por um mar afortunadamente calmo, a Esquadra navega para o sul, e a 19 à tarde reúne-se à altura de Quinteros, a cinquenta milhas da costa. Por todo

4 Alf. Fouillié.

o mundo circula a notícia da expedição; em Buenos Aires, em Paris, em Londres, a impaciência dos amigos da Revolução é a mesma. A 18 a *Esmeralda* entra em Valparaíso e dispara três tiros em direção ao vale do Aconcágua. Era o sinal, convencionado com os revolucionários da terra, de que dentro de quarenta e oito horas teria lugar o desembarque nas vizinhanças da cidade. O Chile todo está de pé, à espera do resultado, com o coração contraído. Foi a hora de maior ansiedade da sua vida. O que se sabe é somente que o choque será terrível, que nenhum dos lados dará quartel ao outro. Na Moneda a ousadia do cometimento impressiona, mas apesar da primeira dúvida, inevitável diante de um ataque dessa ordem, Balmaceda mostra-se certo de esmagar a Revolução. Os seus generais, diz-nos o Sr. Bañados, sentiam pelas levas de Iquique e Antofagasta “profundo desprezo e tinham absoluta confiança no velho exército”. “A operação de desembarcar um exército e proceder a um ataque imediato”, telegrafa o general Alcérria a Balmaceda, “é coisa que os inimigos não farão, não têm qualidade para isso.” Nem Barbosa nem Alcérria tinham idéia da *qualidade* do exército improvisado que devia destruir as suas divisões em Concón e Placilla. “A organização administrativa foi irrepreensível na guerra; faltaram-nos os generais”, dirá Balmaceda em uma das cartas que deixou. Teriam faltado os generais? No lugar desses que se fizeram matar pelo seu crítico, infeliz também como eles, teriam tido melhor fortuna Canto e Körner? Na própria obra de Moltke, pode-se acaso isolar o gênio do general do espírito do exército? Quanto a mim, na luta que vai agora concluir, entre 20 e 28 de agosto, nas batalhas em redor de Valparaíso, o que dá a vitória à Revolução é a inspiração donde esse imenso esforço procede; o que causa a derrota da Ditadura, é o fatalismo sem fé com que as suas forças combatem; o que explica tudo, é que a estrela do Chile está em plena ascensão.

.....

A vitória nacional

B

ALMACEDA acompanha, há dias, o movimento da Esquadra; a princípio (15), supõe que é um ataque a Coquimbo, depois pensa em Concepción; o que lhe parece menos possível é que os revolucionários tragam o seu pequeno exército para o centro do poder militar da República. A 20, porém, não resta dúvida. O telégrafo anuncia de Quinteros, pela manhã, dezessete navios à vista, calculando as forças em 8.000 homens, com cavalaria e artilharia.

O desembarque não é impedido; não há em Quinteros as grandes tropas do Governo que o Almirante Viel, intendente de Valparaíso, anunciara ao almirante americano Brown. O exército de Balmaceda ocupava fortes posições, coberto pela frente pelo rio Aconcagua. As forças revolucionárias desembarcaram na melhor ordem. “A operação”, diz o Barão de Gutschmid – que fala com as informações do almirante alemão – “foi bem preparada sob todos os aspectos.” À medida que desembarcavam, as tropas, que tinham recebido de véspera munições e víveres para dois dias, iam marchando sobre Concón. Sabia-se entre os revolucionários, por ter funcionado até o último momento a estação telegráfica de Quinteros, que o Governo estava informado de tudo e que as divisões de

Valparaíso e de Santiago tinham tido tempo de reunir-se. De fato, às 8 ½ horas da manhã de 20 os chefes de todas as divisões conheciam a situação. O exército revolucionário tinha que se apressar, se não queria combater também com a divisão de Concepción, que não podia tardar.

Na manhã de 21 os exércitos achavam-se frente a frente, nas alturas que dominam o Aconcágua. Do lado de Balmaceda, o comando estava dividido; comandava o General Orozimbo Barbosa a divisão de Santiago, e o General Alcérrica a de Valparaíso. Segundo o Sr. Bañados, não se reuniram dessas duas divisões, na manhã de 21, senão 6.327 homens; segundo o Coronel Canto, o exército inimigo excedia de 11.000 homens, Körner o calcula em 8.000 no mínimo. A artilharia governista era de dezoito canhões e quatro metralhadoras; a contrária de trinta e dois canhões e seis metralhadoras, nem toda porém entrou em ação. A superioridade de armamento da infantaria revoltosa era grande, estando armada, uma metade, de espingardas Mannlicher, com o alcance de três mil metros, ao passo que as tropas balmacedistas tinham Comblains e Grass, de mil e duzentos a mil oitocentos metros de alcance. O Sr. Bañados baseia principalmente a derrota das tropas balmacedistas na inferioridade de número e de armamento, mas essa inferioridade era compensada pela vantagem das posições, pela defesa do Aconcágua, e pela fadiga das tropas revolucionárias, que, além disso, estão em terreno inteiramente desconhecido para elas. “Se eu tivesse que dar uma batalha no dia seguinte, do que tratava antes de tudo era de fazer a minha tropa dormir uma boa noite”, disse uma vez no Reichstag o Conde Caprivi. As forças congressistas, em vez de dormir, tinham feito na noite do desembarque uma marcha forçada.

A preocupação de Balmaceda é demorar o combate até a concentração do seu exército ficar terminada. A 20, às 9 horas da manhã, Bañados, que estava em Concepción, recebe este telegrama: “Sr. Ministro Bañados. Em marcha e imediatamente com toda a sua

divisão. Quando chegue a Chillán, avise. Balmaceda.” No dia seguinte, às 11 ½, Bañados está na Moneda e Balmaceda manda-o imediatamente para o teatro das operações, como ministro da Guerra em campanha, dando-lhe instruções que o Sr. Bañados fotografava no seu livro. Essas instruções são que a linha do Aconcágua é muito extensa e muito distante da estrada de ferro, com três ou quatro passos; que é preciso tomar como linha definitiva a de Viña del Mar, fora dos fogos da Esquadra, próxima à estrada de ferro, fácil para a cavalaria, e dar aí a batalha *no dia seguinte* 22 – depois de chegados os reforços do sul. Ao Coronel Pinto ele telegrafia: “Amanhã chegarão aí reforços poderosos, convém demorar a batalha.” Quando isto era telegrafado, a batalha de Concón já estava empenhada. As instruções a Bañados tinham este fecho: “*Pelear a muerte, porque no ha mas dilema que vencer o morir.*” Tudo isso revela sobressalto, pressentimento de que não há mais tempo, de que tudo está comprometido.

A batalha de Concón durou todo o dia de 21. As forças revolucionárias estavam fatigadíssimas com os vinte e cinco quilômetros de marcha forçada da véspera; para chegar ao inimigo tinham que atravessar o Aconcágua, com água às vezes pela cintura e debaixo de fogo e depois escalar as posições fortemente defendidas. Parar, porém, na outra margem, sem rancho, porque os víveres ficaram a bordo, em Quinteros, além de tempo dado ao inimigo para reunir maior força, era perigoso para o moral da tropa que os chefes ainda não conheciam. “A passagem do rio Aconcágua”, diz o Sr. Bañados, “era uma enormidade.” Era preciso, porém, a todo o custo, tentar com essas forças extenuadas, o esforço de passar o rio naquele dia. A 1ª Brigada, perto da costa, longe das vistas do inimigo tinha achado um excelente vau; com Körner à frente dela atravessa o Aconcágua por aí, atacando o flanco esquerdo dos balmacedistas, auxiliada pelos fogos do *Esmeralda*. A batalha começa desse modo; debaixo do mais nutrido fogo de fuzilaria, a 2ª Brigada passa por sua vez o rio por diversos pontos, suspendendo os sol-

dados as espingardas no meio da corrente, que arrebatou a muitos. Uma circunstância fortuita favorece o ataque. Na noite de 20 dois corpos da 3ª Brigada, o *Taltal* e o *Tarapacá*, tinham-se extraviado, seguindo pela costa. Eis como Körner descreve a inesperada aparição deles no meio da batalha: “Nesses momentos críticos não só para o *Iquique*, mas também para o *Antofagasta* e o *Constitución* [isto é, para os três corpos de infantaria da 1ª Brigada], os quais rendidos por uma marcha forçada de légua e meia, em terrenos aspérrimos e com os sapatos cheios de água, se batiam corpo a corpo com o inimigo tenaz, tendo as munições quase esgotadas, chegaram em reforço da 1ª Brigada o *Taltal* e o *Tarapacá*, e um regimento da 2ª Brigada, o *Chañaral*. Com esse reforço os revolucionários avançam, tornando impraticável a retirada dos governistas sobre Viña del Mar, forçando-os assim, no caso de derrota, contra o terreno montanhoso de Quilpué, isto é, a abandonarem Valparaíso. Desde as 3 horas escasseiam as munições às tropas do Governo; às 4 ½ pronuncia-se a derrota, o exército balmacedista está em fuga, perseguido, até curta distância somente, pelo vencedor, que não pode mais.

A perda da ambos os lados é grande, mas a dos governistas é dobrada. Nessa ação, em que se empenham de 18 a 20.000 homens, os mortos e feridos são computados em 3.000. O prejuízo mais considerável, porém, que sofre o Governo é a destruição do prestígio do seu exército, reputado invencível pelos que se lembravam do Peru; é a confusão que vai reinar na tropa, o seu desânimo. Ao exército revolucionário incorporam-se os prisioneiros, os que podem fugir do exército legal e que até ali se haviam mantido por disciplina nas fileiras do Ditador, a despeito dos seus sentimentos e dos seus desejos. “Nosso exército”, pôde dizer o secretário geral da Esquadra, “tinha antes da batalha um efetivo de 9.500 homens; as baixas em Concón o reduziram a menos de 9.000, e algumas horas depois aumentava o efetivo a cerca de 11.000. Isto quer dizer que os soldados vencidos da Ditadura tomavam lugar

nas colunas da Revolução, e que 2.000 dos que se bateram contra esta em Concón vão bater-se por ela em Placilla.” É inútil querer aplicar, como fez o Sr. Bañados, o epíteto de *traição* a esses movimentos produzidos na tropa, que combatia forçada. Entre ela e Balmaceda não existia mais, desde o golpe de estado, o laço da honra militar; havia apenas a sujeição passiva, o cativoiro dos quartéis.

Se o exército revolucionário não entrou no dia seguinte em Valparaíso, diz na sua parte oficial o Coronel Canto, foi somente por falta de munições. Pode-se dizer que tudo estava perdido para Balmaceda. O efeito da primeira comunicação mandada à Moneda é desesperador. É o General Alcérrica quem informa ao Presidente que se salvaram uns 4.000 homens, muito fatigados, mal municiados. Balmaceda chama-o ao telégrafo, e há entre eles este diálogo que o Sr. Bañados reconstruiu:

“ – Também entrou na ação a divisão de Santiago? – Ficaram somente três corpos em Viña del Mar; o resto da divisão pelejou toda. – E as forças do inimigo? – A infantaria inimiga superior à nossa e pelejou bem. – E a cavalaria inimiga? – Não chegou ao alcance da nossa. – E a artilharia? – Numerosa. Trinta canhões. – E a nossa artilharia? – Perdeu-se toda. – E o parque? – O parque que assistiu ao combate perdeu-se todo; salvamos somente uma parte das mulas. – De maneira que a tropa está sem munições? – Há apenas um maço para cada soldado. – E nossa cavalaria? – Completamente extenuada e aniquilada. Aqui não há pasto para cavalaria. – E quanta tropa poderia reunir-se do que resta? – Cerca de 2.000 homens, porque se calcula em 4.000 ou 5.000 os dispersos e 2.000 os mortos; ambos os exércitos bateram-se desesperadamente, houve um momento em que faziam fogo a seis metros de distância. – E a Esquadra que papel desempenhou? – A Esquadra fez-nos fogo cada vez que teve oportunidade de dizimar nossas fileiras. – Logo, o campo ficou em poder do inimigo? – Ficou, porém em grande confusão. – Então eles marcharão sobre Valpa-

raíso? – Julgo impossível, porque têm que recolher feridos e que refazer; ficou tudo em grande desordem. – E que resolução tomou com Barbosa? – Retirar para Quilota, fazer aí nosso quartel-general, a reorganizar-nos, aumentando as nossas forças com a divisão de Concepción. – Não julgam, porém, perigoso abandonar Valparaíso, que será impossível recuperar, uma vez tomada? – Estamos sem munições, a tropa desalentada, a resistência é impossível. Seria expor-nos.”

Balmaceda, porém, não está por isso, não pode resignar-se a perder desde logo Valparaíso, – seria a vitória da Revolução – e assim ordena que Barbosa fique em Quilota com as tropas que forem chegando e Alcérrica vá defender Valparaíso. O exército revolucionário, entretanto, prevendo a concentração, decide-se a não marchar sobre Valparaíso, e sim a forçar o inimigo a abandonar as posições, preferidas de Balmaceda, de Viña del Mar. A primeira idéia do Coronel Canto fora ocupar Quilpué e interromper as comunicações entre Santiago e Valparaíso, ameaçando ambas as cidades e obrigando as forças ditatoriais a deixar Viña del Mar, para defender a capital desprotegida. A 26 de agosto, porém, ele abandona Quilpué para tomar o caminho antigo que vai de Santiago a Valparaíso. Foi essa, diz o Coronel Canto, a marcha mais penosa de toda a campanha, e demorou um dia a batalha. A noite veio fria e tenebrosa. Em meio da escuridão, tinham os soldados que marchar, silenciosamente para não serem surpreendidos, por terrenos desconhecidos, difíceis, ladeados de precipícios. Rendidos de sono e de fadiga, muitos ficaram pela estrada, dormindo entre o arvoredo. No dia 27, porém, refizeram-se, reuniram-se em Las Cadenas, a dez quilômetros de Placilla, onde o exército de Balmaceda tinha tomado fortes posições nas alturas de Peñuelas, que dominam o povoado e a antiga estrada de rodagem de Santiago.

Às 7 horas e 30 minutos da manhã o inimigo rompe o fogo de artilharia sobre o exército revolucionário, que avançava com entusiasmo pela planície, entre uma chuva de balas. A batalha

durou somente três horas, mas ficou um instante incerta para os revoltosos; nesse momento o Coronel Canto deu ordem à cavalaria de reforçar a infantaria, caindo sobre o inimigo. Era uma resolução temerária, essa de lançar a cavalaria, de baixo para cima, contra fortes posições defendidas pela artilharia e infantaria; essa carga, porém, decidiu da vitória. A mortandade, apesar do pouco tempo, foi enorme. O exército de Balmaceda estava completamente destruído, seus valentes generais mortos; o que restava, eram grupos em fuga, alcançados pela cavalaria inimiga. A Revolução tinha triunfado em toda a linha; Valparaíso e Santiago estavam uma e outra à sua discrição.

A proporção de mortos e feridos mostra que se bateram encarniçadamente, de parte a parte, e destrói a idéia de traição que o Sr. Bañados lança sobre os seus. Havia de cada lado cerca de 10.000 combatentes, e o número de mortos e feridos subiu a 5.000. Em Bull Run a perda foi igual, combatendo, porém, 70.000 homens. As duas batalhas custaram ao Chile 8.000 homens entre mortos e feridos.

Na Moneda, Balmaceda esperava ansiosamente o resultado da ação. Às 8 horas da manhã o governador de Limache telegrafa-lhe que se ouvia um forte canhoneio na direção de Placilla, e, às 10 ½, que o fogo parecia ter cessado. Até a noite, Balmaceda, na maior incerteza, telegrafa continuamente, pedindo notícias, até que às 7 ½ recebe de Quilota o seguinte telegrama do Coronel Vargas: “Acabam de chegar vários chefes nossos, derrotados. Dizem que a derrota é completa, que os nossos pelearam sem valor, nem entusiasmo e no mais renhido do combate deitaram fora as armas, e passaram a engrossar as fileiras inimigas. Os Generais Barbosa e Alcérria mortos. Don Claudio Vicuña e Bañados encerrados na Intendência de Valparaíso, e a praça em poder da oposição.” Era o ruído longínquo da avalanche que se precipitava na direção de Santiago.

A *Nación* desse dia pressentira a possibilidade da catástrofe. “O que mais preocupa a S. Ex^a o Presidente da República”, dissera o órgão oficial, “é evitar quanto possível o derramamento de sangue, e para isso o nosso exército está sendo reforçado de hora em hora por novas tropas que chegam ao campo de batalha e fecham todos os caminhos ao inimigo.” “Espero que esta luta que já se prolonga demasiado”, dissera Balmaceda na antevéspera, 26, em uma proclamação, “não termine com os prejuízos e as vexações pessoais que nas horas de transtorno mancham os homens e aviltam os povos.” Isto era escrito na semana de Lo Cañas. É nessa hora de dúvida, se não já de desespero, – depois de Concón e da conversa telegráfica com o General Alcérrica, a probabilidade é que o ânimo de Balmaceda tinha já sucumbido, – é nessa hora extrema que ele aconselha a moderação e escreve, como que resguardando a sorte do seu partido: “... não há, não pode haver desacordo, tratando-se do respeito que nas horas de crise devemos todos os chilenos, sem distinção de bandos políticos, à propriedade e às pessoas, ao sossego e à inviolabilidade dos lares.”

Como essa linguagem é significativa! Mas também como em todo o procedimento de Balmaceda se vê a diferença do modo por que se defendem os governos despóticos e os governos livres! Desde que lhe chega a primeira notícia da expedição para o sul, ele sabe que soou a hora decisiva. Nessa crise, evidentemente final, apela ele acaso para o país, dá-lhe a conhecer, com confiança, a gravidade da situação, procura apoiar-se nele; em uma palavra, procede como Lincoln, quando se viu isolado em Washington, exposto a ataque imediato, rodeado de forças separatistas, cujas bandeiras se avistavam do Capitólio, na outra margem do Potomac? Não; os despotismos não se defendem contando tudo ao país e contando com ele, defendem-se nas trevas, com o dinheiro, com o terror, com o silêncio. Por isso Santiago é posta em rigoroso estado de sítio; o tráfico de veículos é suspenso desde às seis horas da tarde; para sair à rua à noite é preciso licença especial; fazem-se

centenas de prisões nos últimos oito dias, ao passo que a poucos quilômetros da capital, na manhã mesma do desembarque do exército revolucionário, dá-se a atrocidade de Lo Cañas. “O país acha-se submetido ao despotismo militar da pior espécie”, escreve ao seu Governo, em data de 21, o ministro alemão, resumindo a situação.

O que se segue a Placilla é o imediato colapso da Ditadura. Os principais balmacedistas, que se achavam em Valparaíso, refugiaram-se logo nos navios de guerra estrangeiros. Claudio Vicuña, Presidente eleito, o Almirante Viel, Alberto Puentes, comandante da *Lynch* – que dias antes trouxera de Coquimbo, a despeito do bloqueio, quinhentos mil tiros – acolhem-se ao navio-almirante alemão; Bañados, Godoy, os dois principais sustentáculos da Ditadura, refugiam-se nos navios norte-americanos, quando Balmaceda, logo que sabe do desbarate completo, resolve deixar o poder e por sua vez esconder-se. Tinha ainda 4.500 homens em Santiago, sem contar a polícia, e em Coquimbo 6.000, mas era inútil tentar uma concentração, pensar em uma retirada. As retiradas são o supremo esforço do general e exigem a máxima solidez da tropa, para não se tornarem em um *sauve qui peut*. A um amigo que uma vez o comparava aos grandes generais da História, Moltke interrompeu dizendo: – “Ainda não comandi uma retirada.” Se Balmaceda pensasse que representava a causa nacional, era lógico, com o que ele tinha feito até então, que pensasse em organizar a resistência. Se ele se sentisse a encarnação de um princípio, como Juárez no México, teria apelado para o país com o grito que lançara aos seus generais antes da batalha: *Vencer ou morrer!* Ele, porém, via distintamente que a sua causa era uma causa pessoal, sem irradiação alguma fora do círculo de baionetas dentro do qual se fechara. Daí a rapidez da resolução, tomada na noite de 28, de abandonar tudo, antes que a onda da reação popular, que se estava formando em todos os ângulos de Santiago, forçasse as represas que já começavam a ceder e cobrisse a Moneda com um lençol

de sangue. Às 10 horas da noite, Balmaceda e Baquedano têm uma entrevista, e o Presidente entrega o poder ao general, que se mantivera neutro em aparência, mas quanto possível auxiliara a Revolução. O Sr. Bañados afirma que nessa conferência Baquedano se comprometera a impedir a perseguição dos partidários da Ditadura e a garantir a saída de Balmaceda para o estrangeiro.

Pelas duas horas da noite, acompanhado de alguns amigos fiéis, Balmaceda sai do palácio do Governo em busca do asilo prometido na Legação argentina. O grupo bate ansiosamente à porta da Legação; passados minutos, o Sr. Urriburu vem abrir em pessoa. Tudo se passa com as maiores precauções. Alguém que encontrasse a essa hora o Presidente fugitivo diria que era algum revolucionário perseguido pela Ditadura, que mudava de abrigo. Houve nesse fato uma coincidência singular. Dias antes, pelo que refere o Barão de Gutschmid, Balmaceda estranhara ao mesmo Sr. Urriburu, decano do Corpo Diplomático, o asilo que concediam aos revolucionários certas legações, ameaçando tomar providências para impedi-lo. O ministro americano, informado dessa conversa pelo Sr. Urriburu, procurara o ministro do Exterior para dizer-lhe que na sua casa não se entraria senão usando de violência e que ele resistiria à força com a força. Balmaceda pensando em cercar as legações, em interceptá-las, para obstar ao agasalho que elas davam e horas depois valendo-se da proteção de uma delas, por último matando-se por não julgar bem garantido o seu refúgio, é a mais perfeita demonstração da necessidade e da conveniência de se manter na América Latina, com a maior largueza possível e de modo inviolável, o asilo das embaixadas. Em nossos países, é esse com efeito, um benefício feito aos chefes de todos os partidos, a única e estreita tábua de salvação a que eles se possam entregar, e seria aumentar a barbaria e a crueldade das nossas lutas políticas, se o Direito Internacional, como parece ser a nova tendência das grandes potências, viesse a considerar aquele refúgio como uma

exceção obsoleta e caduca, por oposta à soberania das nações. Muito pelo contrário, em todos os países onde de repente se pode levantar, sem que nenhum sinal o anuncie, uma dessas “proscrições” sul-americanas, o direito de asilo, que é um privilégio histórico da humanidade, deverá ser cada vez mais um ponto de honra da civilização.

.....

A tragédia

FORAM cruéis os vinte dias que Balmaceda passou oculto na Legação argentina. Confesso não conhecer bem as circunstâncias desse final. A escolha da legação parece ter sido em mais de um sentido infeliz. A Legação argentina não oferecia segurança contra um ataque súbito de exaltados que adivinhassem que Balmaceda estava refugiado nela. O Sr. Uriburu far-se-ia matar no limiar da sua casa, como homem de honra e de alto cavalheirismo que é, mas isto só serviria para tornar mais odiosa a execução popular. Aconteceria o mesmo na Legação norte-americana? Por minha parte duvido.

Decerto, o novo Governo revolucionário não consentiria que a multidão pretendesse arrancar Balmaceda de dentro da casa do Sr. Uriburu, mas entre o povo chileno e o argentino existe uma antipatia agressiva inexplicável, a menos que o Chile esteja sendo insensivelmente arrastado para o Atlântico, – o que seria uma imensa mudança; os argentinos, esses não têm interesse em se afastarem para o Pacífico. Durante a guerra civil o Governo de Buenos Aires, se não favorecera a Balmaceda, pelo menos não lhe criara dificuldades; deixara até passar pelo seu território, em ordem e

aparato militar, ainda que sem armas, as duas divisões Camus e Stephan. O Sr. Uriburu, pessoalmente, era um grande amigo dos Congressistas, mas isso era um segredo da Revolução e não podia influir sobre as massas de Santiago. Estas, quer me parecer, por todos os motivos, mais facilmente se conteriam diante do escudo norte-americano do que do argentino.

Foi no interesse do seu hóspede que o Sr. Uriburu tomou extraordinárias precauções de segredo, mas essas precauções mesmas não podiam deixar de abater o ânimo de Balmaceda. Ele não era de fato um asilado do Direito Internacional, era um acoitado, um escondido; para um Chefe de Estado da véspera, que ainda nem tinha concluído o seu período, tal posição era cruel e lancinante. Não era decerto culpa do Sr. Uriburu, que tratava só de salvar Balmaceda, mas na Legação norte-americana, cheia de asilados políticos, este teria decerto achado um ambiente menos depressor. Acontecia ser nesse tempo ministro dos Estados Unidos no Chile um dos chefes proeminentes do partido revolucionário irlandês, Mr. Patrick Egan. Nomeando-o para um lugar de ministro na America do Sul, Mr. Harrison quis reconhecer a importância do voto irlandês no triunfo da sua candidatura. Quem sabe a qualidade de homens que são os revolucionários norte-americanos da Irlanda, pode avaliar se Mr. Egan não teria feito sair incólume da Legação dos Estados Unidos o ex-Presidente do Chile, a menos que se desse dentro dessa Legação, defendida por marinheiros dos cruzadores então em Valparaíso, uma cena de todo indigna na civilização chilena, e que levantaria como um só homem o povo americano.

Onde está, Balmaceda vive todo o tempo na apreensão de uma desgraça que possa envolver a família Uriburu. Suas manifestações nesse sentido são numerosas. Aos irmãos, na carta de despedida, diz ele: “Já se fala da casa onde estou, e pode chegar um momento em que meus inimigos lancem partidas de povo (*pobladas*) ou do exército revolucionário, e façam uma tragédia, com

dano irreparável aos que me serviram com tão generosa e boa vontade.” Ao Sr. Uriburu mesmo ele escreve: “A exacerbação de meus inimigos é capaz, se descobrem minha residência, de extremos que evitarei mesmo com o maior sacrifício que possa fazer um homem de ânimo inteiro.” Decerto o Sr. Uriburu tranqüilizou-o a esse respeito, mas todas as seguranças do seu hóspede argentino não valiam um seco e autoritário *Don't mind*, de Mr. Egan, pronto a receber, se preciso fosse, os invasores da Legação americana com a marinhagem dos seus navios.

Como quer que seja, o espírito de Balmaceda, solitário, encerrado em um quarto, no alto da casa, começa a enfraquecer; perdido o movimento, sem poder renovar-se, estagna-se e corrompe-se. Ele chega a pensar em entregar-se. O Sr. Uriburu o refere em carta ao presidente da Junta, dando conta do suicídio: “Nos dias seguintes manifestou-me ele o propósito de pôr termo ao asilo, apresentando-se à disposição da Exma. Junta para ser julgado conforme a Constituição e as leis. A fim de prevenir qualquer conflito pessoal, convencionou-se que depois de informar eu a Exma. Junta do Governo, e aceitando dela a proposta, eu o conduziria em carruagem a um lugar de detenção, podendo fazer-me acompanhar dos Srs. Concha y Toro e Walker Martínez para não chamar atenção e evitar que se dessem atropelamentos e conflitos. Por minha parte propunha-me, chegado o momento, a dirigir-me à Exma. Junta e solicitar dela, interpondo os meios mais eficazes que me fosse possível. Que no caso de condenação, no processo que se houvesse de instaurar, a vida do Sr. Balmaceda fosse salva pelo exercício da alta atribuição de comutação das penas, que a Constituição conferiu à autoridade suprema da República. Quando acreditava que a solução adotada teria lugar mui proximamente, fui surpreendido na manhã de hoje pela detonação de um tiro de revólver.” Essas negociações para a entrega de Balmaceda encobriam alguma tentativa para fazê-lo escapar com segurança. A responsabilidade do Sr. Uriburu e do seu governo seria muito grande se

acontecesse na prisão alguma desgraça ao hóspede que acolheram sob sua bandeira. Se ele insistia em entregar-se, a posição do ministro argentino era difícil; de qualquer modo que procedesse, expunha o nome de seu país a comentários pouco escrupulosos, sendo parte em negociações que o Governo revolucionário talvez não pudesse cumprir. A idéia de entregar-se era porém absurda e Balmaceda logo desistiu de confiar a guarda de sua pessoa aos seus inimigos da Junta. “Estes não respeitam nada”, escreve ele aos irmãos, “zombariam de mim e encher-me-iam de imerecidos opróbrios.”

A outra solução era a fuga. Balmaceda, segundo diz na sua carta ao Sr. Uruburu, teve possibilidade de evadir-se. “Sabe o senhor que desdenhei o caminho da evasão vulgar, porque o julgo indigno do homem que regeu os destinos do Chile, sobretudo para evitar a mão da revolução triunfante.” Não havia porém nada de indigno nessa evasão, se era possível. Balmaceda decerto receou alguma circunstância adversa, ou alguma traição. Pela Cordilheira, quem sabe se ele não teria a sorte do pobre Demetrio Lastarría, quando fugia à Ditadura? Pela costa, se fosse reconhecido, tê-lo-iam morto como ao seu ministro Aldunate, tê-lo-iam desfigurado mesmo. Todo o ódio dos vencedores condensava-se contra ele, estava convencido. “Poderia evadir-me, porém não correria jamais o risco do ridículo ou de um desastre que seria o princípio de vexames e humilhações que não posso consentir que cheguem até a minha pessoa e ao nome dos meus.”¹ É essa a idéia que o domina, a crueldade dos inimigos nas guerras civis da América do Sul. “Todos os fundadores da Independência sul-americana morreram nos calabouços, nos cadafalsos, ou foram assassinados, ou sucumbiram na proscricção e no desterro”, dirá ele nas suas últimas palavras ao país. “Só quando se vê e apalpa o furor a que se entregam os vencedores nas guerras civis compreende-se por que em outros

1 Carta aos irmãos.

tempos os vencidos políticos, mesmo quando tivessem sido os mais insignes servidores do Estado, acabavam por se precipitarem sobre as suas espadas.”

Todas essas impressões atuam sobre o seu espírito, e preparam o desfecho. Entregar-se, era-lhe vedado pela sua honra; fugir, seria arriscar a sua pessoa aos piores ultrajes; conservar-se asilado na Legação, era expor a casa e a família dos seus hóspedes a um ataque popular, ao incêndio, quem sabe. O que restava era talvez mudar de esconderijo, refugiar-se em casa de algum partidário obscuro e dedicado. Mas quanto tempo duraria essa posição angustiosa, e que segurança havia? O seu espírito, desde que começara a render-se à fascinação da morte, via tudo escuro. A vitória da Revolução era completa, absoluta, irreparável. Em breve não haveria quem ousasse pronunciar o seu nome; a sua pessoa estava banida da comunhão chilena, criminosa, carregada de responsabilidades tremendas, aos olhos dos que a combateram, fatídica, causa da ruína de todos, perante os que o acompanharam. “Sempre se necessita nas grandes crises ou dramas um protagonista ou uma grande vítima.”² A solução era sair do Chile, sob a proteção das nações amigas em esforço comum, se o Sr. Uriburu, reunindo os seus colegas, conseguisse garantir de alguma forma o embarque. Isso tinha Balmaceda o direito de esperar, como Chefe de Estado que fora, do cavalheirismo dos representantes estrangeiros acreditados perante ele, e que, se não tinham o dever, tinham o direito de o fazer, porquanto todos, ou quase todos, tinham asilado e salvo, em suas legações, chefes revolucionários proscritos, provável que pensassem nisto e que o suicídio tenha inutilizado todo o trabalho feito pelo próprio Sr. Uriburu. Isso, porém, não lhe cabia, a ele Balmaceda, sugerir nem ativar, e ao seu amor-próprio não sorria talvez essa retirada espetaculosa para fora do Chile sob a guarda de nações estrangeiras. Mais fácil do que tudo para um espírito prostrado

2 Carta a Julio Bañados.

pela derrota era mesmo o tiro de revólver, *refugiar-se a um maior altar*, como diz Plutarco da morte de Demóstenes.

Desde que se insinua nele, a idéia de suicídio faz todo o dia caminho; parece que ele a afaga, a idealiza, a aperfeiçoa, como o seu último ato público, a sua derradeira Mensagem ao país; ele trabalha essa idéia politicamente, literariamente, trata de pôr nela tudo que pode dar o seu cérebro de estadista e a sua energia de chileno. É uma resolução amadurecida para a qual concorrem todas as impressões, como nas horas de inspiração tudo converge para produzir a obra-prima. Uma vez assentada a solução da morte, é preciso justificá-la, depois utilizá-la politicamente, por último escolher o momento. O coração do pai, do esposo, do filho, é estoicamente reprimido; o político tem de representar o seu papel até o fim.

A data de 19 de setembro é escolhida porque expira na véspera o prazo de sua presidência. Não é um Presidente do Chile que se mata, é um simples particular. “Junto com a terminação constitucional do mando que recebi em 1886, tive que estudar a situação que me rodeia.”³ A justificação, é a impossibilidade de fugir, sem se expor a ser despedaçado pelos inimigos, se fosse reconhecido; é a impossibilidade de prolongar o asilo sem comprometer os seus *generosos amparadores*; por último, é a impossibilidade de entregar-se aos adversários, “*um ato de insânia política*.”⁴ A morte é só o que lhe resta, e por que há de recuar desse passo, se a sua morte pode ser benfeitoria ao seu partido, à causa comum? “Com meu sacrifício os amigos acharão em pouco tempo modo de reparar o seu infortúnio.”⁵ “Estou certo que com o meu sacrifício os amigos serão menos perseguidos e humilhados.”⁶ “Estou convencido de que a perseguição universal é em ódio, ou temor a mim. Dada a

3 Carta aos irmãos.

4 Carta a Claudio Vicuña e Julio Bañados.

5 Carta a Julio Bañados.

6 Carta aos irmãos.

ruína de todos e sem poder servir a meus amigos e correligionários, julgo que o meu sacrifício é o único meio de atenuar a perseguição e os sofrimentos, e a maneira também de habilitar os nossos amigos a voltarem em época próxima à vida do trabalho e da atividade política.”⁷ Balmaceda sente-se devedor para com a multidão dos sacrificados, dos arruinados por terem seguido a sua fortuna; como saldar essa dívida para com milhares de famílias em cujas casas reina agora a desolação e paira a ameaça? O suicídio era, se não o resgate dessa dívida enorme que em consciência lhe pesava, a única satisfação que ele podia dar a tantos infortúnios. “Só lhes posso oferecer o sacrifício de minha pessoa.”⁸ Matando-se, ele deixava livres os partidários de sua causa. De fato, tirava o pretexto a novas perseguições; morto ele, não havia receio de que se pudesse organizar uma revolução com os restos do exército e o prestígio do seu nome; tornar-se-ia mais fácil a volta do seu partido à vida política, suas vitórias parciais na eleição, que de fato se deram. O efeito do sacrifício era bem calculado.

Agora que a resolução extrema lhe parece justificada e ele sente que só pode resultar da sua eliminação, completa e pronta, benefício para os que foram envolvidos na sua desgraça, passa ele a cuidar do seu nome. Nesses últimos momentos, preocupa-o a idéia de comparecer perante a posteridade na mais perfeita atitude. Esta é a grande questão para ele. “Escrevi uma carta a Vicuña e a Bañados... É um documento histórico que se deve reproduzir íntegro na América e na Europa, para que se compreenda a minha situação e a minha conduta. Façam-no reproduzir. Não o deixem de publicar.”⁹ Além disso, já vimos, ele dava a Bañados Espinosa a tarefa de escrever a história completa da sua administração.

7 Carta a Julio Bañados.

8 Carta aos irmãos.

9 Carta aos irmãos.

Na carta aos amigos, chamada hoje o Testamento de Balmaceda, há três partes: uma, é a revista do procedimento da junta Revolucionária, para mostrar que não lhe era permitido esperar justiça de seus inimigos e que por isso não realizava a sua primeira idéia de entregar-se a eles; outra, é a sua defesa dos pontos de acusação que lhe ficaram mais sensíveis; a última, é um brado de esperança na vitória ulterior de sua causa.

“O régimen parlamentar triunfou nos campos de batalha”, diz ele, “mas esta vitória não prevalecerá. Ou o estudo, a convicção e o patriotismo abrem caminho razoável e tranqüilo, à reforma e à organização do governo representativo, ou novos distúrbios e dolorosas perturbações terão de produzir-se, entre os mesmos que fizeram a Revolução unidos e que mantêm a união para garantia do triunfo mas que por fim acabarão por se dividirem e se chocarem... Se a nossa bandeira, encarnação do povo verdadeiramente republicano, caiu dobrada ensangüentada nos campos de batalha, será de novo levantada em tempo que não está longe e, com defensores numerosos e mais felizes do que nós, flutuará um dia para honra das instituições chilenas e felicidade da pátria, que ameia acima de tudo.”

Ele não queria entrar na História sem uma legenda; esta seria a do Governo presidencial contra o parlamentar. Estava aí a sua justificação aos olhos de um numeroso partido e, um dia, esperava, aos olhos do país. Quando o Chile mudasse o eixo das suas instituições, será ele proclamado o fundador da Segunda República. Nesse dia ninguém perguntaria se ele estivera no seu papel servindo-se da Presidência para torná-la onipotente; se não era preferível deixar a reforma amadurecer na opinião a arrostar por causa dela uma guerra civil. Seria ele o precursor, o estadista de vistas largas, que de tão longe adivinhara o único meio de salvar a República, e nesse dia o Chile havia de honrar, no Ditador-mártir, o profeta do grandioso futuro nacional.

Não se pode estranhar que Balmaceda escolha por si mesmo o terreno em que prefere ser enterrado na história do Chile e componha o seu epitáfio político. Por mais singular que seja essa revelação, – que só lhe foi feita na presidência mesmo, – de que o futuro do Chile depende de substituir pelo sistema norte-americano, nunca ensaiado com sucesso em povo latino, as instituições que o fizeram chegar ao maior grau de ordem, de liberdade e de desenvolvimento, é incontestável que a ele Balmaceda pertence a iniciativa desse movimento retrógrado. O que mais interessa, porém, o que mais comove, é a preocupação que ele tem de que não adira ao seu nome nenhuma parcela de tirania. Por isso ele escreve esta página que transcrevo em sua parte essencial por dever de lealdade depois dos juízos que por vezes emiti.

“As pessoas que formaram o elemento civil da Revolução, que a dirigiram e ampararam com seus recursos e esforços, foram inabilitadas pela prisão, por desterro provisório, ou enviadas às fileiras do exército revolucionário. Procurou-se evitar quanto possível procedimentos que fizessem mais profundas as cisões que dividiam a sociedade chilena. A ação do Governo alcançou na realidade um número reduzido de pessoas comprometidas na Revolução.” É com esses eufemismos que Balmaceda se refere ao sistema de terror que durante oito meses reinou em todo o Chile. Agora o modo por que alude as execuções militares que não ousou impedir:

“Os delitos de conspiração, suborno ou insubordinação militar foram julgados pela Ordenança unicamente em casos provados e gravíssimos, pois na generalidade dos casos não se formou processo, ou fingiu-se ignorá-los, ou não prosseguiram os processos iniciados. Pensando o Governo em sua própria conservação, não julgou prudente comprometer, sem razões provadas, públicas e irrecusáveis, a confiança que lhe merecia o exército que guardava a sua existência.” Aqui há um evidente descarregar da responsabilidade do jogador sobre o autômato: a comutação não podia ferir a suscetibilidade do exército mais do que entregar Balmaceda as

duas divisões de Concepción e Coquimbo aos seus ministros Bañados e Aldunate; de fato, o exército era ele. Agora, o ponto mais sensível de todos, Lo Cañas.

“Quanto às *montoneras* que o Direito das Gentes põe fora da lei e que pela natureza das depredações que são chamadas a cometer, teriam sido causa de desgraças sociais, políticas e econômicas, julgou-se sempre que deviam ser batidas e julgadas estritamente segundo as disposições da Ordenança Militar... Se as forças destacadas em perseguição das *montoneras* e em defesa dos telégrafos e da linha férrea da qual dependia a existência do Governo e a vida do exército, não observaram estritamente a Ordenança Militar e cometeram abusos ou atos contrários a ela, eu os condeno e os execro...”

A respeito de Lo Cañas é preciso dizer que quando esse horrível morticínio se deu, na vizinhança de Santiago, Balmaceda estava inteiramente ocupado com o desembarque do exército inimigo, e na véspera de uma batalha. Por mais que essa crueldade o contrariasse, não é natural que no momento ela pudesse desviar a sua atenção do combate iminente. O que é altamente lamentável é que no meio mesmo de toda essa ansiedade, ele não achasse uma palavra para condenar a atrocidade praticada em sua defesa. Mas, se as suas ordens foram as que ele mesmo reproduz, então a responsabilidade é dele. O Direito das Gentes não põe de modo algum fora da lei as guerrilhas que, em defesa de uma causa, e para ajudar aos seus partidários, cortam telégrafos e destroem pontes. São serviços estes máximos de guerra, e, uma vez a guerra empenhada, devem ser tratados como tais. Aos jovens que se prestavam à parte mais arriscada e mais meritória do serviço revolucionário, não se podia aplicar sem barbaridade a Ordenança Militar a que se refere Balmaceda e que o Sr. Bañados copia, mandando tratar como salteadores ou piratas os indivíduos que, sem formar parte do exército organizado, cometessem hostilidades. Está longe de se poder fundar essa ordem na autoridade do Direito das Gentes.

Este propriamente ainda não tem uma seção relativa à guerra civil, mas, em guerra estrangeira moderna, a força que surpreendesse a caminho uma pequena guerrilha, não a passaria sumariamente pelas armas, como se fez em Lo Cañas, seria isso desenvolver extremo rigor. “O caso de invasão de um país”, diz Calvo, “é o que melhor favorece e justifica o emprego de corpos francos e de indivíduos tomando parte isoladamente nas hostilidades.” Cortar pontes, estradas, canais, vias de comunicações, são necessidades militares, e, portanto, operações lícitas de guerra; isso está fora de questão.¹⁰ O caso de guerra civil é semelhante ao de invasão. Em um como em outro o impulso do cidadão é súbito, é uma inspiração própria, independente de posição militar; não se pode assimilar esse movimento espontâneo e patriótico, por mais errado que seja, ao procedimento de bandidos que atacam ou destroem para roubar. É uma ampliação igual à que já vimos da pirataria ao pronunciamento da Esquadra. Pela própria confissão de Balmaceda foram dele essas instruções inexoráveis que mandavam tratar as guerrilhas revolucionárias, isto é, a adversários políticos, a chilenos como ele, pela Ordenança feita para a guerra do Peru, como *vagabundos armados*, e não como prisioneiros de guerra.

“Ainda que nós não aceitássemos nunca a aplicação dos açoites, insiste-se em imputar-nos os erros e as irregularidades dos subalternos, como se no território em que dominou a Revolução não se houvessem desgraçadamente produzido os mesmos fatos.”

Há aqui um desvio de responsabilidade e uma recriminação. Realmente o Sr. Bañados cita-nos o açoite bárbaro de prisioneiros balmacedistas a bordo da *Abtao*, depois da perda do *Blanco*. É sempre um erro de crítica quando se julga um partido supor o outro incapaz dos mesmos excessos; os partidos compõem-se quase

10 Ver § 15 das Instruções de 1863 para os exércitos em campanha dos Estados Unidos da América.

dos mesmos elementos nacionais, os mesmos indivíduos passam de um para outro, em geral as seções políticas de um país têm o mesmo nível, como o líquido em vasos que se comunicam. O que faz a diferença entre eles nas épocas de crise social é quase sempre que um, representando o instinto conservador, reúne de preferência os elementos estáveis, receosos de mudança, associados entre si pelo perigo de seus interesses, e que assim há nesse partido uma maior soma de responsabilidade e de verdadeira cultura, ao passo que o outro tem antes a natureza turva e mesclada de uma aluvião. O caso, entretanto, que o Sr. Bañados refere é uma represália; é um oficial de marinha que, debaixo de uma terrível excitação pela catástrofe do *Blanco*, diz aos seus marinheiros: “São estes os autores do afundamento do *Blanco*, os assassinos dos marinheiros da *Guale*. Esta noite devem ser todos castigados.” Os açoites de que temos notícias nas prisões da Ditadura têm outro caráter, partem de outro móvel. Não são uma crueldade somente, são uma baixeza, porque são aplicados para extorquir dos presos a revelação do esconderijo do Comitê, isto é, a entrega de sua honra para sempre por meio de tortura. Nesses procedimentos tem conviência Balmaceda? ou são eles da responsabilidade privativa dos seus agentes interessados em efetuar a maior das diligências? Não tenho, pela minha parte, dúvida que Balmaceda não ordenou, não inspirou, não aprovou esses excessos, mas não posso dizer que os não conhecesse, e não há prova de que procedesse seriamente contra os autores; há prova, entretanto, de que desses tormentos tinham conhecimento, até como espectadores, homens importantes da situação.

Os preparativos da morte, pode-se dizer, estavam acabados, a sua defesa estava feita, a medida extrema justificada, o sacrifício oferecido à reconciliação do Chile, “que amei”, dirá ele, “sobre todas as coisas da vida”. Não há propaganda pelo suicídio, ele o sente bem; a um homem de sua cultura não acode como recurso político essa espécie de haraquiri do japonês, que se mata

para desagravar a honra, do mesmo modo que o europeu se bate. Ele morre por não poder viver, por se sentir em um desses momentos “*en que el único sacrificio es lo único que queda al honor del caballero*”.¹¹ E o *caballero*, com a elevação, a estreiteza, os preconceitos, desse tipo que absorveu uma raça; sombrio de pundonor; casuísta da honra, que é no fundo a sua única teologia; indiferente a tudo que não é o perfil exterior da sua pessoa, do seu caráter; é o *caballero*, que arrasta o chileno, frio, prático, positivo pelo despenhadeiro das ficções que são para ele os Mandamentos supremos. E, desse modo, tendo levantado essa fantasia lógica do suicídio inevitável, obrigatório, expiatório, na vasta solidão do seu espírito deprimido, onde não penetra mais uma impressão exterior de bom senso, uma corrente de esperança que lhe refaça o moral destruído, um sopro de verdadeira coragem, de verdadeira consciência, de verdadeiro amor, na manhã de 19 de setembro, Balmaceda põe termo à vida, disparando um tiro de revólver contra a fonte direita.

Para mim esse fim trágico é a última prova de que a consciência de Balmaceda desde o golpe de estado esteve sempre em dúvida e flutuação. Se ele tivesse vencido, teria tratado de serená-la por um desses expedientes heróicos com que os inversores da sociedade procuram tranquilizar-se a si mesmos ainda que perturbem o mundo, como é, por exemplo, uma guerra de conquista. No ponto duvidoso da consciência teria ele posto um grande remendo de glória, como Napoleão. Na boa fortuna, a subserviência de um grande partido adventício teria continuado a enganá-lo; homens de talento fariam dele o destruidor popular da oligarquia, o criador do novo Chile. Na adversidade, ele pode pensar só. Se tivesse uma convicção sólida, calma, segura, de que só tinha feito o seu dever, essa convicção o teria sustentado contra todas as depressões. Até o procedimento das nações estran-

11 Carta aos irmãos.

geiras, deixando de interessar-se pela sua sorte, mostrava que para o mundo ele tinha atravessado imprudentemente a linha que separa o Chefe de Estado do aventureiro político. O suicídio nunca se ofereceria ao pensamento de um Presidente que se tivesse mantido estritamente no seu dever, na zona indisputável da lei, por maior que fosse o tripúdio em torno dele de seus inimigos triunfantes. A idéia da morte só ocorre ao seu sentimento porque ele jogara, em uma cartada terrível, a tranquilidade sua, dos seus, do seu país, tudo que tinha acumulado, tudo que recebera do Chile, todos os afetos que possuía, a posição social inabalável que ocupava.

O seu suicídio é indiretamente uma homenagem à solidez do antigo Chile que o havia vencido. O Sr. Bañados refere que, momentos antes da morte, Balmaceda esteve a contemplar da ombreira da janela a cordilheira dos Andes, coberta de neves perpétuas. Como é que esse espetáculo não lhe sugeriu, por um contraste com as coisas humanas, a idéia de que a sua situação angustiosa seria passageira e que ele poderia ainda um dia olhar para o panorama familiar dos chilenos com o sentimento em que tantas vezes se engolfara? É talvez porque ele visse na Cordilheira a imagem da antiga sociedade que pensara destruir, a sua formação áspera, a sua elevação lenta, por último a glória, a cultura, a riqueza que lhe revestira os cimos, como essa neve brilhante. Que fora na vida dessa sociedade, ele, o seu partido, a guerra civil? Uma avalanche – nada mais, que se desprendera com fragor dos cimos nevoados, deixando o panorama exatamente o mesmo aos olhos do observador, envolvido no mesmo silêncio e na mesma luz. Nesse momento ele deve ter-se sentido uma vítima da orgulhosa sociedade de que fora o chefe, uma espécie de Marino Falieri moralmente executado nos degraus daquela Escadaria dos Gigantes e com o seu lugar vazio na galeria dos Presidentes chilenos.

Num instante, porém, o seu nome vai elevar-se acima da competição efêmera dos partidos, e entrar para a Tragédia, a mais alta região humana, – que o poeta disputará sempre ao historiador, e que de fato lhe pertence por uma prescrição imemorial. O seu suicídio revestirá então o caráter de uma expiação voluntária, excessiva, – de uma paz com o Chile.

.....

Balmaceda e o Chile

A VITÓRIA da Revolução deu lugar em Santiago ao saqueio das residências dos principais balmacedistas. Baquedano, investido provisoriamente do Governo, não tendo autoridade real no dia do triunfo, porque se conservara neutro, teve receio de que as represálias, se ele interviesse com a tropa de Balmaceda, tomassem caráter pior recaindo sobre as pessoas. É preciso em nossos países ter bem presente esta noção: – o Governo é o único meio de defesa das sociedades. Todos os jacobinos reunidos não chegam a trezentos mil; como é que eles se impõem, pergunta Taine, a uma nação de vinte e seis milhões, como era a França de 1792? “É porque contra a usurpação no interior, assim como no exterior contra a conquista, as nações não se podem defender senão por meio do seu governo. Este é o instrumento indispensável da ação comum; desde que ele não exista ou falte, a maioria deixa de ser um corpo, torna-se uma poeira.”¹

1 TAINÉ, *La Conquête Jacobine*, pág. 64.

No Chile deixara de haver governo; tudo que se passa nesse interregno é consequência da ausência do órgão de direção e defesa social.

Em diversos pontos deram-se vinditas, que chegaram até o linchamento, como com o redator do *Comércio* de Valparaíso, León Lavín, e com o ministro do Exterior Aldunate, mas sobre esses fatos, que parece terem partido de partidários extremados, como o assassinato de Lincoln, não quisera eu emitir juízo incompleto, na falta de informações insuspeitas. O que surpreende a quem vem acompanhando a marcha da Revolução, é que a sua vitória não tenha dado ocasião às explosões que se temiam, aos desvarios inseparáveis, na América do Sul, dos triunfos partidários, mesmo quando é o governo quem vence. Depois de uma luta tão encarniçada, a vitória nacional pode-se dizer que foi assinalada por outra ainda maior: a do temperamento chileno sobre si mesmo.

Há uma página na *História da Moral Européia* de Lecky que se poderia aplicar ao Chile; é um estudo sobre a crueldade: “Há duas espécies de crueldade”, diz esse grande fisiologista da história; “uma procede de um fundo brutal, outra de um fundo vingativo. A primeira é própria das naturezas duras, pesadas, um tanto letárgicas; aparece mais freqüentemente entre nações fortes e conquistadoras, em climas temperados, e é devida em alto grau à falta de imaginação. A segunda é antes um atributo feminino, e usualmente se mostra em povos oprimidos e sofredores, em naturezas apaixonadas, e em climas cálidos. A crueldade que provém da vingança alia-se, às vezes, a grande ternura e a que provém da dureza alia-se com grande magnanimidade; mas uma natureza vingativa é raramente magnânima, e uma natureza brutal ainda mais raramente é terna. Os antigos romanos oferecem uma combinação notável de grande endurecimento e grande magnanimidade, e, por um contraste curioso, o caráter italiano moderno tende a realizar a combinação oposta.”

Quanto a mim, a combinação chilena é, no todo, a dos romanos. Os traços salientes de uma e outra são os mesmos. O chileno é também um povo áspero, animoso, calejado, sério, letárgico, conquistador, habitando um país temperado, destruído de imaginação. Essa espécie de crueldade, resultante da incapacidade de imaginar o sofrimento alheio, é própria das raças de grande resistência, modifica-se, pensa o historiador irlandês, pelo desenvolvimento intelectual, que produz a sensitividade das imaginações cultivadas; não é um verdadeiro defeito nacional, pode-se dizer, porque a cultura a converte em uma grande e boa qualidade. Foi essa cultura da imaginação que modificou na raça anglo-saxônia a sua brutalidade primitiva, até fazê-la chegar ao grau talvez o mais elevado de sensibilidade que uma nação tenha atingido.

A crueldade dos caracteres nacionais fracos é de outra ordem, não entra nas duas classes estudadas por Lecky. Nós, brasileiros, por exemplo, não possuímos o organismo preciso para sermos impunemente cruéis; em nós, a crueldade não poderia proceder nem da falta de imaginação, porque a temos em grau excessivo, nem da vingança, que não sentimos; só poderia ser uma perversão literária, um plágio de 1793, ou uma idiotia sanguinária, o que tudo quer dizer uma séria doença do cérebro ou do coração, o fim da raça.

O que resta nos dois volumes do Sr. Bañados é a crítica da Aliança vitoriosa e do Parlamentarismo restaurado, mas essa não pode servir de base para um juízo, porque não dá idéia do plano de reconstrução adotado, nem do espírito que anima a nova situação chilena. Sobre a defesa de um advogado hábil, que alega em favor dos seus associados tudo que os pode justificar, eu me arrisquei a formular uma sentença, ainda que apelando dela; da acusação apaixonada de uma das partes, eu não poderia nada concluir.

O livro do Sr. Bañados não habilita a conhecer o círculo íntimo de Balmaceda, o ambiente moral da Moneda no seu tempo, nem o caráter da nova sociedade que devia substituir a antiga;

sobretudo não dá a conhecer interiormente o homem. O escritor procurou apenas fotografar o político, mas o político não é senão o papel, um dos papéis, que o homem representa na vida. Há alguns traços, entretanto, apanhados naturalmente pelo Sr. Bañados, que são sugestivos para o crítico. “Qualquer idéia que caía em seu cérebro”, diz ele de Balmaceda, “germinava e florescia aí como semente em terra tropical. Bastava insinuar-lhe problemas políticos, econômicos ou de ciência, para que logo se apossasse da idéia ou do projeto, que crescia em seu cérebro com raro poder de expansão... Tinha uma iniciativa devoradora... Era orador sem querer e sem o saber em casa, nas tertúlias políticas e até nas reuniões de completa confiança... Era um falador (*charlador*) infatigável, ameno, de todas as horas... A impressão que ele causa, em uma primeira entrevista, é a de um *enthousiaste à froid*.² Ao que parece, é um espírito amigo da novidade, ao qual não ocorreu nunca a frase de Burke: – “Há uma sorte de presunção contra a novidade, tirada da observação profunda da natureza humana e dos negócios humanos.” A versatibilidade desses espíritos alvissareiros não é um simples vício intelectual, ou uma doença atáxica do espírito. A novidade que os fascina é a que eles podem lançar em circulação como moeda sua, com a sua efígie. Se acontece ser a idéia nova lançada contra eles, qualquer superstição nacional, por mais antiga, lhes serve de reduto contra ela.

No fundo, o fenômeno é um relaxamento causado pela desordem das leituras; é a atrofia das defesas naturais do espírito; um gasto contínuo, inútil, de atividade mental, inabilitando o espírito para qualquer produção forte, o coração para todo sentimento seguido. O homem torna-se uma espécie de títere de biblioteca; deixa de pensar por si, de contar consigo; é o eterno sugestionado, em cujo cérebro se sucedem rapidamente em combinações extravagantes as quimeras alheias, os sistemas antípodas; não é mais,

2 Wiener, *Chili et Chiliens*.

em sentido algum, uma individualidade, é um feixe de incompatíveis. Um espírito assim, posto no governo do estado, é o mais perigoso de todos; a sua marcha política só pode ser um perpétuo zig-zague, as suas construções um perfeito labirinto, até que de repente se vê sem saída, e então, se é um homem de ação e de vontade, além disso de orgulho, ele bater-se-á como um fanático até a morte, isto é, fará, sem o sentir, da última novidade que o seduziu a sua fé definitiva e imortal.

Daí talvez o naufrágio de Balmaceda como chefe de estado. O Sr. Bañados não conseguiu mostrar que antes dele existisse no Chile outra coisa senão o sistema parlamentar, inteiramente desenvolvido; nem sequer insinuou que a substituição das instituições chilenas pelas norte-americanas tivesse sido nunca pensamento de algum partido ou individualidade notável. Pelo contrário, o que uniformemente se pensou sempre, é que no Chile o Governo era de fato onipotente. Sendo assim, não se compreende que o remédio para os males de um país onde o Executivo não tem limites, fosse, ainda por cima, suprimir a responsabilidade dos ministros perante o Congresso e, com ela, as garantias de publicidade e fiscalização, que são o principal título do regimento parlamentar.

O Chile, tem sido sempre descrito como uma oligarquia, mas ninguém nunca imaginou que essa chamada oligarquia tivesse a forma veneziana, e que, ao lado do Presidente, houvesse uma espécie de Conselho dos Dez, incumbido de vigiá-lo dia e noite. Era ele, pelo contrário, quem podia tudo; e que esse poder ilimitado lhe estava exclusivamente entregue, Balmaceda mesmo encarregou-se de o mostrar. Se havia no estado político do Chile alguma coisa que muda, nada absolutamente indicava que o vício existisse na responsabilidade ministerial ou no governo parlamentar; mas, quando fosse assim, quando o Congresso fosse o instrumento da oligarquia, e o regime presidencial, – senão alguma forma de cesarismo, que seria evidentemente a cura radical, – parecesse o meio enérgico de destruí-la, o processo não podia ser o atropelamento

das leis, a inversão social pela guerra civil. Não havia outro meio, – dirão os partidários de Balmaceda. Se esta é a defesa, se realmente não havia outro meio, o que se conclui é que essa guerra civil necessária foi artificialmente produzida. É preciso, entretanto, desconfiar de uma empreitada política que se diz ao mesmo tempo antioligárquica e salvadora do princípio da autoridade. A mim, pelo menos, não parece sincero esse movimento em duas direções opostas, pretendendo destruir a oligarquia, e reconstruir de modo inabalável a ação do governo. Ação antioligárquica, partindo do governo; ação restauradora da autoridade, a que se associam os elementos radicais socialistas, são igualmente suspeitas.

Decerto Balmaceda, se tem transigido e esperado até às eleições, fiando-se em homens como o Sr. Covarrubias, teria tido, em março, o Congresso de que precisava para demolir o antigo régimen e esculpir sem sangue as suas recentes teorias. “A Revolução teria vindo do mesmo modo”, dirão os balmacedistas, mas não era pouco tirar-lhe a sua grande razão constitucional. A Esquadra, sem o decreto ditatorial de janeiro, não se movia; pelo menos foi isto o que Jorge Montt disse aos que primeiro o convidaram em nome do Congresso. Não é tão insignificante como parece, mesmo para homens dispostos a tudo, a natureza do motivo; é ao contrário da maior importância. Em toda a América do Sul, há neste momento, como tem havido sempre, uma porção de revoluções à espera somente de um pretexto para rebentar. Os golpes de estado são ocasiões preciosas, de primeira classe, que despertam o maior entusiasmo revolucionário, e por isso o presidente que fornece aos ânimos já mal refreados dos seus contrários um motivo dessa ordem, lança a um paiol de pólvora o morrão aceso.

Afastado tudo que seja questão de técnica constitucional, se Balmaceda não previu o efeito do seu ato – e eu creio que não previu – pode-se dizer que ele não conhecia o Chile, ou então que vivia na atmosfera de onipotência em que o político perde a sua agudeza. Se previu e não recuou, é que estava sob a influência des-

sa atmosfera desmoralizadora. Não podia ele ter convicção de que estava com a lei e o direito, a ponto de não admitir uma dúvida; quando mesmo a tivesse nesse grau, o que era estreiteza de espírito, o senso moral não lhe permitia resolver a questão pela força. Era esse exatamente o caso de um arbitramento nacional, desde que o Congresso entendia diferentemente. Querendo impor a sua opinião, ele podia ter contra si, além da Representação Nacional, os tribunais do país, como os teve. Que valor objetivo tinha o seu parecer individual contra todos os outros? O que distingue as sociedades e as pessoas cultas, é que nas grandes divergências de boa-fé, que só se podem resolver pela ruína de ambas as partes se lutarem, elas sujeitam-se a um laudo, ou, de alguma forma, transigem. Em 1787, por exemplo, os Estados Unidos só evitaram uma segunda guerra civil, por terem consentido os dois partidos em submeter a eleição disputada do Presidente à decisão de um tribunal *ad hoc*, que a Constituição não imaginara. Era porventura de menor importância a guerra civil chilena?

Admitamos que não fosse prevista. Desde, porém, que rebentou, e pela forma por que foi iniciada, Balmaceda devia calcular que se tratava de uma dilaceração profunda. Primeiro que tudo, estava ele obrigado a destruir a poderosa Marinha chilena, defesa essencial do Chile, base de sua supremacia. Quer isto dizer que ele tinha que preferir a vitória da sua facção, da sua autoridade, digamos, à consolidação do poder chileno. Depois, ele via que a “sociedade” inteira estava unida contra ele; que ela oferecia a sua adolescência, para o exército de Iquique uns, outros para as *montoneras*; que ela punha as suas riquezas ao serviço da causa revolucionária, como Edwards, que assina um milhão de pesos, Dona Juana Ross, que dá um cheque em branco, Irarrázaval e Barros Luco, que afixam trinta mil libras; que ela empregava a súplica, as obrigações de amizade, com as suas relações militares, como as senhoras e as filhas de don Julio Lira, as quais, agarrando-lhe as mãos, imploravam com lágrimas ao diretor da Fábrica de Cartuchos que

não fizesse munição Mannlicher para Balmaceda; de fato, com vinte e cinco mil espingardas Mannlicher, ele não pôde utilizar uma só por falta de munição.

Para vencer ele tinha que destruir essa “sociedade”, porque ela havia de bater-se bem. Se era uma oligarquia, tanto pior; as oligarquias em regra sabem defender as posições em que se encastelam; não lhes falta coragem. Mas essa “sociedade” era a sua, a mesma de que ele fazia parte; com que pessoal ia ele atacá-la, que gente ia pôr no lugar dela? É visível que ele tinha que aceitar para isso todos os elementos adventícios; que não podia fazer escolha; que tomaria até os piores, a quem viesse. Ele conhecia bastante o Chile para saber que a oligarquia, socialmente falando, era ainda indestrutível, e, politicamente, que ela não passava de uma escola de governo. A força do Chile, a sua sólida estrutura, já não está na grande propriedade, está no desenvolvimento progressivo, na propaganda insensível, da *hijuela* cobrindo o chão das grandes *haciendas*. Socialmente, a “oligarquia”, que não é mantida artificialmente por privilégios e leis de exceção, mas que resulta da formação histórica do país e conserva a sua influência sob um código liberal, e era virtude dos costumes e da forma da propriedade, não é uma usurpação. Politicamente, o que se chama a “oligarquia” chilena, é apenas a tradição de governo transmitida de uma a outra geração pelos processos e com as cautelas que constituem a educação dos homens de estado, em outras palavras, não é senão o *controle* indispensável à porta de cada instituição para que não entre indistintamente toda a gente.

Entre nós a política era acessível a todos; quase sem exceção, os nossos estadistas foram homens que se fizeram por si, sem nome de família, sem fortuna, sem relações no Paço; o nosso Parlamento, onde, durante cinqüenta anos, se trataram os negócios do país e nada ficou oculto, não era decerto a Câmara dos Comuns; mas o historiador dessa instituição, que acompanhar o seu desenvolvimento desde 1828, dirá que era impossível aparecer ali

um Vasconcelos, um Alves Branco, um Paula Sousa, um Paraná, que não chegasse um dia à posição que lhe competia pelo seu mérito. No entanto, a queixa contra a oligarquia, em um sentido, era real: quem não tivesse, em certa época, a boa vontade de Eusébio de Queirós, de Torres e de Paulino de Sousa desanimaria da carreira política. Qual é o modo entretanto de curar esse defeito do patronato, que não é do sistema parlamentar só, mas de todo e qualquer governo? O método radical é mandar abrir as portas para que todos entrem, como a República fez a 15 de novembro. Desde que fora há público desejoso de assistir também ao espetáculo, o meio de não haver descontentes parece que é retirar as cancelas. Infelizmente o gabinete, o parlamento, a administração, tudo tem uma lotação certa, como os teatros. Da primeira vez, escancarando as portas, o que se consegue é fazer entrar para o edifício renovado um pessoal inteiramente diverso, o dos que não receiam o atropelo, dos que não sabem esperar a sua vez, dos que podem abrir caminho à força; desde, porém, que a sala estiver outra vez completa, ninguém mais entrará; os que tomaram lugar, não quererão mais sair. É a princípio uma multidão, de todas as procedências, pessoas ou que não se conhecem umas às outras, ou admiradas de se verem juntas naquele lugar, mas que em breve se tornam um partido, adquirem o tom de classe diretora, e ficam sendo, eles – os *parvenus*, – a oligarquia.

Para resultado tão negativo, valia a pena subverter o Chile? “Eu não hesito em dizer – é ainda uma lição de Burke – que a estrada que leva da condição obscura às alturas do poder não deve ser tornada demasiado fácil... O templo da honra deve estar colocado em uma eminência.” De que se tratava, efetivamente? Seria de trazer uma classe mais numerosa ou de maiores qualidades para o governo do Chile, ou somente de destruir a antiga iniciação nos mistérios do governo, a educação das novas ambições pelas velhas experiências?

“A vitória do Governo”, diz um sagaz observador dos acontecimentos, o Barão de Gutschmid, “conduzirá o Chile ao domínio do populacho com um ditador à frente. Se, pela inversa, sair vitorioso do conflito, a oligarquia moderada que até o presente tem dominado [o partido congressista], regerà no Chile uma constituição oligárquico-parlamentar.” As palavras acima devem ser entendidas estritamente, no sentido alemão. O que elas querem dizer, é que um pessoal novo, sem preparo nem coesão, que não oferecia garantias ao país, saído provavelmente dos restos das mesmas classes chamadas por eles de “oligarquia” os impacientes, os refratários, os perdidos, tomariam de repente conta do governo, em outros termos que os ingovernáveis se tornariam classe governante.

Balmaceda sente isso; vê que tem contra si os antigos partidos, os homens de reputação firmada, com raras exceções, a mocidade, a sociedade, a mulher, a Igreja. Como se ele fosse um invasor estrangeiro, a resistência que encontrava tinha a unanimidade de uma guerra nacional. Ainda assim, ele insiste. Num momento dir-se-ia que o mundo inteiro tem mais pena do Chile do que ele. Os ministros dos Estados Unidos, da França e do Brasil, fazem-se mediadores, mas as conferências são bruscamente concluídas, os salvo-condutos anulados, por se ter dado uma tentativa contra o Sr. Godoy. “Para essa mesma tarde, às 4 ½”, diz o ministro alemão, “preparou o Sr. Godoy a execução de um atentado contra a sua pessoa e a de seus colegas, que efetivamente se realizou *conforme o programa.*”

Em quem se apoiava Balmaceda para essa luta de morte? Apoiava-se no exército, nos cinco mil homens de tropa que lhe davam a força precisa para *enganchar* outros cinco mil; com estes, podia ter outros dez mil; com estes, outros vinte mil. Se ele contava com o país, o meio de verificar e provar esse apoio era chamar voluntários, levantar a opinião. O Sr. Bañados compara diversas vezes a posição de Balmaceda à de Lincoln; não há nada de semelhante nelas, mesmo deixando de parte a diferença das questões

suscitadas. Para haver analogia, era preciso que Lincoln tivesse coagido o Norte, depois de fechar as tipografias e de encher as prisões, a dar-lhe homens e os meios para esmagar o Sul. Para haver analogia, era preciso que Balmaceda se tivesse apoiado em uma porção qualquer do Chile deixada livre e com o direito de resistir-lhe. A posição de Lincoln no Sul é a do general-em-chefe em território estrangeiro, tendo atrás de si o entusiasmo, a dedicação, os recursos todos de sua nação. O simples fato de tratar Balmaceda o Chile, enquanto se defende, como o conquistador trata o país que invade, receando em cada canto uma cilada, em cada vulto um inimigo, prova que ele sabia bem que o Chile não estava com ele. Se estivesse, é claro que o defenderia voluntariamente; se estivesse, ele, Balmaceda, havia de deixá-lo, como decerto o deixaria em uma guerra estrangeira, no gozo e na posse dos seus direitos, o que aumenta sempre o valor e o entusiasmo dos combatentes. Ele, porém, sente que tem contra si a opinião, e por isso a abafa por todos os modos, quando o direito do país de manifestar-se deve ser reputado ainda maior nas crises em que o poderio, a honra, a vida da nação está em perigo, do que nos momentos de paz e tranquilidade.

Desde que se sente em conflito com o Congresso, Balmaceda não procede como um presidente dos Estados Unidos, consultando as opiniões mais autorizadas e mais seguras em matéria constitucional; procede à verdadeira moda sul-americana, ouvindo os comandantes de Corpos. O seu procedimento ainda se agrava, tratando-se dos meios a empregar. Esses meios estendem-se desde a prisão até o fuzilamento. E o régimen militar em todo o seu rigor, aumentado, porém, com os requintes do Terror político. Era-lhe lícito empregar essa severidade numa contenda que dependeu dele evitar; fazer passar sumariamente pelas armas dezenas de chilenos, – e se a guerra durasse teriam sido centenas, – para fazer vingar a sua interpretação duvidosa de um texto constitucional? Balmaceda reconheceu que a ditadura só se podia salvar

pela tirania, e não recuou em princípio diante da odiosidade do meio. A execução das ordens não era sua, mas as ordens levavam implícita a crueldade que o emissário tinha forçosamente que desenvolver para as poder cumprir.

Lo Cañas é o auge do sistema adotado. Não é Balmaceda quem dá a ordem de matar essas crianças, ele não teria a crueldade de o fazer, mas é ele quem dita a Ordenança, que o executor bárbaro cumpre à medida de seu interesse, da sua inteligência e do seu zelo. Quando Chateaubriand escreveu no *Mercúrio* a frase estrondosa que fez estremecer a França: – “É de balde que Nero prospera, Tácito já nasceu no Império, e cresce, desconhecido, junto das cinzas de Germânico”, qual era o crime de Napoleão? Era o fuzilamento do Duque d’Enghien; não era uma atrocidade lopesca como Lo Cañas. E Napoleão já tinha estado nas Pirâmides, já tinha passado o Grande São Bernardo, já tinha feito o Código Civil, já tinha esmagado a Áustria em Hohenlinden, a Prússia em Iena, a Rússia em Friedland. Mesmo nessa imensa coroa, a mancha de sangue aparecia.

Decerto, Balmaceda não é um tirano no sentido antigo, mas tornou-se o centro de uma verdadeira tirania, entendida a palavra no sentido moderno, isto é, no sentido de um poder capaz de todos os extremos para se sustentar, antes que apelar para o país. Ninguém pensara, ao pronunciar-se o seu nome, em um Ezzelino da Romana, em um Sigismundo Malatesta, em um Ferrante de Nápoles, “o qual gostava de ter na vizinhança os seus inimigos, ou vivos metidos em gaiolas de grande solidez, ou mortos e embalsamados, com as roupas que traziam em vida”.³ No governo moderno, um tirano à moda da Renascença seria um alienado, como seria um imbecil o soberano que, por falta de dinheiro, confiscasse a propriedade. Às antigas proscricções correspondem hoje os golpes de estado; à confiscação, as largas emissões de papel-moeda.

3 Burekhardt.

Não se mata, nem se rouba; – se acaso vem a revolução, trata-se como uma guerra estrangeira. Nesse regimento as atrocidades são de fato erros de ofício, porque são inúteis; representam um gênero grosseiro, primitivo, de tirania, de quando a arte do governo estava ainda em embrião.

Infelizmente Balmaceda não prestou a devida atenção ao perigo inerente a toda ditadura, de ser servida com excesso de zelo; ninguém o imagina tomando diretamente parte na repressão brutal e sanguinária, mas essa é, para empregar uma expressão vulgar, a *cozinha* da tirania, e Balmaceda nos salões da Moneda não tinha o direito de ignorar que alguém a faria. Da relação de tantos fatos odiosos só se pode concluir que ele era um caráter fraco, que o poder desequilibrou, no momento em que, na frase do Sr. Francisco Puelma, ele podia ser o *maior homem do Chile*, e que, uma vez tendo reunido em torno de si o que havia de mais decidido, mais violento, mais encarniçado no seu partido, não quis ser tido por efeminado e frouxo, por um falso ambicioso, ou um pequeno “grande homem” que quer o fim e não quer os meios. Daí, as ordens abstratas que ele assina, tomando-as por matéria ordinária de expediente, e que se tornam barbaridades concretas; daí, tantos procedimentos em que ele não é autor nem cúmplice, mas cuja responsabilidade indireta é sua, porque foi ele a causa primeira de tudo. É desse modo que lhe fica pertencendo historicamente Lo Cañas, quando é de crer que, presente, ele se tivesse posto entre a soldadesca e a flor da adolescência chilena, que ali confessou a sua fé patriótica, *non loquendo sed moriendo*.

O Sr. Bañados repele a idéia de *fuzilamentos misteriosos e assassinos fantásticos*, denunciados pela imprensa revolucionária. Não se concilia bem com o caráter varonil dos chilenos esse sonegar de vítimas à sociedade e às famílias no inventário da ditadura. Os fuzilamentos são públicos. No de Cumming e seus companheiros, o auto friamente refere: – “sendo conduzidos ao cemitério *uma vez concluída aquela cerimônia*”. A hipocrisia nesses casos seria, é certo,

uma homenagem à própria verdade moral, um protesto involuntário da própria consciência, mas ao temperamento chileno repugna a tergiversação com a morte. Das execuções clandestinas do Desterro aos assassinatos noturnos dos Bórgias não há distância moral apreciável. O nosso grande ato trágico do Paraná não tem semelhante na guerra civil do Chile; não se rolaram ocultamente corpos fuzilados pelos despenhadeiros dos Andes, como Luís XI fazia desaparecer as suas vítimas pelas *oubliettes* de Plessis-les-Tours.

O Sr. Bañados alega em favor de Balmaceda a prosperidade do Chile durante o seu governo. Nesse ponto a réplica do Sr. Zegers é magistral. “É fácil”, disse ele perante o Senado, “governar um país sensato e rico, habituado à ordem e à legalidade. Governá-lo bem, pode ser uma felicidade; não é claro que seja virtude. Em todo caso seria difícil demonstrar que os três anos de governo feliz, de 86 até 89, se deveram ao governante que rompeu essa situação legal, próspera e honrosa, para impor o despotismo.”

Estaria Balmaceda efetivamente convencido de que o país sofria os efeitos de uma oligarquia política? “Durante meio século”, disse Condorcet falando da França, “estivemos sofrendo os males da anarquia, pensando que sofríamos do despotismo.” Durante cinquenta anos sofremos nós também os males da anarquia, e julgávamos estar sofrendo os do governo pessoal. Não seria igual o caso do Chile?

Se o governo parlamentar, que tornara o país forte, livre, respeitado, se estava esfacelando, que se conseguiria com uma mudança violenta? Decerto, é fácil substituir artificialmente a classe diretora de um país, até mesmo a sua aristocracia territorial. Com uma grande emissão de papel-moeda, que reparta de repente a fortuna dos que acumularam com os que são incapazes ao enriquecer pela atividade ou pela economia, faz-se passar hoje a grande propriedade territorial das mãos de uma categoria de indivíduos para as de outra com maior facilidade do que Guilherme o Con-

quistador fez passar a terra inglesa para os seus vassallos normandos.

Que podia, porém, esperar Balmaceda ao lançar fora da direção do país todos os que conheciam o segredo dessa ciência difícil? Repudiar a colaboração dos melhores; fazer nascer entre eles o descontentamento, o abandono pessimista, como nos Estados Unidos, dos mais altos interesses públicos, os quais passariam aos ambiciosos que fazem profissão da política; forçá-los quem sabe, à conspiração permanente? Se o Chile estava realmente minado por uma séria doença orgânica, então dava-se a lei histórica de Döllinger, que uma vez citei:⁴ – que as repúblicas não têm força precisa para eliminar por si mesmas as causas de sua ruína, como não teve a República Romana, não teve a República Polaca, não teve a França sob o Diretório. Que milagre imaginava Balmaceda, do sistema presidencial? *O arxé tou prótou andrós*, o governo do primeiro cidadão? Era isto o que ele esperava? Se era, esquecia que esse governo do melhor homem, que foi o ideal da democracia grega,⁵ tinha por primeira condição o ser uma oferta popular espontaneamente feita e livremente renovada. Esqueci que nos tempos modernos é no governo parlamentar, ou então nas monarquias temperadas, que se tem visto esta espécie de ditadores da opinião, como são os chefes de partido na Inglaterra, como foi Cavour, como foi, ou é ainda, Bismarck.

O Chile tinha um Governo forte como nós nunca tivemos. Durante cinquenta anos a liberdade brasileira é uma teia de uma tenuidade invisível, possuindo apenas a resistência e a elasticidade da seda, que a monarquia, como uma epeira doirada, tirou de si mesma e suspendeu entre a selva amazonense e os campos do Rio Grande. O Governo do Chile era obra mais sólida do que essa construção aérea delicada. A diferença das duas formas de gover-

4 *Agradecimento aos pernambucanos*, 1891.

5 Curtius.

no é que uma, a república chilena, supõe o homem forte e justo, e a outra, a monarquia brasileira, fraco e bom. Destruir um governo que tem dado os mais admiráveis resultados para pôr em lugar dele uma mera teoria, é ausência de senso prático. Os chilenos não fariam facilmente o que nós fizemos; eles gabam-se de ter o ponto de vista anglo-saxônio, o que em política é a melhor das educações.

A primeira objeção ao Balmaceda do Sr. Bañados é ter sido, na frase de Antônio Carlos, um *teorista cru...* Dir-se-ia que ele não aprecia bastante o valor de uma tradição, como a chilena; capaz só por si de conter, de governar, de dirigir, de satisfazer um país; que ele acredita mais nas suas inspirações do que no inconsciente nacional. Em segundo lugar, é impossível não se notar a sua atitude no momento da ruptura; não é a maneira grave de um estadista, é o desafio de um caudilho. Por último, é lastimável não haver ele traçado para si mesmo uma linha além da qual não se prestasse a levar a repressão. A meu ver, faltou-lhe um alto objetivo, compreensão de si mesmo, o sentimento de que era um mero depositário da grandeza do Chile, por último, humanidade.

O valor dos chefes de estado sul-americanos tem que ser julgado pelo resultado da sua administração; não deve ser medido pela sua tenacidade, – em tenacidade quem se compara com López? – nem pelo orgulho patriótico – em patriotismo agressivo quem se parece com Rosas? – nem mesmo pela sua honestidade – em honestidade quem excede a Francia? Para julgá-los é preciso comparar o estado em que receberam o país e o estado em que o deixaram, o inventário nacional quando entram e quando saem. O presidente que recebe um país próspero, unido, pronto a auxiliá-lo, e o deixa, por sua culpa, dividido, dilacerado, enfraquecido, não tem direito à gratidão. Eles podem dizer, quando vencem, que salvaram a república, mas salvaram-na de uma crise que eles mesmos provocaram, ou, pelo menos, não quiseram evitar, e salvam-na quase sempre de modo a não poder ser salva segunda vez. Para mim a verdadeira elevação moral de um chefe de estado estará sempre

nas velhas palavras de Péricles no seu leito de morte, quando os amigos, à moda grega, imortalizavam suas vitórias e a grande autoridade que ele exercera quarenta anos: “O que há melhor em minha vida é que nenhum ateniense tomou luto por minha causa.”

“A pátria... que eu amei acima de todas as coisas da vida!” foram as últimas palavras que Balmaceda firmou; entretanto, o amor que ele teve ao Chile não é o verdadeiro amor de pátria, – sentimento talvez o mais raro que exista. A Igreja quer que se ame a Deus acima de tudo, mas São Paulo ensina que Deus não aceita o amor que nós lhe mandamos diretamente, mas somente o que lhe mandamos por meio do próximo. Amar o país acima de tudo, também, só é meritório, quando a pátria que se ama não é uma abstração, mas, nos termos precisos do poeta português, a *terra* e a *gente*. O mais é uma forma comum de egoísmo, uma paixão política, quando não é uma simples postura. “Amar o Chile acima de tudo”, quer dizer amar mais que tudo os chilenos, – para Balmaceda, o povo que o elevava, e no meio do qual ele vivia, – e essa espécie de amor, feito de dedicação, de ternura, de sacrifícios varonilmente aceitos, se não reclamados, é incompatível com a aposta de extermínio que ele fez com o Chile.

Não há mais bela ficção no Direito Constitucional do que a que imaginou Benjamin Constant com o seu Poder Moderador. O que a América do Sul precisa é um extenso Poder Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes. De muitas doenças graves costuma-se dizer que foi no princípio um resfriamento mal curado; a história da América do Sul parece não ter sido outra coisa senão uma revolução mal curada. O meio, entretanto, de curar as revoluções que nascem dos erros e abusos de todos os partidos, não é a perseguição. É a reforma de cada um, o abandono das pretensões exageradas, anti-sociais, que, mesmo do ponto de vista mais estreito e calculado egoísmo, são um erro, porquanto elas não destroem somente a paz, o prestígio, o crédito, a

grandeza da nação; ferem individualmente o filho do país, sobretudo se é chefe de família, com a ruína de sua existência, — se não para todos a ruína material, sempre a ruína moral. A Revolução vencedora compreendeu que sobretudo em nossos países, ou há a anistia ou, de fato, continua a guerra civil, e não teve medo do perdão, fosse ou não fosse o esquecimento. Desde muito não há no Chile um só proscrito. A política, porém, de reconstrução, ou mais propriamente de apaziguamento, seguida depois da restauração do regímen parlamentar, excederia os limites deste estudo sobre Balmaceda.

.....

Post scriptum

A questão da América Latina

NÃO dei no *Jornal do Comércio* todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda. Posso completar agora o meu pensamento. Sempre que, antes e depois de 15 de novembro, algum partidário do régimen monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um governo responsável, por não termos a têmpera dos países que modelam os seus governos à sua feição, a resposta era: “E o Chile?” Não tinha o Chile a mesma antiga estabilidade que nós? não gozava da mesma liberdade? não assistia à transmissão da primeira magistratura, como se ela fosse hereditária, na maior paz e sossego? não havia entre os quartéis e o Governo a mesma camada sólida, impermeável, de consciência, de instinto, digamos de superstição civil, que no Brasil monárquico? e todavia não era o Chile uma república?

A mim figurava-se tão paradoxal animarem-se os republicanos com os resultados do Chile como o se animarem com os da América do Norte, porque o Chile, ainda que de raça espanhola, era tanto uma exceção como os Estados Unidos, – exceção que se

podia considerar um capricho de ordem moral na formação da América do Sul, como há aparentemente tanto capricho na sua estrutura geológica. Eu estava, porém, longe de pensar que em pouco tempo se estabelecería um confronto tão perfeito entre a idoneidade de um e outro país para as instituições republicanas, e que se tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os monarquistas sempre sustentaram contra os republicanos de boa-fé, – isto é, os desejosos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. A nossa estimativa realizou-se assim inteiramente, a respeito do Brasil e do Chile.

É natural a hipertrofia do poder nas sociedades onde ele não encontra nada que o possa limitar. O Brasil era e é uma destas; no Chile, pelo contrário, a sociedade pode conter o governo, dentro de certos limites extremos. Se tivemos a liberdade na monarquia, foi só porque o poder se continha a si mesmo. Isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança, educação, e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na monarquia, que era o governo pela força moral somente; mas não seria natural no substituto que lhe deram, o poder militar, que é a força material. Desde que o despotismo se manifestasse entre nós, eu sabia que ele levaria tudo de rojo, pela completa falta de resistência. A nossa submissão seria maior do que a das outras nações sul-americanas, porque estas, devastadas como estão pela guerra civil, ficaram também endurecidas por ela; os seus homens públicos, como os cônsules romanos, sabem todos manobrar legiões. Entre nós, declarada a ditadura, haveria de um lado o despotismo militar, do outro a passividade, a inércia do país. Se a ditadura assumisse o tipo sul-americano, a sociedade brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica, enervada por uma ausência total de perigo em mais de cinqüenta anos, habituada à atenção que o Imperador sempre mostrou a todos, muito maior do que a que ele recebia,

tomada de pânico, fazia renúncia da sua liberdade, dos seus interesses, das suas propriedades, como nos últimos tempos do Império a velha sociedade romana abandonava os seus palácios dourados da cidade e as suas vilas de mármore, todo o seu sibaritismo refinado, para aparecer como escravos suplicantes diante dos chefes bárbaros.

Tudo isto se verificou, e muito mais. Com efeito, nenhum de nós previra o tipo que tivemos de ditadura e as atrocidades dos seus procônules militares – que lembram tão vivamente as do Major Caminos e do padre Maiz em San Fernando, que se nos pode hoje aplicar, invertendo no sentido da vitória da dureza e da barbaria sobre as artes e a civilização, o

Graecia capta ferum victorem coepit,

porque a tirania paraguaia reviveu entre nós na ponta das mesmas baionetas e lanças que a derribaram.

Por outro lado, tudo que nós dizíamos do Chile, e muito mais, ficou igualmente demonstrado pela Revolução. Ninguém que a tenha acompanhado duvidará hoje da capacidade do Chile para a república, nem do bem que a forma republicana fez ao Chile, da escola de educação, da influência sã, varonil, patriótica, que foi para ele. A Revolução do Chile, como para a União americana a Guerra de Secessão, não serviu somente para revelar ao mundo o vigor dos alicerces e a perfeição do plano do seu edifício nacional; serviu, mais ainda, para cimentá-lo de novo e dar-lhe a sua estabilidade definitiva.

Outra razão tive para escrever este ensaio. O interesse que antes já me inspiravam as coisas sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de novembro. Desde então começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Com efeito, ninguém procura justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências no nosso país, mas somente pela circunstância de estar o Brasil na América. Desse modo o observador brasileiro, para ter idéa exata da direção

que levamos, é obrigado a estudar a marcha do Continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental. Como a própria data do Centenário o indica, muito concorreu para o fato de 1889 a influência literária da Revolução Francesa sobre a imaginação da nossa mocidade, mas não foi menor o arrastamento americano. Quaisquer que venham a ser os acidentes da República, seja o militarismo, a corrupção, o desmembramento, a anarquia, e, pior que tudo, o opróbrio da raça, é crença fatalista de muita gente que seria um esforço inteiramente estéril para o resto de razão e de bom senso do país querer lutar contra o ímã do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washington. Muitos acreditam mesmo que se trata de uma força cósmica, como se o oxigênio e o azoto fomassem na América uma combinação especial dotada de vibrações republicanas.

Desde que é preciso aceitar o inelutável, o estudo da Revolução chilena tem grande interesse para nós do ponto de vista da evolução política do Hemisfério. De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a América Latina. A manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África. Como se fará a redenção dos países centro e sul-americanos? Onde acharão eles amparo contra os seus governos extortores? Como se fará nascer e crescer em cada um deles a consciência do Direito, da Liberdade, e da Lei, que neles não existem, porque não podem ter sanção alguma?

Um problema de tal complexidade não poderá ser resolvido pela própria geração que o formular. À distância em que estamos do tempo em que ele há de amadurecer, a forte refração dos preconceitos atuais não deixa imaginar o modo que a civilização

há de encontrar para se introduzir no nosso continente. O que esse modo não há de ser, pode-se, porém, ver em parte. Não será a absorção pela Europa, a menos que se a entenda no sentido de uma recolonização européia da América com elementos que assegurem o predomínio das novas aluviões, porque é mais do que provável que a imigração se realize no próximo século em escala tal que os nossos organismos anêmicos, alguns mesmo raquíticos, não tenham capacidade para assimilá-la.

Quanto ao protetorado, é difícil imaginar uma alteração no equilíbrio europeu que forçasse a Europa a reconquistar a América ou a sujeitá-la, como fez com a África e a Ásia, à sua direção e ao seu governo. Pode-se ter como certo, a menos que se operem grandes mudanças no sistema geral do mundo, que a Europa deixará o Novo Mundo fazer bancarrota com os capitais e interesses que ela lhe houver confiado, sem pensar um só instante em compensações territoriais ou em estender, através do Atlântico, a sua área de influência.

Se a solução não pode ser o protetorado europeu, será por acaso o monroísmo? Os Estados Unidos, que já assumiram a proteção do continente, desde que se comprometeram a defendê-lo contra as invasões da Europa, sentirão um dia que essa garantia lhes dá direitos ou que lhes impõe deveres?

No fundo que é o monroísmo? O monroísmo parecia ser a promessa feita à América toda pela União Americana, de que a Europa não adquiriria mais um palmo de terra no Novo Mundo; depois, porém, do fato do México, e agora recentemente do Brasil, quer-se entender o monroísmo como uma garantia dada não só à independência, mas à forma republicana em todo o continente. Seria preciso reconhecer o caráter nacional do povo americano para se supor, por exemplo, que se o Brasil restaurasse a sua monarquia os Estados Unidos impugnariam essa volta às nossas antigas instituições. Se eles impedissem o Brasil de ter o governo que lhe parecesse melhor, estariam moralmente obrigados a governá-lo

sob sua responsabilidade; não tinham o direito de condenar um povo ao despotismo e à anarquia por causa de um tipo de instituições, para as quais só eles possuem a resistência e o corretivo preciso. Governá-lo, porém, – como?

Os Estados Unidos nunca se decidiram a ter colônias e rejeitariam para estados da União cada um dos candidatos da América Latina. A nação americana está convencida de que todo acréscimo de população, de hábitos, crenças, e índole inteiramente outras, causaria um profundo desequilíbrio em seu sistema de governo e uma incalculável deterioração de sua raça.

Mesmo como esfera de influência, a América Latina não conviria aos Estados Unidos. Os estadistas americanos sabem que os protetorados só produziriam uma nova espécie de *carpet-baggers*, – praga cuja natureza compreende bem quem sabe o que foi, durante a conquista de Grant, a invasão dos estados do Sul pelos aventureiros políticos do Norte. Antes do *carpet-bagger*, viria preparar-lhe a entrada o *flibusteiro*, e a América do Sul ficaria coberta de um enxame de especuladores da pior classe, os quais, dentro dos seus “sacos de tapete”, trariam os germens de uma profunda corrupção, que havia mais tarde de se estender ao *lobby* do Congresso.

A solução do problema tem assim que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles e uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou, quando mais não seja, registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum. Em todos esses países há homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura européia e que podem formar a Liga Liberal do continente. A causa é, de fato, comum. A liberdade argentina tornou-se um interesse direto para o Brasil, como era para os argentinos a liberdade chilena no tempo de Rosas. É do interesse do boliviano e do peruano que o estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo, se não mesmo no vexame. Não é, porém, somente na fronteira que a irradiação se exerce; ela

alcança o Continente todo. O efeito de um governo moralizado é ilimitado, e, de modo indireto, universal.

Por isso, se o Chile politicamente se esfacelasse; se perdesse as noções de moral social que formam a sua coesão, a perda seria de toda a civilização sul-americana. Desde que as nossas antigas instituições, em vez de serem aproveitadas com avareza, foram desdenhosamente lançadas fora, as do Chile ficaram sendo as únicas que na América Latina merecem realmente o belo nome de Instituições. Vê-las desaparecer quase em seguida às nossas, seria mais uma tristeza para os que acompanham a terrível dança macabra do continente. Felizmente o Chile mostrou, por instinto, apreciar, como o grande segredo da sua força, a continuidade da sua liberdade, imemorial hoje, desde que as gerações atuais não lhe conheceram a origem.

O fato devia ficar registrado em cada um dos países da América do Sul. Pela minha parte o assinaei no Brasil. O exemplo não será inútil na era republicana para um país do qual, mesmo no apogeu da liberdade e da ordem, dizia, no Parlamento, seu mais fecundo jornalista:¹ “O espírito revolucionário ligou-se à existência da nação brasileira, como o verme, desde que ela nasce, se liga à fruta que apodrece antes de passar pela madureza. Eu considero esta luta do espírito revolucionário com a autoridade no Brasil como uma luta permanente, como uma moléstia crônica, que atacou o doente desde a sua infância, cujos acessos têm sido reiterados, que nessas ocasiões é combatida, mas nunca perfeitamente curada.”

1 J. J. da Rocha, 24 de janeiro de 1850.

.....

Índice Onomástico

A

AGUIRRE – 110
ALCÉRRICA – 118, 120, 123, 124, 125, 126
ALDUNATE – 92, 95, 98, 99, 100, 117, 134, 140, 148
ALLENDES – 70
ALTAMIRANO – 60, 91
ALVES BRANCO – 155
AMUNÁTEGUI – 46
ANTÔNIO CARLOS (de Andrada e Silva) – 162
ANTÚNEZ, Carlos – 44, 45, 46
ARENAS, Tomas II (don) – 93
ARRATE – 111, 112

B

BALMACEDA (José Manuel) – 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 91, 92, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165
BALMACEDA, José María (don) – 99
BALMACEDA, Vicente – 61

BAÑADOS – Ver ESPINOSA, Julio Bañados
BAQUEDANO – 34, 75, 82, 88, 106, 107, 128, 147
BARARONA, José María (don) – 94
BARBOSA, Orozimbo – 68, 118, 120, 124, 125
BARRÍOS – 96
BARROS AMANA – 91
BARROS BORGÑO – 71
BARROS LUCO – 48, 49, 82, 112, 114, 153
BESA – 91, 97
BISMARCK – 100, 161
BISMARCKS (os) – 58
BÓRGIAS (os) – 160
BROGLIE (duque de) – 84
BROWN – 119
BULNES – 55
BURCKHARDT – 158
BURKE – 150, 155

C

CALVO, Lh. – 84, 85, 141
CAMINOS (major) – 167
CAMUS – 110, 111, 132
CANTO – 115, 118, 120, 123, 124, 125
CAPRIVI (con de) – 120
CARAVELAS (visconde de) – 84
CARLOS I – 33
CARVALLO, Carlos – 98
CASANOVA – 70
CASTELLÓN, Juan – 96, 98
CATARINA (da Rússia) – 59

174 Joaquim Nabuco

CAVOUR – 161
CAVOURS (os) – 58
CAXIAS – 34
CÉSAR – 27
CHATEAUBRIAND – 158
CONCHA Y TORO – Ver TORO, Melchior Concha y
CONDORCET – 160
CONSTANT, Benjamin – 163
CORTÉS – 24
COTEGIPE (barão de) – 84
COUSIÑO, Isidora – 98
COVARRUBIAS, Álvaro – 63, 152
CUADRA, Lucio – 47
CUMMING – 100, 101, 159
CURTIUS – 161

D

D'ENGHIEN – 158
DEMÓSTENES – 136
DOLLINGER – 161
DONOSO, Gregório – Ver VERGARA, Gregório Donoso
DONOSO, Ramón – Ver VERGARA, Ramón Donoso
DONOSO, Salvador (don) – 96

E

ECHEVERRÍA, José – 99
EDWARDS, Agostín – 44, 47, 92, 93, 97, 98, 153
EGAN, Patrick – 132, 133
EMILIA (Balmaceda) – 23
ENRIQUE (don) – 68
ERRÁZURIZ (os) – 97
ERRÁZURIZ, Isidoro – 34, 36, 91
ERRÁZURIZ, Luis – 41, 50, 55

ESPINOSA, Júlio Bañados – 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 61, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 80, 95, 98, 99, 100, 107, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 144, 149, 150, 151, 156, 159, 160, 162

F

FALIERI, Marino – 144
FERNÁNDEZ, Daniel – 94
FERNÁNDEZ, José Toro (don) – 95
FERRANTE (de Nápoles) – 158
FILIPE II – 80
FLINT, Charles – 113
FONSECA, Deodoro da – 72
FOUILLIÉ, Alf – 117
FRANCIA (Manuel) – 89, 162
FREDERICO (don) – 100
FREIRE, Francisco – 44
FUENTES – 114

G

GACITÚA – 107
GAMBETTA – 100
GANDARILLAS – 54, 68
GARCÍA DE LA HUERTA – 47
GERMÁNICO – 158
GIL JUAN – pseud. de SOLAR, Javier Vial
GODOY, Domingo – 44, 71, 83, 97, 98, 109, 114, 127, 156
GOÑI, Luís – 107, 114
GRACE – 113
GRANT – 170
GUILHERME (o Conquistador) – 160, 161
GUTSCHMID (barão de) – 86, 87, 88, 95, 109, 115, 116, 119, 128, 156

H

HARRISON – 132
HAYES – 39
HERRERA, Emilia Toro – 33
HOLLEY, Adolfo – 112
HURTADO – 107

I

IBÁÑEZ, Adolfo – 51, 53, 54, 56
IRARRÁZAVAL, Alfredo – 91, 92, 105,
153
IRARRÁZAVAL, M. J. – 112

J

JUÁREZ – 127

K

KÖNIG – 91
KÖRNER – 115, 116, 118, 120, 121

L

LARRAÍN – Ver ZANÑARTU, J. Larraín
LASTARRÍA, Demetrio – 44, 49, 50, 91,
134
LAVÍN, León – 148
LAYARD – 83
LAZCANO, Prudencio – 48
LECKY – 148, 149
LETELIER, Valentín – 103
LILLO, Eusébio – 44
LINCOLN – 126, 148, 156, 157
LIRA, Carlos – 92
LIRA, Julio – 153
LIRA, Máximo – 50, 91
LOPÉTEGUI – 68
LÓPEZ (Francisco Solano) – 162
LUÍS XI – 160

M

MAC-CLURE – 91
MAC-IVER, Enrique – 61, 91
MACKENNA – 54, 71
MAIZ (padre) – 167
MALATESTA, Sigismundo – 158
MARCHANT – 99
MARCO AURÉLIO – 27
MARTÍNEZ, Carlos Walker – 92, 93,
101, 133
MARTÍNEZ, Joaquín Walker – 112
MARTÍNEZ, P. – 107
MARZÁN – 68
MATE – 91, 114
MATE, Augusto – 46, 47, 113
MATE, Eduardo – 49, 50
MATE, Gonzalo – 97, 113, 114
MATHIEU – 92
MÉNDEZ NÚÑEZ – 83, 99
MOLINAS, Xavier – 83
MOLTKE – 115, 118, 127
MONTT, Jorge – 83, 106, 107, 112, 152
MONTT, Manuel – 29, 32, 33
MONTT, Pedro – 41, 44, 47, 70, 91
MONTTS (os) – 24, 32
MUÑOZ, José M. – 94

N

NAPOLEÃO – 143, 158
NERO – 158
NOVOA, Jovino – 91

O

O'HIGGINS (os) – 24, 62, 63
ORTÚZAR (senhora de) – 98

P

PARANÁ – 155
PAULA SOUSA – 155

176 Joaquim Nabuco

PAUSÂNIAS – 58
PEDRO II (dom) – 25
PÉREZ – 33, 41
PÉRICLES – 163
PINTO (cel.) – 121
PINTO, Anibal – 34, 42, 55, 96
PITTS (os) – 58
PLUTARCO – 136
PORTALES – 31, 32
PORTALES (os) – 24
PRATS, Arturo – 69, 84
PRATS, Belisario – 65, 66, 68, 69
PRIM – 82
PUELMA, Francisco – 62, 159
PUENTES, Alberto – 127

Q

QUEIRÓS, Eusébio de – 42, 155

R

RIESCO, Jorge – 50, 96
ROBLES – 110, 111
ROCHA, J. J. da – 171
RODRÍGUEZ, Ezequiel – 93
ROMANA, Ezzelino da – 158
ROSAS – 102, 162, 170
ROSS, Agostinho – 97, 113, 114
ROSS, Juana – 153

S

SÁNCHEZ FONTECILLA – 50
SÁNCHEZ, Evaristo – 44
SANFUENTES, Henrique – 48, 49, 54,
55, 56, 60, 61, 65, 66, 68, 71, 88
SANTA MARÍA – 34, 35, 37, 38, 46, 47,
55
SARAIVA – 83
SERRANA – 82
SILVA, Waldo – 82, 109, 112

SOLAR, Javier Vial – 93, 94, 96, 101,
106, 112
SOUSA, – Ver SOUSA, Paulino de
SOUSA, Paulino de – 42, 80, 155
STEPHAN – 132
STRAFFORD – 34
STUVEN – 94

T

TÁCITO – 158
TAINÉ – 147
TAUTPHOEUS (barão de) – 59
TOPETE – 81, 82
TORO, Melchior Concha y – 93, 133
TORRES – Ver VASCONCELOS TORRES
TUPPER, F. Puelma – 66
TUPPER, G. Puelma – 24

U

URIBURU – 128, 131, 132, 133, 134, 135

V

VALDÉS CARRERA – 51, 54, 55, 68
VALDERRAMA, Adolfo – 44, 49
VALENZUELA DAY – 107
VARGAS (cel.) – 125
VASCONCELOS – Ver VASCONCELOS TORRES
VASCONCELOS TORRES – 42, 154,
155
VELÁSQUEZ – 54, 68
VENTURA BLANCO – 91
VERGARA, Enrique Valdés – 107
VERGARA, F. Valdés – 24
VERGARA, Gregório Donoso – 50, 91,
92
VERGARA, João Francisco – 38
VERGARA, José Francisco – 35

VERGARA, José Ignacio – 47
VERGARA, José Luís – 94
VERGARA, Ramón Donoso – 50
VIAL – Ver SOLAR, Javier Vial
VICUÑA, Claudio – 67, 69, 71, 87, 100,
125, 127, 136, 137
VICUÑA, Nicolau Peña – 44
VIEL – 119, 127
VILLAMIL – 25
VITÓRIA (rainha) – 48

W

WALKER MARTÍNEZ (os) – 91
WIENER – 150

Z

ZALDIVAR, Polo – 68
ZANARTU, Anibal – 46, 88, 99, 101
ZANARTU, J. Larraín – 71
ZEGERS – 50, 91, 160
ZENTENO – 33

Balmaceda, de Joaquim Nabuco, foi
composto em Garamond, corpo 13 e impresso
em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria
Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal,
em Brasília. Acabou-se de imprimir em agosto de 2003,
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico
do Conselho Editorial do Senado Federal